



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



NOELY THAIS EVANGELISTA

JUVENTUDE NEGRA, SUBJETIVIDADE, ENSINO MÉDIO E MERCADO DE
TRABALHO, UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES ENTRE
OS ANOS 2000 E 2020

SÃO CARLOS - SP
2022

NOELY THAIS EVANGELISTA

JUVENTUDE NEGRA, SUBJETIVIDADE, ENSINO MÉDIO E MERCADO DE TRABALHO, UM LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES ENTRE OS ANOS 2000 E 2020

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues

SÃO CARLOS – SP
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado da candidata Noely Thais Evangelista, realizada em 28/02/2022:

Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Ione da Silva Jovino
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

À Gin, à mãe e ao Nono, com todo meu amor.

Agradecimentos

Dedico este trabalho a mim! A minha história e minha trajetória, que me sugeriram alçar voo e não desistir. Mas, como nada nessa vida eu fiz sozinha, sou grata também a Deus e aos meus Orixás. Sou grata a minha família, que em todas as etapas da minha escolarização estiveram presentes me oferecendo o que era possível, suporte material ou emocional. Eu sou a primeira filha, neta, bisneta, sobrinha, irmã e mestra!

Agradeço aos jovens que me inspiraram nessa jornada. Sem os aprendizados que tivemos juntos, esse trabalho não teria acontecido.

Agradeço a esta instituição, por ter me guiado, e à minha orientadora Tatiane, por toda inspiração, incentivo e compreensão. O caminho foi longo, deixei coisas e pessoas para trás, fui deixada para trás por não me encaixar nas exigências das atividades que nem sempre são para as minas pobres e pretas como eu. Mas eu fiz ser! Tatiane e o NEAB me permitiram ser, e construímos juntas e juntos uma nova forma de aprender e produzir conhecimento científico.

Agradeço também a todos os professores, servidores administrativos, funcionários das empresas terceirizadas que, ao longo de sete anos, contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal.

Infelizmente a universidade pública no Brasil não é uma questão de escolha, mas uma questão de possibilidade. Sou grata por esse privilégio e isso foi também possível pelo meu trabalho e aos meus pares, que me incentivaram e me trouxeram outra visão sobre mim e sobre a minha formação.

Agradeço aos meus amigos e colegas, que comigo acreditaram!

Me preparo para as próximas etapas com gratidão por tudo e todos que me acompanharam até aqui. Que as minhas escolhas sempre me aproximem de um propósito maior e que eu possa compartilhar novas conquistas e novos sonhos.

Escolher escrever é rejeitar o silêncio.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo mapear os estudos sobre juventude negra, ensino médio e mercado de trabalho. A partir dos limites impostos pelo contexto da pandemia, causada pela COVID-19, esta pesquisa se caracteriza como um estudo bibliográfico sobre o tema adotados nas pesquisas brasileiras, com recorte entre os anos 2000 e 2020. Os textos foram selecionados de forma a identificar uma intersecção entre as temáticas, totalizando 44 publicações entre teses, dissertações e artigos. Foram analisados os bancos de dados BDTD e Scielo para localizar e explorar os escritos sobre a temática, considerando as mudanças nas estruturas sociais e formativas no país. O estudo permitiu identificar os efeitos que os processos de formação no ensino médio integrado à educação profissional causam na percepção de jovens negras e negros, sobre as possibilidades diante das expectativas sobre o mercado de trabalho e sobre si mesmos. Contudo, nos possibilitou apontar questões que ainda necessitam de um olhar atento acerca das necessidades individuais destes(as) jovens que, sem políticas públicas de equidade, sem uma escola que considere sua subjetividade e sem perspectivas de trabalho e emprego dignas, estaremos dia após dia reproduzindo passado, presente e futuro de negação e naturalização desse contexto de desigualdades.

Palavras Chaves: juventude negra, ensino médio, mercado de trabalho.

ABSTRACT

That research purpose to map studies on black youth, high school, and the job market. Based on the limits imposed by the context of the pandemic caused by COVID-19, this research is characterized as a bibliographic study on the subject adopted in Brazilian research with a cut between the years 2000 and 2020. The texts were selected to identify an intersection between the themes, totaling 44 theses, dissertations, and articles. The BDTD and Scielo databases were analyzed to locate and explore the writings on the subject considered changes in the country's social and formative structures. The study on education and education goes beyond the training processes in High School integrated to the perception of young blacks and blacks as possibilities in the face of their expectations about the job market. However, there is a reflection on issues that can be thought about individuals, without a school of work that considers their subjectivity and without job prospects that consider their subjectivity and without work prospects after the day of reproduction going and without work prospects future of denial and naturalization of this context of inequalities.

Keywords: black youth, high school, labor market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resultados das buscas de publicações por bases pesquisadas	34
Figura 2 – Distribuição das produções por tipo de publicação	36
Figura 3 – Resultados publicações por instituição de Ensino Superior	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos publicados na BDTD	38
Quadro 2 - Artigos publicados Scielo	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Detalhamento dos resultados de busca por bases pesquisadas	34
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPP	Programa de Extensão Universitária Cinema, Papo e Profissão
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EJA	Educação de Jovens Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAETEC-RJ	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orientação Profissional
OPNE	Observatório do Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
REQUIP	Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
TRS	Teoria das Representações Sociais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA	18
1.1 Juventude, Juventudes e Juventude Negra	21
1.2 Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil	25
1.3 Um olhar sobre o Mercado de Trabalho	29
2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO	33
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	44
3.1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	44
3.2 Biblioteca Digital Online Scielo	83
3.3 Percepções sobre a amostra.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, intitulado “Juventude Negra, Subjetividade, Ensino Médio e Mercado de Trabalho, um levantamento bibliográfico das publicações entre os anos 2000 e 2020”, tem por objetivo mapear, como o título sugere, os estudos sobre juventude negra, ensino médio e mercado de trabalho. A partir dos limites impostos pelo contexto da pandemia causada pela COVID-19, esta pesquisa se caracteriza como um levantamento bibliográfico sobre o tema adotados em dois bancos de dados nacionais: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO).

O interesse pela temática teve início objetivamente em 2017, ao realizar um estágio não obrigatório da graduação em um programa de educação profissional com jovens de idades entre 14 e 24 anos, pertencentes a diversos grupos étnico-raciais. Alguns desses jovens e dessas jovens cursavam o ensino médio, trabalhavam na modalidade Aprendiz¹ no contraturno e, concomitantemente, desenvolviam atividades de capacitação para a função que estavam exercendo nas empresas contratantes. Com isso, as aulas não se detinham apenas a conteúdos laborais, mas também a conhecimentos gerais e habilidades sociais.

No decorrer das atividades deste estágio, ao abordar temas como diversidade cultural e identidade, foi percebida muita dificuldade das(os) próprias(os) jovens no processo de autodeclaração e pertencimento étnico-racial. Naquele momento, emergiram histórias permeadas pela falta de informação e pelo racismo institucional velado, vivenciados diariamente no ambiente escolar e profissional. Esta rotina me causou demasiada inquietação.

Tive a oportunidade de conviver com estes(as) jovens de 18 a 24 meses. O programa de capacitação ofertava mais dias de atividades que a duração de um ano letivo na escola regular e, dessa maneira, acompanhei, muitas vezes, o processo de mudança entre séries do ensino médio e a busca pelo primeiro emprego formal após a formatura. Infelizmente também pude vivenciar a evasão escolar ou o abandono do programa, e, às vezes, o abandono dos dois. Eram muitas as exigências sociais, econômicas e históricas presentes nesse processo, o que, para mim, trouxe mais inquietação.

Paralelo ao estágio, tive a oportunidade de rememorar minha trajetória pessoal durante

¹ Forma de contratação criada a partir da Lei da Aprendizagem, Lei 10.097/2000. O objetivo da lei é estimular o emprego entre jovens, principalmente àqueles que nunca tiveram trabalho, e oferecer capacitação profissional a eles. Aprendiz é o jovem que estuda e trabalha, recebendo também capacitação específica na área em que esteja empregado.

uma disciplina do curso de Pedagogia. Deslindando questões relacionadas à construção da minha própria identidade e a necessidade de maior conhecimento sobre a temática, tive a possibilidade de, assim, atuar de forma mais efetiva diante de situações de racismo e discriminação dentro das salas de aula e nas ocorrências particulares apresentadas pelas(os) jovens, saindo da posição de silenciamento e condescendência para ampliar a representatividade, os espaços de diálogo e a reflexão sobre identidade, autoconhecimento e conhecimento sociocultural. Além disso, ampliando as possibilidades de argumentação dos sujeitos envolvidos.

As experiências tornaram cada vez mais latentes que a minha trajetória pessoal também foi permeada pelo racismo velado e por relações completamente sem diálogo e de apagamento cultural e social profundos. Então, ao debruçar-me sobre este trabalho, pude me revisitar.

Lembrei-me de um momento em que a autodeclaração era um elemento completamente alheio a qualquer tipo de reflexão. A situação ocorreu em meados do ano 2018, quando fui a uma instituição tirar a segunda via de um documento. Ao fazer a atualização cadastral, fui questionada sobre minha autodeclaração. Respondi “preta”, mas pedi para que a atendente checasse minha resposta anterior, que estava “parda” no sistema. O que significava aquela resposta? Que fazia sentido pensar no meu projeto de pesquisa, que a autodeclaração é um elemento complexo da trajetória de todo jovem negro, ainda que este tenha um “conhecimento de si” consolidado.

Meu pai e meu tio foram os jovens negros que se dividiam entre as atividades do trabalho e da escola. Minhas tias, em tripla jornada, construíram-se entre atividades domésticas, o trabalho mal remunerado e redução a uma figura de apresentação impecável na escola. Eu fui a jovem negra que trabalhou durante o ensino médio para ajudar com as despesas pessoais que me possibilitaram buscar a Universidade. Em suma, minha família era como a de muitas(os) jovens negras e negros com os quais eu dividia a sala de aula diariamente, e também como a de muitos que eu nem sequer cheguei a conhecer, enfrentando constantemente desafios estruturais às vezes intransponíveis: na vida social, na escola, no trabalho etc.

Com o passar dos anos, o mundo do trabalho sofreu grandes transformações, tornando-se mais exigente e seletivo. As empresas e instituições tiveram que mudar suas práticas, adaptando-se a uma nova realidade e baseando-se em direitos do trabalhador, responsabilidade social, desenvolvimento tecnológico e sustentável. Em meio às transformações, o mercado de trabalho passou a buscar profissionais com múltiplas funções e especialidades. Neste novo contexto, está presente a educação profissional, mais especificamente os programas de

aprendizagem, que, como citado anteriormente, pode conhecer de perto.

Neste contexto, o trabalho pode ser considerado uma das grandes preocupações na vida de jovens em qualquer estratificação econômica, sobretudo considerando os grupos de maior vulnerabilidade sociais, pois, motivados pela necessidade de subsistência própria e/ou manutenção das famílias e aquisição de bens, estes jovens têm encontrado nos programas de aprendizagem a alternativa de obtenção de renda. Considerando a idade regular de cursar o ensino médio, entre 15 e 18 anos, estes jovens se dividem entre buscar um emprego formal na modalidade aprendiz ou atuar na informalidade.

Diante da minha experiência de trabalho, os objetivos iniciais deste projeto eram investigar como ocorrem os processos de construção da identidade e pertencimento étnico-racial de jovens negros no ensino médio, que participam, participaram ou não de programas de aprendizagem, mas que estão em busca de um emprego. Também buscava identificar como ocorrem os processos de construção de uma identidade que é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, e que estabelece relação direta com conceitos como a representatividade, a autodeclaração e os marcadores identitários.

A primeira intenção era trabalhar diretamente com este grupo, realizando entrevistas, inserções de campo e atividades presenciais com estas e estes jovens. O método que havia sido escolhido permitia a coleta de dados nas respectivas fontes, utilizando os instrumentos variados como observação participante, entrevistas, diários de campo, documentos pessoais dos sujeitos da pesquisa, com o propósito de investigar dados descritos, palavras escritas e/ou orais, em condutas observáveis das pessoas para perceber como elas se desenvolvem em seu contexto habitual e a partir de suas próprias definições.

Em relação aos participantes, estavam previstos para serem entrevistados jovens de 15 a 18 anos, estudantes, participantes ou não de programas de educação profissional e também jovens recém-formados no ensino médio em busca de seu primeiro emprego na cidade de São Carlos, a fim de identificar as implicações do modelo escola-trabalho na construção da identidade e pertencimento étnico-racial. Dentro do que a pesquisa qualitativa possibilita, seriam realizadas entrevistas com questões referentes à forma de identificação individual de jovens que se autodeclaram negras e negros, bem como a observação de comportamentos e relatos em diferentes contextos: familiar, escolar, cultural, religioso e profissional.

Entretanto, no contexto da pandemia de Covid-19, a necessidade de distanciamento social tornou esta metodologia inviável, assim, para o presente estudo, será realizada uma pesquisa bibliográfica com objetivo mapear os estudos de juventude negra, ensino médio e

mercado de trabalho adotados nas pesquisas brasileiras.

O trabalho está estruturado de forma a apresentar os motivos que levaram ao tema pesquisado de forma introdutória. O primeiro capítulo apresenta a contextualização do tema: apresentar juventude negra, mercado de trabalho e ensino médio a partir de indicadores nacionais do IPEA, IBGE e relatórios Unesco. Por último, são apresentadas as considerações finais acerca da temática e a caracterização sobre o universo pesquisado.

O segundo capítulo trata do caminho teórico-metodológico adotado para busca e sistematização dos dados, e reúne alguns dos principais dados estatísticos públicos que envolvem questões de cor ou raça. Estes referenciais iniciais e dados demonstram a composição da sociedade brasileira e apontam para as urgências em relação aos índices educacionais e mercado de trabalho. Também contempla o aporte teórico com foco na discussão das relações étnico-raciais, subjetividade e juventude negra. Nesse sentido, o capítulo apresenta as transformações pelas quais o conceito raça passou e quais os desdobramentos nas questões de identidade e subjetividade da população negra, sobretudo a juventude no Brasil

O terceiro capítulo apresenta a análise do levantamento bibliográfico. Também faço uma retomada dos pontos principais do trabalho, salientando a necessidade de se compreender que há uma diferença entre juventude do ponto de vista macro, uma compreensão geral do termo – que é muito explorado pelos autores estudados –, e o que se compreende por juventude negra, que aparece tímida nas pesquisas nacionais. E, juntamente com ela, o que se refere a oportunidades de trabalho e educação, restringindo-se apenas à uma necessidade básica, limitada por ofertas de emprego com baixa remuneração e escolas com repertório que desrespeita a busca por conhecimento e desenvolvimento integral destes indivíduos.

Para encerrar, nas considerações finais apresento uma retomada dos dados e resultados, juntamente com apontamentos possíveis e necessários com base na percepção da amostra estudada.

1 CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA

Para iniciar, faz-se necessária uma contextualização dos elementos que mobilizaram a busca por entender esta temática. Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar, a priori, qual o enquadramento que se dá à temática do presente estudo. Assim, partirá da caracterização de Juventude Negra, passando pela apresentação dos indicadores que serão utilizados ao longo do trabalho para articular dados e conceitos relacionados à juventude negra e o processo de incursão no ensino médio e Mercado de Trabalho.

Para compor este capítulo, apresentamos as principais fontes utilizadas no estudo: IBGE (Censo e PNAD), IPEA e relatórios UNESCO, e autores que contribuem para a temática, como Regina Novaes, Helena Abramo, Juarez Dayrell, Miriam Abromavay e Marília Sposito, tratando de juventude, juventudes, jovens no mercado de trabalho e processos de conciliação entre escola e trabalho.

Dito isso, como se sabe, o Brasil é um país permeado e estruturado sobre as desigualdades que se manifestam em aspectos econômicos, sociais, regionais, de gênero, e sobretudo cor ou raça. A questão racial permeia praticamente todos os aspectos relevantes da realidade social, cultural, econômica e demográfica brasileira. Dessa maneira, o objetivo desse capítulo é apontar algumas das principais bases dados estatísticos públicos que envolvem questões de cor ou raça. Estes referenciais iniciais e os dados demonstram a composição da sociedade brasileira, como também apontam para as urgências em relação aos índices educacionais e do mercado de trabalho.

Buscamos por dados e informações estatísticas em diferentes bases brasileiras a fim de nos orientar por indicadores que representam a composição socioeconômica e cultural de nosso país. Para tanto, utilizamos como base para elaboração deste capítulo o texto “Juventude Negra: desafios para o ensino médio” de 2019 com finalidade de apresentar como se configuram e qual a importância destas bases de dados para compreensão do cenário social no país.

Começamos por apresentar o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que é a mais ampla fonte de dados estatísticos oficiais do país e apresenta uma série de indicadores de dinâmica populacional, sendo duas as principais pesquisas populacionais do instituto: o Censo Demográfico, realizado a cada década, e a PNAD (Pesquisa por Amostragem Domiciliar), realizada anualmente, com exceção do ano em que ocorre o recenseamento.

O Censo Demográfico, desde 1972, mensura o tamanho da população e dezenas de outras características dos brasileiros, visando obter informações tanto sobre o perfil da

totalidade dos membros da população brasileira, quanto sobre os domicílios (as pessoas e as famílias). No que se refere à população, a pesquisa busca mapear seu crescimento, sua distribuição geográfica e a evolução de características da população, como idade, cor ou raça, escolaridade, ocupação etc. No que se refere aos domicílios e às famílias, o Censo cobre o número de habitantes nos domicílios, as condições de saneamento e iluminação, o nível de renda e suas fontes, a posse de bens duráveis etc. (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Para o escopo da atual pesquisa, é importante ressaltar que houve variação ao longo dos anos na coleta de dados referentes a cor ou raça. Foi a partir do Censo de 1950 que passou a haver uma orientação explícita na coleta da informação sobre cor ou raça da população, com a adoção da autoclassificação da pessoa recenseada, permanecendo as quatro categorias: branco, preto, pardo e amarelo. Essas mesmas categorias foram utilizadas nos censos seguintes, de 1960 e 1980 – não tendo havido operação censitária em 1970.

No Censo de 1991, passou a vigorar uma quinta categoria de cor: indígena. Essas cinco categorias permaneceram nos censos seguintes, de 2000 e 2010. O Censo de 2010 adotou, ainda, para as pessoas autodeclaradas indígenas a coleta de informações sobre etnia e língua falada. É a pesquisa mais abrangente existente no país, e dada a grande extensão territorial e a quantidade de perguntas endereçadas à população, o Censo é realizado em um intervalo de tempo maior, a cada dez anos. Este, datado de 2010, foi o último Censo realizado, sendo que o próximo seria realizado em 2020 (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Em 2020, no entanto, diante da pandemia do novo Coronavírus, a coleta dos dados do censo foi adiada para 2021. A justificativa primeira foi a segurança da população, porém, um novo argumento foi apresentado quando adiado pela segunda vez: a questão orçamentária. O Censo vinha sendo tema de debates orçamentários desde 2019, antes da pandemia, e a queixa do ministério da economia era os altos custos e a quantidade de questões. Especialistas e responsáveis pelo processo de recenseamento no país comentaram que a redução no número de questões causaria perda de dados importantes, principalmente para as regiões mais pobres e vulneráveis do país, além de não surtir o efeito de economia de recursos necessária. Sem os dados do Censo para balizar as decisões de distribuição e alocação de recursos, esta distribuição pode ser desigual no fomento de políticas públicas para estados e municípios.

Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é um levantamento feito em uma amostra de domicílios brasileiros e foi implantada no Brasil em 1967. Até 1970, foi realizada trimestralmente e, a partir de então, os levantamentos passaram a ser anuais. A pesquisa básica contém uma série de perguntas, abordando temas como educação, rendimento,

trabalho, habitação, previdência social, fecundidade, migração, entre outros. Além da pesquisa básica, periodicamente são acrescentados outros temas ("Suplementos"). Em 2008, por exemplo, foram inseridas questões referentes à saúde e, em 2014, questões sobre o poder de compra da população (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

Em termos de classificação da população por cor ou raça, o IBGE utiliza o critério de autodeclaração para a classificação racial, perguntando às pessoas "a sua cor é (a cor do morador é)?", codificando, assim, sua resposta em uma das cinco categorias: branca, preta, amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda (se a pessoa se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (se a pessoa se declarou indígena ou índia). Muitos países no mundo trabalham com a autodeclaração, que é o critério recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas) (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019). Dessa maneira, o presente estudo segue o critério de classificação adotado pelo IBGE.

De acordo com Theodoro et al (IPEA, 2008)², a identificação racial é uma construção social, e não mera consequência da cor ou raça dos pais de cada pessoa. Essa classificação envolve o modo como as pessoas constroem sua própria identidade e a forma como querem se posicionar frente aos demais e em relação à sociedade. Como Teodoro et al (2008, p. 107) afirma, "nada garante que esse modo de construir sua própria identidade seja constante ao longo do tempo. Para os indivíduos, pode depender de mudanças nas suas visões de mundo, ideologia ou até refletir experiências particulares que os afetaram". Também é provável que as pessoas estejam se declarando mais como pretas e pardas em virtude da força do movimento negro.

Ainda de acordo com Theodoro et. al. (2008, p. 116):

Em algum momento, entre 1996 e 2001, há o início de um processo de mudança em como as pessoas se veem. Passam a ter menos vergonha de dizer que são negras; passam a não precisar se branquear para se legitimarem socialmente. (...) Na medida em que o debate da identificação racial ganha as páginas dos jornais e a sociedade vê que é um tema legítimo; na medida em que negros são apresentados nas telenovelas como personagens poderosos e não apenas empregados domésticos; na medida em que negros são vistos compondo o Supremo Tribunal Federal e ocupando os mais diversos cargos na política; na medida em que o Movimento Negro sai da marginalidade e ocupa espaços no debate político, a identidade negra sai fortalecida.

² No a coletânea do Ipea: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; e SOARES, Serguei. As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008.

Analisando os dados de classificação racial no Brasil, a partir de 2004 nota-se a mudança na estrutura racial da população: diminuiu a proporção dos que se declaram brancos e aumentou a proporção dos que se declaram pretos ou pardos. Em 2006, a população negra (pretos + pardos) superou a população branca, e em 2008 passou a representar a maioria dos brasileiros. Isto posto, juntamente com as considerações possíveis a partir de dados do IBGE e IPEA, o presente estudo utiliza também relatórios do Projeto Unesco como meio de fomentar novas leituras acerca da sociedade brasileira.

Outra importante fonte utilizada é o Projeto UNESCO, definido como um programa de estudos, estruturado a partir de uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil nos anos de 1951 e 1952. Foi um projeto financiado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para a Educação, Ciência e Cultura, com o objetivo de entender a singularidade das relações raciais no Brasil, divulgadas como harmoniosas. O projeto foi criado em período posterior a Segunda Guerra Mundial, quando foram exterminados muitos judeus e negros. Com isso, as pesquisas buscaram compreender como a "democracia racial" ocorria no Brasil, para tentar implantar esse espírito democrático em países onde existiam tensos conflitos étnicos.

No entanto, o que o trabalho deixou evidente foi o engano quanto à noção de que existiria uma democracia racial no país, essa noção não passava de um mito. O estudo resultou no reconhecimento de profundas desigualdades sociais entre brancos e negros, e da existência do "preconceito de cor" no país. Também ficou reconhecida a percepção da necessidade do estudo do passado escravocrata para o entendimento da situação atual que se reflete no país. E esses indicadores supracitados foram fontes utilizadas para tentar compreender como é retratada a condição da população negra no Brasil, sobretudo em relação aos desafios que a população jovem enfrenta ao longo de sua trajetória e quais as possibilidades deste público no futuro.

1.1 Juventude, Juventudes e Juventude Negra

A juventude não existe e nem pode ser pensada de forma isolada, ela deve ser discutida na contemporaneidade, considerando-a do ponto de vista social, cultural e histórico. Pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento étnico e religioso. E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações, mas que também vivencia as questões sociais de educação, saúde, emprego, violência, assim como todos os extratos sociais.

Pela definição do Estatuto da Juventude, em cumprimento à *Lei no 12.852*, de 5 de

agosto de 2013, artigo 1º, compreende-se por jovem as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (BRASIL, 2013). Na Seção IV Do Direito à Diversidade e à Igualdade, em seu artigo 17º, prevê que o jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos, e não será discriminado por etnia, raça, cor da pele, origem, idade e sexo. Entretanto, identifica-se que o que está previsto não necessariamente está garantido, sobretudo no que tange a questões relacionadas à discriminação de determinados grupos.

Partindo da definição apresentada no Estatuto da Juventude, a discussão sobre juventude é permeada por diferentes temáticas: a caracterização das(os) jovens, seu envolvimento em processos de desenvolvimento psicossocial, estilos de vida, relações de gênero, sexualidade, expressões culturais, gravidez, paternidade, violência, situação de abandono, moradores de rua e inclusos em medidas socioeducativas.

De acordo com o Relatório “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, apresentado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2009, a juventude foi inscrita no contexto contemporâneo mundial como categoria social a partir de duas abordagens: a primeira segundo os “problemas” associados a este grupo, a identificação com a delinquência, a drogadição, e que necessitava de ações de controle e repressão social por parte da sociedade e o poder público; a segunda abordagem coloca o jovem como fase transitória para a vida adulta, que demanda esforço da escola e da família para se tornar um adulto ajustado à sociedade e produtivo. Esta transição é demarcada por elementos socioculturais que garantiriam tal inserção ao jovem por meio de papéis sociais típicos da vida adulta: trabalhador, chefe de família, pai e mãe, e seguindo uma sequência de acontecimentos previamente determinados como entrada no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade. Ao fim deste processo, o jovem-adulto estaria preparado para uma nova etapa, a estabilidade.

De acordo com Juarez Dayrell (2003), a juventude não é caracterizada apenas por um momento de transição, no qual se manifestam comportamentos exagerados, conflitos de personalidade e autoestima. Apesar de afirmar que não há uma definição exata de juventude enquanto categoria, é importante considerá-la a partir de seus componentes históricos e culturais, sendo ao mesmo tempo uma categoria social e um tipo de representação.

Cotidianamente nos deparamos com diversas afirmações acerca do que é a juventude e estas considerações interferem em nossa maneira de compreender as(os) jovens. Uma das formas mais problemáticas é a condição de “vir a ser” adulto, que coloca a(o) jovem em uma condição de perda de sentido das ações do presente, em detrimento de um futuro existente apenas quando adulto. Há também a visão romântica da juventude em relação à liberdade e ao

prazer que se formou em meados dos anos de 1960, por influência da indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido a jovens. Associada a essa visão, a imagem da juventude é meramente um ensaio para a vida adulta, um período para experimentações, marcada pelo hedonismo, pela irresponsabilidade e por uma tendência da juventude de apresentar conflitos de personalidade e afastamento das instituições, como a família, a escola e o trabalho (DAYRELL, 2003).

Segundo Novaes (2006, p. 105) “(...) qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais”. Sendo assim, pode-se considerar a juventude como resultante de uma vivência em determinado período histórico e social, que traz os dados da cultura onde ela é estabelecida e o tempo pelo qual ela é concebida. Imersos nos conceitos hegemônicos da sociedade contemporânea, depara-se com jovens assustadoramente inseguros e bravamente imediatistas.

A imagem da juventude que se cristalizou na sociedade atual traz uma forte característica de metamorfose, de aglutinação, de inconstância, de incerteza e de desvinculação, enquanto representação de uma categoria fragilizada e vulnerável. Em contrapartida, as(os) jovens representam, também, uma categoria consciente e desafiadora na busca de novos valores sociais, morais e afetivos, que sejam capazes de reestruturar sua identidade. Hall (2006) ressalta que a identidade se forma através de um processo histórico, e não biológico. Segundo o autor, “o sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (2002, p. 13). Portanto, a preocupação em conceituar e/ou definir a categoria juventude se esgota no modo como cada um(a) desses(as) jovens se apropria da relação construída com o fator tempo interpretando-o para o resto da sociedade. Assim, torna-se necessário o questionamento destes estereótipos socialmente construídos, porque, na maioria das vezes, as(os) jovens são analisados de forma negativa sem efetivamente apreender as formas como esta população constrói suas experiências.

Retornando aos dados recolhidos, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2019, do total da população brasileira, 42,7% se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. São aproximadamente 209,2 milhões de habitantes no Brasil. Desses, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos – são, portanto, a maioria da população. Os dados dessa pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão disponíveis online, assim como outros relatórios sociais e demográficos do país, podendo ser acompanhados em escala mensal, trimestral e anual.

Em 2015, a distribuição percentual por faixa etária publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), segundo cor/raça, as(os) jovens entre 15-17 anos correspondiam a 5,2% da população total brasileira. Jovens nesta faixa etária correspondiam a 4,5% da população autodeclarada branca, 5,1% da população autodeclarada preta, 5,9% autodeclarados pardos e 5,2% autodeclarados indígenas. Pelos dados publicados pelo Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), a partir dos dados da PNAD, em 2015, as(os) jovens brancos representam a maior porcentagem de acesso à escola (87,1%), seguido por jovens pardos (82,7%) e pretos (81,7%) (SILVÉRIO; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019).

No que tange especificamente a juventude negra – considerando jovens autodeclarados pretos e pardos –, o Relatório “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, apresentado pelo IPEA (2009), aponta para as desigualdades entre jovens negros e brancos que refletem nos mais diferentes aspectos da vida social, configurando menores oportunidades sociais para a juventude negra. Assim, quando caracterizada, a juventude brasileira prevê o reconhecimento de uma sociedade diversificada social e culturalmente, e a juventude também apresenta diferenças e desigualdades. Questões de gênero e raça estão diretamente relacionadas aos constantes desafios enfrentados pelas(os) jovens no país, o que coloca as discussões e o ideário do mito da democracia racial em constante questionamento.

As representações de Juventude Negra são problemáticas, pois não traduzem as reais experiências de jovens no Brasil e na América Latina. Da maneira como tem sido retratada, a juventude negra atua como sujeitos identitários e políticos que são resultado de uma articulação de heterogeneidades, consequências de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de expropriação colonial, escravidão e modernidade racializada em que vivemos. Ainda falta uma elaboração conceitual que desafie compreender e apresentar a complexidade deste sujeito social, sem a vinculação a uma condição juvenil de vítimas, suspeitos, vulneráveis e subalternos. É preciso compreender a Juventude Negra de forma integral, como agentes transformadores e potenciais para a sociedade brasileira.

A representação da Juventude Negra precisa ser revelada em suas várias dimensões, e a iniciativa por fazê-lo parte das ações históricas do Movimento Social Negro e encontra constitucionalidade na Lei 10639/03, que orienta a outros olhares sobre a experiência negra no Brasil. A definição mais simples para o termo Juventude Negra classifica as pessoas de idade entre 15 a 29 anos, autodeclarados negros pelo censo demográfico brasileiro, porém, a forma como pensamos estes sujeitos sociais no Brasil está alicerçado em um saber/poder que sustenta as bases científicas ocidentais, que hierarquizam e/ou desqualificam uns em detrimento de

outros, e corrobora para um modelo universal de ser jovem que estrutura as produções de conhecimento.

As buscas rápidas nos sites de pesquisa com o termo “Juventude Negra” resultaram em uma associação a expressões como extermínio, enfrentamento ao genocídio, genocídio, violência, redução da maioria penal e mortalidade. Contudo, ao “adentrar” na Juventude Negra, percebemos as diversas representações possíveis, para além da condição de vítimas, vulneráveis e subalternos; localizando-nos como potencialidades, vanguardas, consumidores e construtores de uma sociedade melhor, tal qual foi proposto por mulheres negras, para melhor compreensão de suas experiências e especificidades.

Contudo, do mesmo modo, a juventude negra especificamente possui hierarquias internas de gênero, classe, localização geográfica, religiosidade, orientação sexual, entre outras, que precisam ser consideradas na extrapolação deste termo. Esta reflexão parte de uma linha crítica contestatória, que mostra que o sujeito estudado é diverso e precisa ser pensado no plural, porque existem várias “Juventudes Negras”, em condições existenciais diferentes composto por mulheres, gays, universitários, mães e pais, empresários, artistas, entre outros, dispostos em situações distintas econômica, intelectual e territorialmente, mas que também são Juventudes Negras.

O olhar colonial reconhece a Juventude Negra como herdeira de representantes do povo negro, que traz em si, nos seus corpos, as marcas das experiências e dos desdobramentos de ser negro no Brasil. Embora hoje já se reconheçam as lutas por direitos civis do Movimento Negro, as(os) jovens são aprisionados nos resquícios de uma mentalidade escravocrata, ainda presente no século XXI e, por isso, percebidos pejorativamente como sujeitos propensos à insurreição, logo, suspeitos e violentos (PEREIRA, 2015). Porém, são diversas as condições de ser Juventude Negra, e estes jovens significam os espaços, por meio dos estilos de vida, da produção de culturas juvenis, de padrões de consumo, das relações de poder, dos espaços de lazer ou por meio das sociabilidades (CARRANO, DAYRELL, 2015). A exemplo, em famílias pobres, jovens assumem as despesas da casa, exercendo importante papel econômico em sua comunidade, e, ao trazer para o centro de reflexões estas realidades, descortina-se a fronteira onde estes habitam.

1.2 Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil

A forma como a educação se articula para atender às demandas do sistema econômico tem sido motivo de preocupação devido a necessidade de se constituir uma identidade para o

ensino médio e suas proposições. A comunidade acadêmica, então, propõe debates que permeiam a proposta teórica de formação integral dos indivíduos e a aplicação prática da natureza da educação profissional que é instrumental. Com isso, esta seção busca compreender como se dá a articulação entre o ensino médio e as políticas de educação profissional no Brasil.

A educação no Brasil é um direito constitucional, garantido a todos. A partir da Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a organização da educação brasileira está constituída em duas etapas: a) educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e b) educação superior. A educação básica tem por finalidade desenvolver o estudante, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Entretanto, a educação na sociedade capitalista se configura na dualidade de ofertar uma educação destinada às elites, de caráter propedêutico em contraposição a uma educação profissional para os pobres, sobretudo no ensino médio e o ensino profissional no Brasil. Essa instrumentalização da educação ocorre para as(os) jovens das classes populares ao longo das séries do ensino médio, para que tão logo concluam a formação e ingressem no mercado de trabalho.

No Brasil, a origem do ensino profissionalizante está fundamentada numa política de assistencialismo aos pobres, que para não se envolverem em atividades ilícitas precisavam de uma educação mínima e paralelamente, em uma política tecnicista, tinha por objetivo formar uma elite fabril minimamente qualificada.

De acordo com os dados do IBGE, divulgados pela Agência Brasil, jovens de 15 a 29 anos no Brasil totalizam atualmente 47,3 milhões. Destes jovens, 13,5% são classificados como ocupados e estudando; aproximadamente 28% não estavam ocupados, porém estudavam; 34,9% estavam ocupados e não estudavam; 23% não estavam ocupados e nem estudando. Estes 10,9 milhões de jovens dividem-se em 3,5 milhões de brancos e 7,3 milhões, ou 25,8% do total, de pretos ou pardos (IBGE, 2019).

A educação é um direito de todos, mas, para a população negra do país, há desafios particulares que ainda precisam ser enfrentados. Embora a presença de negros (pretos e pardos) em escolas do país tenha crescido nos últimos dez anos, as diferenças raciais nos índices de educação ainda são frequentes. Outro relatório de Estatísticas Sociais apresentado pelo IBGE em 2019, com dados do Censo do ano anterior, demonstrara que, na taxa de evasão (ato de deixar de frequentar as aulas, ou seja, abandonar o ensino em decorrência de qualquer motivo), a proporção de jovens de 15 a 29 anos que não concluíram o ensino médio e não estudavam em

2019 era maior entre pretos e pardos (55,4%) do que entre brancos (43,4%). A métrica dos anos de estudo aponta que pretos e pardos têm menos anos de estudo (8,6), em média, se comparado aos brancos (10,4). E no índice de reprovação, a proporção série correta/idade é menor (85,8%) para pretos e pardos, enquanto para alunos brancos, o percentual é de 90,4%. A frequência também é maior entre os negros na taxa de analfabetismo. O índice daqueles que não sabem ler e escrever é maior na população negra (8,9%) do que os 3,6% na população branca (IBGE, 2019).

Ainda sobre a taxa de reprovação, um desdobramento possível é o abandono escolar. Como divulgado em um jornal online, em 31 de outubro de 2019, foi realizado um levantamento sobre o abandono escolar em 2018. Coordenado pelo Unicef e parceiros, foram analisados os dados de matrículas realizadas nas escolas públicas estaduais e municipais, em que 3,5 milhões de estudantes deixaram a escola ou foram reprovados no ano (IBGE, 2019).

Segundo uma notícia veiculada no portal G1³, dados do Unicef em 2019 apontam que, dos 2,6 milhões de estudantes de ensino fundamental ou médio que reprovaram de ano em 2018, 48,41% são negros (pretos ou pardos). Isto indica que, neste grupo, a taxa é duas vezes maior que a de brancos, somando, em 2018, mais de 1,2 milhão de estudantes reprovados.

Em 2019, dados do Unicef sobre a trajetória escolar, no Painel Brasil, indicam que o número total de estudantes das redes municipal e estadual com reprovação na escola era de 2.115.872. No ensino médio, em redes municipais, somaram-se 2.893; nas redes estaduais, foram 602.188. E, de acordo com os indicadores de cor/raça, somados pretos e pardos, o número é de 1.028.117 alunos reprovados em 2019.

Uma nova atualização dos dados referentes a reprovação, abandono e distorção ano-série (alunos que têm dois ou mais anos de idade acima do recomendado em determinada série ou ano escolar) foi publicada pelo Unicef em janeiro de 2021. O estudo, intitulado “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar”, busca demonstrar como a cultura do fracasso escolar impacta meninas e meninos no Brasil, levando à reprovação, ao abandono escolar e à distorção idade-série, considerando também o contexto da Covid-19.

O documento elaborado pela UNICEF (2021) aponta que estudantes indígenas e pretos, e na sequência pardos, são os mais reprovados. Esses somam 1.053.855 estudantes, 49,8% do total de reprovados em 2019. Também chama a atenção o fato de 26% do total (559.793 estudantes) não terem declarado sua cor/raça.

³ Fonte: Portal G1 <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/31/alunos-pretos-representam-39percent-do-total-das-matriculas-e-58percent-do-total-de-reprovados-diz-unicef.ghtml>, acesso em 21 de agosto 2021.

Quando tratamos de juventude e ensino médio, não podemos desconsiderar uma questão que tem estado bastante presente no cotidiano de quem vive a comunidade escolar. Em 2016, o Governo Federal anunciou, por meio de medida provisória, uma reforma no ensino médio. Tais medidas anunciadas preveem diversas alterações no currículo, como o aumento da carga horária, a implementação de itinerários formativos e a oferta de formação técnica profissional.

[...] o Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil na medida em que possibilita aos estudantes escolher o itinerário formativo no qual desejam aprofundar seus conhecimentos. Um currículo que contemple uma formação geral, orientada pela BNCC, e também itinerários formativos [...] contribuirá para maior interesse dos jovens em acessar a escola e, conseqüentemente, para sua permanência e melhoria dos resultados da aprendizagem (BRASIL, 2017).

De acordo com o Ministério da Educação, as mudanças devem ocorrer na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dessa maneira, os conteúdos estabelecidos como obrigatórios ao longo de todo o ensino médio serão apenas os componentes curriculares de Matemática e Língua Portuguesa. A oferta de Língua Inglesa também é obrigatória, mas pode ser feita em qualquer um dos três anos ou mesmo em todos eles, dependendo da escolha das unidades de ensino.

Contudo, as demais disciplinas não irão desaparecer. O aluno do ensino médio deve continuar desenvolvendo as competências e habilidades referentes a todas as áreas do conhecimento presentes na BNCC, porém, organizadas de outra forma, dentro dos itinerários formativos de modo a permitir maior flexibilização curricular e incentivar o desenvolvimento das práticas multidisciplinares: a) Linguagens e suas tecnologias; b) Matemática e suas tecnologias; c) Ciências da natureza e suas tecnologias; d) Ciências humanas e sociais aplicadas. Juntamente com esta oferta, o itinerário formativo técnico-profissional poderá ser proposto por meio de parcerias entre o setor público e o privado.

Para os críticos do novo modelo, esta ação configura a transferência da responsabilidade do Estado para a esfera privada, o que favorece o aumento do tecnicismo e distanciamento dos estudantes da possibilidade e até mesmo do interesse em cursar uma universidade. Outra questão preocupante, além da oferta padronizada de oportunidades, é em relação à redução das escolhas das(os) jovens ao que é regionalmente ofertado. Haveria, dessa maneira, um reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, além de coibir o direito de escolha, dado que serão as redes de ensino a decidir quais itinerários serão ofertados pelas escolas.

Com este modelo, o ensino em tempo integral passa a ser uma demanda, uma vez que

precisaria de maior tempo para formação das competências e habilidades. Esta jornada estendida vai totalmente ao contrário do propósito da mudança, a redução da evasão escolar. Isso porque, aumentando o tempo de permanência na escola, menor o tempo que este jovem poderia dedicar ao trabalho, ou seja, a sua sobrevivência. Nesse momento também surgem dúvidas com relação a seguridade dos recursos para este novo modelo, em relação a infraestrutura, materiais, formação e professores.

1.3 Um olhar sobre o Mercado de Trabalho

Em relação ao mundo do trabalho, de acordo com Marília Sposito (2005), a condição de ser jovem está associada às relações de trabalho. Isso quer dizer que, para uma grande parcela da juventude, a experiência juvenil só pode ser vivenciada efetivamente por jovens que trabalham e, assim, conseguem recursos para custear seu consumo (material ou simbólico). A autora apresenta que, para a manutenção desta experiência, as relações entre trabalho e escola recebem ênfases diversas de acordo com o ciclo de vida e as condições sociais de cada jovem.

Entretanto, não se pode esquecer que existe uma extensão da visão colonial, racista e classista na defesa de uma centralização de poder, sobretudo no mercado de trabalho. A existência do imaginário de marginalidade é fomentada por uma história construída sobre uma sociedade, em que os problemas das raças associam-se à hierarquização das relações de poder, reforçada pelas desigualdades de oportunidades, que acaba implicando situações de racismo com a juventude negra. Isso determina suas condições sociais e favorece a estratificação social, materializada na cultura, nos valores, nos comportamentos e nas organizações sociais brasileiras que tratam as(os) jovens negros de forma excludente (PASSOS, 2010).

Pelos dados da população em geral do IBGE, no segundo trimestre de 2020, constatou-se que 12,8 milhões de pessoas se encontram desempregadas⁴, ou seja, cerca de 11,8% da população. Incluindo o indicador de raça a esses dados, 64,6% do total de pessoas sem emprego, segundo métricas do quarto trimestre de 2018 da PNAD-Contínua, compõem a parcela da população considerada negra, constituídos por pretos e pardos. Já a maior faixa etária de pessoas desempregadas, com 7,3% do total de pessoas sem ocupação formal, é a de jovens, entre 18 e 24 anos.

⁴ O desemprego, de forma simplificada, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. A taxa de desempregados, divulgadas com base na PNAD Contínua como taxa de desocupação, é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas (IBGE, 2020).

Tratando de mercado de trabalho, o instituto aponta que o maior contingente de trabalhadores atua na Agropecuária (60,8%), na Construção civil (63,0%) e nos Serviços domésticos (65,9%), justamente as três atividades que possuíam menores retornos financeiros em 2017, segundo o IBGE. Entretanto, os trabalhadores empregados em tais áreas a que se referem os dados não são negros.

Em uma análise geral dos dados obtidos em 2017, pessoas brancas ganhavam em média 72,5% a mais do que pretos e pardos. Ou seja, a desigualdade, segundo cor e raça, no rendimento médio mensal, se mantém significativa, considerando a carga horária trabalhada e o nível de instrução. A população branca recebia por hora um rendimento superior à população preta ou parda, em todos os níveis de escolaridade, destacando-se maior diferença quando o nível de instrução é elevado (IBGE, 2017).

No Brasil, quase 11 milhões de jovens de 15 a 29 anos não estão ocupados no mercado de trabalho e nem estudando ou se qualificando, de acordo com a Pnad-Contínua, suplemento Educação, realizada pelo IBGE em 2018. Esse grupo, que representa 23% da população do país nessa faixa etária, apresenta pouca representatividade no mercado de trabalho, além de sua inserção estar caracterizada por condições de maior precariedade e baixos salários que a dos jovens brancos.

Dito isso, ressignificar essa relação é contrapor um ideário único da existência e representação dessas histórias, descentralizar o protagonismo de um perfil homogêneo em qualquer que seja o segmento, legitimar a subjetividade dos atores em questão e fazer ecoar vozes que protagonizam seus espaços de pertencimento e que por muitas vezes não têm seus discursos ou produções valorizadas, sobretudo dando espaço para que novas narrativas sejam compartilhadas.

Para esta pesquisa, buscamos relacionar este olhar da juventude, sobretudo a juventude negra sobre o processo de inserção no mercado de trabalho via programas de aprendizagem. Sabe-se que a relação jovem-trabalho não ocorre apenas neste contexto, entretanto, diante das vivências que me despertaram interesse na temática, escolhi pensar sobre as questões relacionadas a emprego e renda, considerando as recentes reformas propostas para a educação profissional, mais especificamente os programas de aprendizagem.

O governo brasileiro em meados de agosto de 2021, em meio a pandemia, propôs acabar com o funcionamento vigente do Jovem Aprendiz. A Câmara dos Deputados se uniu para avaliar um projeto de lei que deverá retirar os direitos dos brasileiros que atuam pelo programa de fomento ao mercado de trabalho. A atual legislação, em vigor desde o ano 2000, deverá ser substituída pelo Requip (Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão

Produtiva). Pelo projeto, o cidadão perde seu vínculo empregatício de modo que lhe garanta auxílio transporte, alimentação, entre outros. Além disso, a matrícula em uma instituição de ensino se torna facultativa no que diz respeito a contribuição das empresas à previdência. De modo geral, o novo programa incentiva que jovens estejam no trabalho, mas cancela todos os direitos previstos para quem atuava pelo Programa Aprendiz. O público alvo atualmente é de 14 a 24 anos, porém terá também a faixa etária reformulada.

A Medida Provisória 1045, que teve seu texto-base aprovado na Câmara dos Deputados, tem causado muitas polêmicas e se mostra, em caráter definitivo, como uma grande armadilha para trabalhadores e trabalhadoras. Isso porque, originalmente, essa medida trata sobre a renovação do programa de redução de jornadas e salários ou suspensão dos contratos de trabalho, mas, no decorrer do processo, sofreu a inclusão de diversas emendas por parte do relator. Entre elas, a criação de alguns programas, como o Requip.

O Requip tem como premissa a criação de empregos para jovens de 18 a 29 anos que estejam desempregados há mais de dois anos ou pessoas que vivam em família com baixa renda, beneficiárias de programas federais, como o Bolsa Família, prevendo o pagamento de uma Bolsa de Incentivo à Qualificação, chamada de BIQ, paga pelo empregador com subsídio da União. Se aprovado, o projeto tem capacidade para anular os direitos conquistados com a Lei da Aprendizagem (10.097/2000), que determina que as empresas reservem contratações, de 5 a 15% da sua capacidade, para jovens entre 18 e 24, com uma série de garantias e benefícios.

De acordo com o Requip uma das primeiras vias de ingresso ao mercado de trabalho é o Jovem Aprendiz. Com a reforma, o profissional receberá cerca de R\$ 440 mensais, ou seja, 40% do valor do atual salário mínimo de R\$ 1.100, sendo que metade (R\$ 220) será paga pelo governo e a outra metade pela empresa por meio da BIQ, com a carga horária de trabalho de 22 horas semanais. Além disso, os trabalhadores ficarão sem férias remuneradas (terá apenas o direito a um recesso de 30 dias sem pagamento), sem 13º salário, sem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou outros direitos trabalhistas.

Em contrapartida, a Lei da Aprendizagem torna obrigatório direitos como: trabalho com carteira assinada, salário mínimo proporcional à sua jornada de trabalho, 13º salário, férias, FGTS. Ou seja: um verdadeiro vínculo empregatício. Para as(os) jovens, há uma perda significativa de direitos e benefícios, que já eram poucos.

Hoje, para adentrar no mercado de trabalho por meio da Lei da Aprendizagem, é necessário que os candidatos menores de idade estejam matriculados em uma instituição de ensino. Uma das outras exigências é que o aprendiz tenha, ao final do contrato, completado o ciclo de formação teórica (400h) indicado pela empresa. Com o Requip, esses profissionais não

precisam estar matriculados em instituições de ensino. Muitos especialistas assumem que este ponto deve impactar na evasão escolar e, também, na falta de capacitação para os profissionais.

O Programa Aprendiz carregou, desde sua criação, uma série de falhas, do ponto de vista da remuneração e sobretudo da capacitação. Mas se houvesse efetivamente uma preocupação com jovens que integram tais programas, uma reformulação seria feita a fim de atender as necessidades desse grupo marginalizado e não alterações que preveem apenas benefícios aos empregadores.

Em 2015, podia-se dizer que a juventude brasileira era uma juventude trabalhadora. Contudo, a participação de jovens no mercado de trabalho no Brasil é marcada por vários desafios, como informalidade, baixa remuneração, alto índice de rotatividade, precarização da relação de trabalho e dificuldade de conciliação entre estudos, responsabilidades familiares e trabalho, como pudemos inferir a partir dos dados estudados. Neste sentido, as políticas públicas têm um papel central na melhoria das oportunidades e das condições para este grupo, seja em termos de educação, formação profissional ou inserção e participação no mercado de trabalho. Entretanto, reformas como o Requip, as mudanças no ensino médio e fatores, como aumento do desemprego, falta de experiência profissional, mudanças tecnológicas que geram demanda por novas competências e exigência de um nível de instrução mínimo podem excluir as(os) jovens do mercado de trabalho, especialmente aqueles em condições de maior vulnerabilidade, afetando, assim, o resto da vida produtiva dos jovens.

Outro fator é o baixo investimento em políticas públicas de incentivo a entrada e permanência de jovens na Educação Superior. O Brasil encontra-se tomado por um enorme negacionismo da importância do conhecimento, da importância do desenvolvimento científico tecnológico, e isto está levando o país a um retrocesso intelectual gigantesco, que coloca novamente este grupo a ocupar uma posição de conformidade haja vista a necessidade de sobrevivência.

2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as etapas de elaboração do trabalho, desde as buscas até os primeiros resultados. Foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases brasileiras Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Scielo, com recorte temporal dos anos 2000 a 2020 para ambas. A justificativa para a escolha temporal se deu pelo interesse em compreender os impactos das políticas nacionais e investimentos nos programas de aprendizagem e capacitação profissional endereçadas a jovens.

Para a condução da pesquisa, elencamos, como primeira fase, a busca de dados na literatura, através de uma pesquisa exploratória. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2007, p.44), é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. De acordo com o autor, apesar de quase todos os estudos apresentarem algum tipo de exigência dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, como neste caso.

De acordo com Telma Lima e Regina Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que possibilita ao pesquisador buscar soluções para um problema de pesquisa. Isso acontece por meio da realização de um conjunto ordenado de procedimentos que possibilita um alcance maior de informações, bem como permite a utilização de dados que estão dispostos em inúmeras publicações, facilitando, assim, a identificação e a construção do processo de elaboração conceitual do objeto de estudo.

Dentro da perspectiva da pesquisa bibliográfica, John W. Creswell (2010) aponta que a revisão de literatura em um estudo de pesquisa tem vários objetivos. O pesquisador compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão bem próximos ou relacionados ao estudo em questão, relacionando um estudo ao diálogo mais amplo na literatura sobre um tema, preenchendo possíveis lacunas e possibilitando a comparação com estudos anteriores de forma mais objetiva e estruturada.

Juntamente com a descrição do percurso de elaboração do presente texto, consideramos abordar conceitos chave para contextualizar como estará pautado o olhar sobre a temática. Conceitos de raça, subjetividade e identidade nortearam as análises e discussões no decorrer do trabalho.

O uso do conceito raça passou por transformações ao longo do tempo e, de acordo com Guimarães (2003), raça é, cientificamente, uma construção social, e devem ser estudadas no campo da cultura, como também no da cultura simbólica. Isto porque “raças” são efeitos de

discursos, e fazem parte desses discursos da sociedade aspectos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre gerações, como, por exemplo, traços fisionômicos ou qualidades morais, intelectuais ou psicológicos. Logo, a raça é uma ideia fictícia que visa justificar as desigualdades e hierarquias de valores sobre os seres humanos a partir do enquadramento fenotípico – portanto, arbitrário – entre eles. Nestas formulações, coube, ao branco, os significantes positivos da beleza, civilidade e moralidade; ao negro, os negativos da feiura, incivilidade e imoralidade (MUNANGA, 2003).

Embora falacioso e incomprovado dos pontos de vista biológico e genético (MUNANGA, 2003), os desdobramentos dessa categoria são reais, evidenciando que, como construção social, ela segue altamente eficaz, estruturando a vida nos planos global e local, moldando a distribuição diferenciada de recursos e poderes entre os grupos sociais, assim como desejos e temores das pessoas ao redor do mundo. Raça denota uma forma de classificação social, baseada em uma atitude negativa frente a certos grupos sociais e na atribuição da desigualdade social a características pessoais. Para as(os) adolescentes e jovens, a questão racial opera em diferentes níveis e está presente em todas os espaços que ocupam – ou deveriam ocupar.

Seguindo os pensamentos de Schucman (2020), a ideia de raça e o próprio racismo estão presentes e difundidos nas diversas experiências da vida social brasileira, seja nas distribuições de recursos e poder, nas identidades coletivas, nas expressões culturais e sistemas de significação, e no conteúdo e na organização das experiências subjetivas. Contudo, não deixaram de ser questões ocultadas que circulam sob diferentes formas discursivas de silenciamento, apagamento ou negação dos conflitos que provocam.

Ainda no século XXI, vivenciamos no Brasil ideias conservadoras que apontam o país como um lugar de convivência racial pacífica, com fluidas classificações de cor e raça nas quais a mestiçagem aparece como resolução tranquila para as diferenças. Em contrapartida, até sua máxima oposição, desvelada pelos movimentos sociais negros e, também, por um conjunto de estudos e pesquisas, demonstram a sólida e duradoura iniquidade e injustiça racial como fatores determinantes da estrutura social brasileira (SCHUCMAN, 2020).

O negro foi, ao mesmo tempo, uma tentativa de apagamento da diferença étnica entre os não europeus de modo geral, sobretudo os descendentes de africanos, e de construção de uma identidade coletiva negativa, inferiorizante, portanto, colonizadora e construtora de um outro mitologicamente sem história e sem cultura. A eficácia da construção narrativa do colonizador em relação ao ser negro como ausência, ou negação de uma humanidade comum, tem inspirado inúmeras reações de intelectuais e ativistas, em diferentes lugares do mundo, a constituírem

reflexões que tentam articular o passado negado e a experiência presente. Logo, ser negro ou ser branco refere-se a construções sociais em torno da ideia de raça construída no século XIX, legada e reiterada atualmente. Para brancos, um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial; para negros, um lugar social construído a partir do racismo estrutural por uma desvantagem no que concerne aos acessos aos bens simbólicos e materiais de nossa sociedade (SCHUCMAN, 2020, p. 111).

Partimos da concepção, descrita por Nardi (2006, p. 23), de que a subjetividade A subjetividade é constituída dos lugares que ocupamos ao longo da vida, desde que nascemos e em todos os núcleos aos quais estamos inseridos: na família, na escola, no trabalho, adentrando a todas as outras instituições. São estas relações que produzem um sujeito que se molda a partir da expansão de conexões. Compreender a subjetividade de tal modo, rompe com as noções convencionais de identidade, e passamos a compreendê-las em uma rede discursiva, tratando-se de uma fixação em determinada posição na linguagem, constituída a partir da diferença, dos produtos do discurso e da cultura. As identidades se expressam na forma como se torna alguém em uma determinada composição de grupo, etnia, raça, gênero, família ou profissão. Identidades e subjetividades são móveis e constituem novas combinações a partir de encontros com a diferença (SCHUCMAN, 2020, p. 267).

A classificação racial no Brasil, com raras exceções, se dá por aparência. O preconceito racial aqui se exercia essencialmente sob pretexto desta aparência, dos traços físicos dos indivíduos e, em comparação com os Estados Unidos, seria definido pela origem ou ancestralidade. Existe uma diferença entre o ser negro a partir de uma reconstrução da origem essencialmente negra – aquele a fim de se reencontrar com um passado imemorial, e de essência puramente africana ou racial que dê sentido a essa existência – e o ser negro assimilado, como parte de um processo de nomeação pelo outro que se dá por meio de experiências que admitem interações entre colonizadores e colonizados, e sustentam empiricamente superiores e inferiorizados na construção das ideologias nacionais. Deste modo, ser negro no Brasil pode significar tanto a origem africana comum de pretos e pardos quanto a posição similar que ocupam na estrutura de estratificação social. No primeiro caso, negro é uma construção eminentemente política para a constituição de uma narrativa e agência comuns; no segundo caso, uma descrição estatística que desvenda, ou pode desvendar, os impactos da discriminação racial nas oportunidades existentes em uma sociedade organizada hierarquicamente por cor/raça.

De acordo com Bernardino-Costa e Grosfoguel (2019), a condição negra de hoje não é a mesma da virada do século XIX para o XX. Naquela época, mulheres e homens vivenciaram,

em seus respectivos contextos, um momento em que enxergavam a possibilidade da integração social do negro recém-saído da escravidão por meio da educação, do acesso à terra e ao trabalho urbano. Entretanto, depararam-se com uma construção científica estruturada e a serviço do colonialismo, centrada na raça que os posicionava no mundo da natureza até o momento da abolição. As consequências da ação da coroa inglesa, no processo de abolição da escravatura no Brasil, deixam evidentes que as justificativas morais eram parte de uma geopolítica econômica e hegemônica mais ampla do Reino Unido.

Do ponto de vista moral, o debate desvenda que os termos negro/raça/africano são evocados sempre em referência a uma diferença que os remete a uma situação de inferioridade na escala da humanidade. Pode-se deduzir que, do ponto de vista ideológico, certos grupos se pensam, e pensam os outros, a partir da descrição de diferenças observáveis, definindo qualidades e atribuindo valores em detrimento de outros valores e qualidades por considerá-los indesejáveis, contribuindo para o processo de sua estigmatização.

A partir da leitura de *Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo*, Silvério e Trinidad (2012) apresentam que, para autores como Stuart Hall, compreender a ideologia diz respeito aos “referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona”. Para Hall (apud SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 897), o problema da ideologia é concernente às formas pelas quais ideias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma “força material”. Sendo assim, a teoria da ideologia possibilita compreender como “os conceitos e linguagens do pensamento prático que estabilizam uma forma particular de poder e dominação; ou que reconciliam e acomodam as massas em seu lugar subordinado na formação social” operam em processos de (res)significação de sujeitos colonizados/racializados (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 897).

Em relação às ideologias raciais, para além das teorias racialistas, elas podem fornecer o mapa de posições e relações sociais existentes em um contexto histórico preciso (incluindo as relações de dominação), as quais serviram de justificativa para as mais diversas formas de subordinação. No caso brasileiro, é visível a influência exercida pela ideia de que somos uma “democracia racial”, que nos iguala simbolicamente em termos de uma mistura genética e cultural e, também, que nos hierarquiza em termos cromáticos nas relações sociais cotidianas, posicionando os indivíduos não brancos em uma escala de qualidades e valores observáveis nos postos que eles ocupam, por exemplo, no mercado de trabalho (SILVERIO; TRINIDAD, 2012, p. 898).

Embora diferentes pesquisas atuais apontem, de forma consensual, ser a aparência o

critério para a classificação racial predominante no Brasil, há uma diversidade de formas relacionadas às categorias de cor e raça que os brasileiros usam para interpretar a aparência dos sujeitos – e também para interpretar a si próprios, como pensa Schucman (2020). Nesse sentido, Guimarães (1999) afirma que a categoria "cor" no Brasil tem sido usada como uma metáfora de raça, e que as noções de cor e aparência física, no imaginário da população brasileira, sobrepuseram-se e imiscuíram-se às raças.

Desta forma, a ideia de raça produzida pela ciência moderna foi condensada e consubstanciada à cor da pele no Brasil, onde esta característica demarca, portanto, a noção equivocada de superioridade e inferioridade. A partir desta lógica, quanto mais escura a cor da pele de um indivíduo, mais aproximado ele está dos significados negativos construídos historicamente acerca da população negra; quanto mais perto da cor de pele branca, mais status e privilégios ele ganha, em todas as relações sociais.

Como consequência, a tarefa de situar-se entre negro ou branco não é tão simples ou universal como os sistemas raciais fazem acreditar. A autoinclusão e heteroinclusão dessas categorias e sua expressão em cada indivíduo ocorre de forma menos realista em comparação à maneira como essas categorias se expressam e se formalizam no campo social. É uma inclusão não óbvia, mas parte de fenômenos sociais e históricos complexos, sempre relacionados a outros, às relações de poder contextuais (SCHUCMAN, 2020, p. 112).

Junto com a subjetividade, caminha o processo de construção da identidade negra. A discussão sobre a identidade é permeada pela complexidade e usos diversos do termo. Para a elaboração do conceito, sobretudo em relação ao contexto étnico-racial, é importante pensar acerca dos elementos constitutivos da identidade coletiva.

A perspectiva que aqui se ancora é de que não é possível pensar a identidade sem considerar que o sujeito constrói sua subjetividade a partir das experiências vivenciadas em seu contexto social. E para se compreender as questões ligadas à construção e o desenvolvimento da identidade afro-brasileira, deve considerar que a identidade e a diferença são inseparáveis, posto que só existe a identidade (eu) mediante a diferença (outro).

Stuart Hall (2006), em *Identidade cultural na pós-modernidade*, apresenta os debates sobre os avanços das discussões no campo das ciências sociais acerca dos usos da identidade. As questões colocadas por este autor evidenciaram as contradições teóricas que se produziram no pensamento social sobre o sujeito “pós-moderno” no que tange aos aspectos histórico-sociais e individuais. Antes de pensar identidade individual, faz-se necessário desvendar quais aspectos do coletivo nos influenciam no processo de autoidentificação e pertencimento étnico-racial. Uma questão central colocada em virtude dessas indagações é sobre a possibilidade de

estabelecimento de vínculos entre a pluralidade das identidades forjadas de formas rígidas, e as relações e estruturas que se tornaram cada vez mais múltiplas e fluidas. A noção de identidade oriunda do pensamento filosófico clássico, central e essencialista, ofereceu um repertório teórico em uma posição pouco confortável para entender a multiplicidade e as especificidades humanas.

A cultura produzida em países que vivenciaram processos de colonização é fundamental nesse processo. Compreender os processos identitários requer entender que tais processos ocorrem em mediação social, histórica e política. E isso acontecerá com as análises sobre o desvelamento do colonialismo, que coloca em discussão os processos forjados por meio do binóculo do colonizador, uma vez que as categorias sociais e conceitos científicos excluam alguns povos e culturas, considerando inferiores e estabelecendo uma relação de superioridade/inferioridade, cujo impacto é sentido no corpo. Esta definição dialoga com Paul Gilroy (2007) que apontou que a raciologia constituiu-se a partir de uma produção do negro e da diferença entre os povos. Essas ideias foram mobilizadas com argumentos da biologia, da religião, do direito, enfim, uma série de dispositivos, que produziram o negro como ser inferior, tanto biologicamente quanto socialmente, dividindo a sociedade em raças. Esse movimento se materializou no corpo e define, desde então, quem pertence ou não a uma determinada cultura, regulando as relações entre raça e política. No mundo do trabalho, as determinações se dão em diversos aspectos e se transfiguram em formas de organização dos empregos e das empresas.

Pensando sobre o impacto das atividades profissionais nas(os) jovens negros que estão em processo de trabalho, a dimensão estética assume papel importante nos processos de construção das identidades destas(es) jovens. Daí, podemos identificar Fanon (2008), que destaca o “esquecimento” de sua cultura de origem, bem como a anulação de uma civilização inteira e de seu passado histórico. Por meio do processo de assimilação, o colonizado passa do estado de selvagem para se aproximar ao ideal do branco (branqueamento). A linguagem é fundamental nesse processo, pois, a partir da compreensão dela, outros processos de hierarquização dos sujeitos corroboram com a supremacia colonial. Ao analisar as relações afetivas entre brancos/as e negros/as, Fanon (2008) reforça as tentativas de aceitação e pertencimento por meio da constituição das famílias inter-raciais. A noção de inferioridade do negro está tão introjetada na sua “alma” que as escolhas dos parceiros são influenciadas pelo ideal de beleza e estética que o branqueamento pode proporcionar.

Por sua vez, Hall (2006) aponta que os sujeitos se fragmentam em deslocamentos, inauguram novas possibilidades de ser e estar no mundo, e essas novas possibilidades não encontram representações para si na esfera das identidades dominantes e hegemônicas. Esse

processo culmina em uma disputa e uma busca por legitimidade, tanto no âmbito coletivo como individual. E é sob essa perspectiva e devaneio que as identidades coletivas e individuais são forjadas e as relações constituídas, seja no âmbito escolar ou profissional.

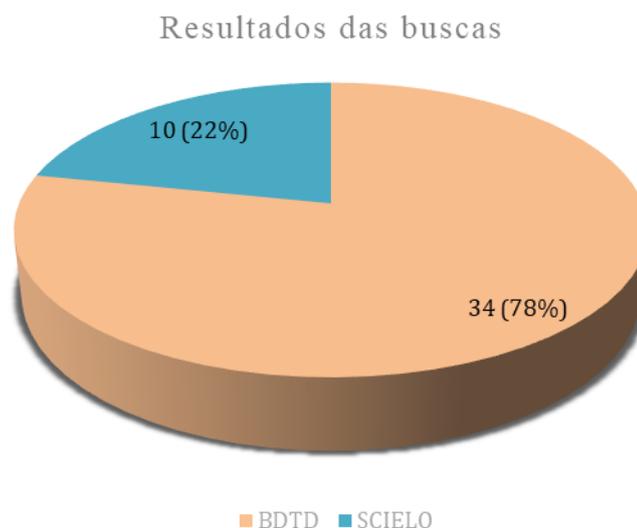
Como aponta Nilma Lino Gomes (2008), da mesma forma que ocorre em outros processos identitários, a subjetividade negra se molda gradativamente, em um processo que envolve diversas variáveis, causas, efeitos e contextos. Este processo tem início em relações com grupos sociais mais íntimos, como a família, pautado em contatos pessoais permeados por afetividade, que favorecem a elaboração dos primeiros conceitos sobre o mundo. Então, passa a ter desdobramentos para outras relações que o sujeito estabelece ao longo da vida.

Assim, a sociologia da juventude centra-se na dualidade entre a vertente geracional x vertente histórico-social. Entretanto, centraliza-se apenas na discussão de classes sociais, como estratégia de mobilidade social e reconhecimento, e apaga a questão racial do universo juvenil. Desta forma, faz-se necessário abordar brevemente a questão do negro no Brasil e quais as consequências desse apagamento histórico nas trajetórias educacionais e profissionais das(os) jovens e suas famílias. Com isso posto, sendo o racismo um desafio para a concretização de uma democracia efetiva no Brasil, é sempre importante realizar movimentos no sentido de identificar e combater práticas racistas em todas as esferas da sociedade. O que reflete diretamente na condição juvenil, uma vez que a hipótese é que este racismo permeia todas as relações em que estas(es) jovens negros estão inseridos, desde o contexto escolar no ensino médio, a sua participação social e econômica no mercado de trabalho e consolidação da idade adulta.

Neste sentido, esta pesquisa foi desenvolvida em 3 etapas: Na primeira etapa, temos o levantamento bibliográfico preliminar das produções sobre Juventude Negra, ensino médio e Mercado de Trabalho. Realizamos o levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Scielo, com as principais produções realizadas dentro da temática, em um recorte entre os anos de 2000 até 2020. A segunda etapa, a análise dos dados coletados com leitura e categorização das produções e na terceira etapa a discussão da percepção sobre a amostra pesquisada.

Na primeira etapa apresento uma síntese dos resultados por termo de busca utilizado nas bases brasileiras. Conforme Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Resultados das buscas de publicações por bases pesquisadas



Fonte: autoria própria (2022).

Ainda sobre esta síntese de resultados, os dados da tabela indicam como ficaram os resultados das buscas nas bases pesquisadas em números absolutos.

Tabela 1 – Detalhamento dos resultados de busca por bases pesquisadas

Termos de busca	BDTD	Scielo
Mercado de Trabalho	25289	1997
Ensino Médio	16883	2055
Juventude Negra	196	17
Juventude AND Ensino Médio AND Trabalho	309	8
Juventude Negra AND Trabalho	122	4
Juventude Negra AND Mercado de Trabalho	17	0
Juventude Negra AND Emprego	17	0
Juventude Negra AND Ensino Médio	14	2
Juventude Negra AND Ensino Médio AND Mercado de trabalho	0	0
Total	42847	4083

* Os resultados foram organizados em ordem decrescente a partir da base BDTD.

Fonte: autoria própria (2022).

Na base BDTD, foi realizada uma busca simples das palavras-chave que resultou em números de publicações inviáveis para análise para o momento: “mercado de trabalho” (25289 publicações entre teses e dissertações); “ensino médio” (16883 publicações) e “juventude negra” (196 publicações). Destas publicações, resultaram temas variados e distantes do escopo deste trabalho.

Optamos pelo refinamento da busca utilizando o operador booleano⁵ *AND* a busca com os descritores “juventude” *AND* “ensino médio” *AND* “trabalho”, que apontou 309 resultados. Deste número, ao analisarmos os resumos, concluímos que 301 não tratavam de questões referentes a população jovem negra. Outros tantos tratavam de outros temas, como violência, índices de mortalidade, gênero, sexualidade, racismo e preconceito na escola e áreas distintas, saúde, psicologia etc.

Novamente com o booleano *AND*, “juventude negra” *AND* “ensino médio” *AND* “mercado de trabalho”, obtivemos 0 publicações. Com os descritores “juventude negra” *AND* “ensino médio”, obtivemos 14 publicações. Os termos “juventude negra” *AND* “emprego” geraram 17 publicações, sendo uma já encontrada em uma busca anterior. Os descritores “juventude negra” *AND* “mercado de trabalho” geraram 17 publicações, e “juventude negra” *AND* “trabalho” foram 122 publicações; destas, 4 foram selecionadas.

Por meio de leitura flutuante das publicações, foi possível identificar que, dos 59 resultados selecionados, 34 efetivamente contemplavam de forma mais direta a temática deste trabalho. As demais foram excluídas por apontarem para outras áreas ou temas, como práticas sociais, dança, grêmios estudantis etc., além de conter materiais já contemplados em busca anterior. Os textos sobre juventude apontaram questões interessantes, o aparecimento do termo “juventudes” (plural) e a identidade étnico-racial dessa juventude negra. O que possibilitou completar a exclusão destes materiais foi o termo “trabalho”, que aparece somente como sinônimo de “atividade escolar”.

Na base Scielo, a busca simples das palavras-chave resultou em números de publicações inviáveis para análise para o momento: “mercado de trabalho” (1997 artigos); “ensino médio” (2055 artigos) e “juventude negra” (17 artigos). Destas publicações, resultaram os mais variados temas. Neste sentido, para contemplar nosso objetivo, optamos pelo refinamento da busca utilizando os operadores booleanos *AND* a busca com os termos “juventude negra” *AND* “ensino médio” *AND* “mercado de trabalho”, já que “juventude negra” *AND* “emprego” e “juventude negra” *AND* “mercado de trabalho” não gerou resultados. Ao substituímos o termo “juventude negra” somente pelo termo “juventude”, foi possível localizarmos 8 publicações. Já busca pelos descritores “juventude negra” *AND* “ensino médio” trouxe 2 publicações.

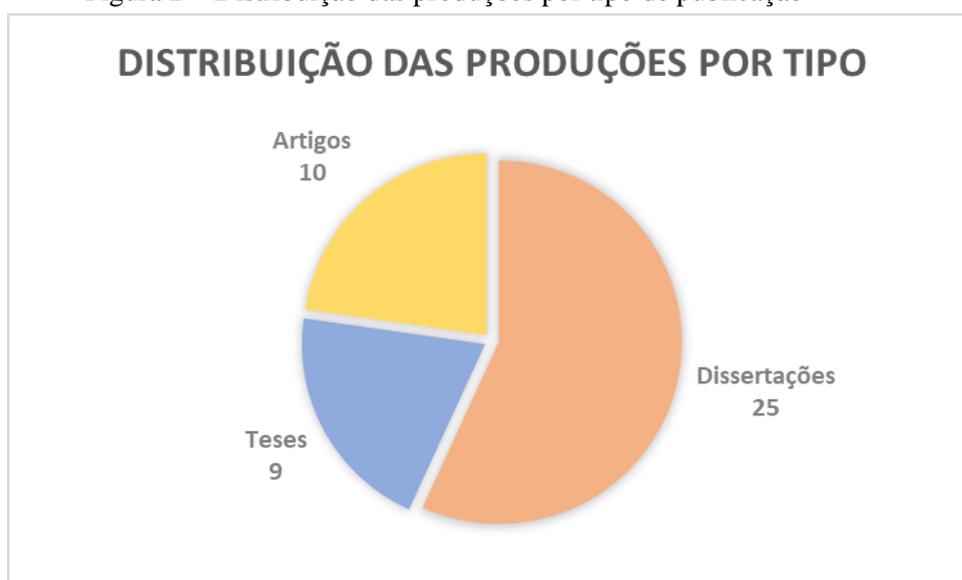
⁵ Na busca booleana ou lógica booleana de buscas os operadores *AND*, *OR* e *NOT* (E, OU e NÃO) são utilizados na combinação de palavras-chave para adição, alternância ou negação entre os termos da pesquisa. *NEAR* e *SAME* podem ser usados para combinar termos a fim de ampliar ou limitar a recuperação. Utilizamos o booleano *AND*, para encontrar registros contendo *todos* os termos separados pelo operador (SCIELO, 2020, s/p).

Para verificar outros resultados, alteramos o termo “mercado de trabalho” por apenas “trabalho”, e na busca “juventude negra” AND “trabalho”, obtivemos 4 artigos: um deles era repetido e os demais abordavam temáticas diferentes do presente estudo; dois estavam relacionados à música e aspectos da cultura, e o último referente à aprovação da pauta da juventude negra no Estatuto da Juventude.

A escolha pelos termos “juventude” AND “ensino médio” AND “trabalho” ampliou para 8 o número de publicações. Ao realizarmos a leitura dos resumos, pudemos identificar que 4 deles se aproximaram do cerne de nossas buscas, trazendo a dificuldade das(os) jovens negras(os) e não negras(os) se inserirem no mercado de trabalho após a conclusão do ensino médio. Destes artigos, dois já estavam contemplados e os demais trouxeram temas como gênero, produção textual para Enem, atuações de jovens no Grêmio Estudantil e articulação de jovens para reivindicar junto a uma Promotoria de Justiça o direito à Educação. Totalizamos, então, 10 publicações da base Scielo selecionadas para análise.

Após as buscas, a leitura dos resumos auxiliou na identificação dos trabalhos que se encontram no escopo da pesquisa. Dessa forma, permaneceram, para análise, 34 publicações na BDTD e 10 artigos na Scielo. A distribuição dos resultados contemplou 25 dissertações, 10 teses, localizados na BDTD, e 10 artigos, conforme segue Figura 2.

Figura 2 – Distribuição das produções por tipo de publicação



Fonte: autoria própria (2022).

Para a etapa de análise dos dados coletados, como primeiro passo, foi realizada leitura de reconhecimento do material bibliográfico. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 42), “uma

leitura rápida com objetivo localizar e selecionar informações e/ou dados referentes ao tema”. No segundo momento, a leitura exploratória também se constitui “em uma leitura rápida com objetivo de verificar se as informações e/ou dados selecionados interessam de fato para o presente estudo” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 42). Ainda segundo as autoras, “a leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é por meio dela que se pode identificar as informações e os dados contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre eles de modo a analisar a sua consistência” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 42).

No momento de leitura e categorização, ao passo que realizamos a leitura, foram elaboradas fichas de leitura dos textos para a criação de categorias que possibilitassem melhor organização dos textos de acordo com o tema abordado.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Considerando que utilizamos diferentes bases e formatos de publicações, procuramos manter uma estrutura de análise com aspectos centrais, como: temas, metodologia utilizada e principais resultados. Sendo assim, a partir da leitura dos resumos dos artigos foi possível selecionar o total de 44 publicações. O critério para manter os textos a serem analisados foi a possibilidade de relacionar os três temas: Juventude, Ensino Médio e Trabalho. Percebemos, dessa maneira, ao passar das leituras dos resumos, que estes tratavam de juventude de forma generalizada, poucos trouxeram as especificidades da Juventude Negra. Entretanto, estes textos foram mantidos para podermos ao final compreender como a juventude é percebida e citada pelos autores.

Os artigos selecionados foram organizados, inicialmente, em ordem cronológica, de 2000 a 2020, e identificados de A1 a A34, para base BDTD, e B1 a B10, para Scielo. Tal descrição foi utilizada com intuito de facilitar sua identificação nos quadros, gráficos e tabelas produzidos ao longo da análise. Estes estão organizados apresentando números de identificação (ID), ano da publicação, títulos e autores.

3.1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

O processo de busca e seleção do material teve início pelos artigos publicados na BDTD. Nessa base, buscamos teses e dissertações entre os anos 2000 e 2020.

O primeiro quadro apresenta número de identificação do texto, de autoria própria, para facilitar localização do texto no decorrer da discussão. Seguido por ano de publicação, título e autores nas referências.

Quadro 1 - Artigos publicados na BDTD

ID	Ano	Título	Referência
A1	2004	Educação profissional da juventude na crise do emprego	FREITAS, Maria da Conceição da Silva
A2	2008	O estudante do ensino médio e técnico e a precarização do trabalho: perspectivas e adaptação : um estudo de caso de jovens estagiários	ALMEIDA, Ada Maria de
A3	2009	Os novos rumos do trabalho - emprego e desemprego: uma análise das práticas discursivas de jovens...	PARENTI, Ana Flávia da Costa
A4	2009	Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho: estudo realizado em uma escola de ensino médio de São Paulo	GUARALDO, Livia Maria

A5	2011	Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida	KLEIN, Ana Maria
A6	2012	Representações sociais de jovens sobre trabalho: uma análise construída a partir da formação profissionalizante e da experiência de primeiro emprego	BETETO, Mariana de Freitas
A7	2012	Juventude, escola e trabalho : razões da permanência e do abandono no Curso Técnico em Agropecuária Integrado	STEIMBACH, Allan Andrei, 1982
A8	2013	Juventude e projetos de futuro: possibilidades e sentidos do trabalho para os estudantes...	LOUREIRO, Terezinha de Jesus Lyrio
A9	2013	A experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu/RJ: inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?	RIBEIRO, Ricardo de Souza
A10	2015	O valor da experiência social e escolar do ensino médio para jovens negros(as) e brancos(as)	SILVA, Natalino Neves
A11	2015	Significados atribuídos pelos jovens estudantes ao ensino médio integrado à educação profissional: um estudo de caso	WALLAU, Raquel de
A12	2016	Trabalho e educação: expectativa do jovem da classe trabalhadora quanto às possibilidades da Escola do Ensino Médio da periferia de Belém ser contributiva para sua inserção no mercado de trabalho	MORAES, Rodrigo Ferreira de
A13	2016	Juventudes e Ensino Médio: transições, trajetórias e projetos de futuro	ALVES, Maria Alda de Sousa
A14	2016	Política de formação integrada para a juventude: um estudo sobre as repercussões do PROJOVEM urbano (2008-2013)	MUNIZ, Iremar José
A15	2017	Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica	CARVALHO, Marcio Bernardes de
A16	2017	Encontros com a escola e o mundo do trabalho : uma caracterização sociológica das juventudes do ensino médio integrado de Cornélio Procópio/PR	GOMES, Tainan Rotter Begara
A17	2017	Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do sul do estado de Goiás	PINHEIRO, Rafael Gomes
A18	2017	Situação de estudo e trabalho e escolaridade da população juvenil, na região metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014	SPEROTTO, Ana Paula Queiroz
A19	2018	Jovens geração Z : percepções na construção de um caminho em direção ao mundo do trabalho	GRAEBIN, Rosani Elisabete
A20	2018	E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo	SANTOS, Raquel Souza dos
A21	2018	Jovens, escola e mundo do trabalho: experiências e significados em São Miguel Arcanjo- SP.	DEMARCHI, Rodrigo Geraldi

A22	2018	Empobrecimento da experiência, formação e juventude	FRANCO, David Budeus
A23	2018	A formação escolar do trabalhador juvenil no contexto da Lei da aprendizagem (Lei nº 10.097/00)	MENESES, Marcelo D. Bezerra de
A24	2018	Entre o ensino superior e o mercado de trabalho: um estudo de caso sobre o caminho de jovens do ensino médio de uma escola pública paraibana	OLIVEIRA, Valda Ozeane Camara Cassiano de
A25	2018	As trajetórias de jovens egressos do ensino médio de escola pública no mercado de trabalho de Salvador no período de 2011 a 2017	SANTOS, Janaína Matos dos
A26	2018	Fazer o que gosta, gostar do que faz: jovens estudantes e o(s) mundo(s) do trabalho	NUNES, Simone Regina dos Reis
A27	2019	Juventudes e trabalho : o discurso dos jovens sobre educação profissional no ensino médio	ANGELI, Gislaíne
A28	2019	Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro	OLIVEIRA, Caique Diogo de
A29	2019	O processo de transição escola-trabalho no Brasil: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas comparativas	LOMBARDI FILHO, Stélio Coêlho
A30	2019	Projetos de vida dos jovens do ensino médio de escola pública	SILVA, Amanda Félix da
A31	2019	Significações de futuro profissional para estudantes de ensino médio de diferentes classes sociais residentes em municípios com ofertas de formação profissional desiguais	PERDIGÃO, Solange Alves
A32	2019	A escola pública e o sentido do trabalho para jovens concluintes do ensino médio	SILVA, Emanuelle Cristine de Almeida
A33	2019	Experiências de jovens trabalhadores em seu processo de escolarização em Marechal Cândido Rondon – PR (1990-2017)	CAETANO, Paloma Mariana
A34	2019	Juventude em desenvolvimento: as experiências formativas e a construção do Projeto de vida	SIRIANI, Felix Fernando

Fonte: BDTD (2004, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

Após a elaboração do quadro, optamos por apresentar uma síntese de cada publicação lida e analisada tanto na BDTD quanto para Scielo.

A análise dos textos foi feita em primeiro momento individualmente, com objetivo de compreender como estavam estruturados e quais elementos contribuiriam para elaboração do presente estudo. Com o decorrer do desenvolvimento desta pesquisa os textos passaram a ser analisados coletivamente, considerando elementos consoantes entre os textos estudados e o tema da dissertação. Identificamos que as produções sobre a temática, a partir da interseção dos termos escolhidos, começa a aparecer no ano 2008 e aumenta sua expressividade a partir dos quatro anos seguintes. Contudo, as questões voltadas exclusivamente para a observação das demandas e enfrentamentos da juventude negra só são observadas a partir de 2018.

Os resumos das teses e dissertações encontradas na BDTD estão organizados a partir do ano de publicação e nomeadas de *ID A1* até *A34*.

O texto **A1 - *Educação profissional da juventude na crise do emprego*** (FREITAS, 2004) é uma tese cuja questão central foi identificar como se estabelecem as relações entre os atores sociais de uma escola técnica de ensino médio para lidar com a situação do desemprego juvenil. Buscando compreender a articulação entre a educação profissional, o sistema produtivo e a demanda por perfis profissionais no contexto atual, a autora escolhe tratar de uma escola técnica com ações voltadas para a formação do cidadão integral.

A pesquisa apresentou uma contextualização histórica, depois foi feita a aplicação de um questionário, junto aos alunos, e a análise de conteúdo do discurso contido nas entrevistas realizadas com outros atores sociais, como pais, grêmios estudantis, conselhos profissionais, sindicatos e inspetoria da FAETEC-RJ (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro), a fim de identificar o posicionamento de cada um destes atores diante das expectativas quanto ao futuro do trabalho e do desemprego juvenil. Como resultados, foram identificados poucos elementos relacionados ao sentido atribuído a escola por parte dos alunos. Entretanto, a escola busca uma ruptura conceitual da subjetividade na formação do aluno, via currículo, por meio da mudança do conceito de empregado para o de empreendedor. Esses conceitos favorecem pouco os alunos e muito os atores sociais, principalmente empresários.

Algumas falas apontam para uma situação limite que coloca o jovem sendo obrigado a se manter na formação profissional, porque esse é o caminho otimista. Destes jovens, 72% acreditam que poderão sustentar a família com o fruto do seu trabalho. O baixo envolvimento dos atores sociais traz para as(os) jovens a certeza de poderem ser integrados a postos no trabalho flexibilizado, majoritariamente mal remunerados, que não oferecem benefícios suficientes nem tampouco perspectivas de promoção. Porém, no contexto do desemprego, são a alternativa de sobrevivência (FREITAS, 2004).

O texto **A2 - *O estudante do ensino médio e técnico e a precarização do trabalho: perspectivas e adaptação: um estudo de caso de jovens estagiários*** (ALMEIDA, 2008) buscou analisar como ocorre o ingresso de jovens no mercado de trabalho em dois diferentes públicos: um grupo é formado por estudantes do ensino médio; outro, estudantes de uma escola técnica que buscou ingressar no mercado de trabalho por meio de estágios socioculturais (estágios não obrigatórios para obtenção de certificado ou diplomas de conclusão de curso que são ofertados por empresas de diversos setores para estudantes que procuram uma renda ou experiência de trabalho).

A metodologia valeu-se das seguintes fontes: a análise dos documentos institucionais

para 2005 e 2006, e a realização de entrevistas com diretores das duas escolas e também com os alunos e estagiários, sendo dez de cada escola. A análise precedente permitiu identificar o que ocorre no processo de inserção precoce no mundo do trabalho, identificando um processo de adultização destes e completa alteração em suas condições de vida. Ou seja, os projetos individuais de melhorar de vida por meio do trabalho esbarram nos obstáculos impostos pela própria condição de serem pobres, e, assim sendo, iniciam a vida profissional em trabalhos precários.

Os resultados demonstraram que os diretores reproduziram o que está nos documentos institucionais e as diretrizes que estabelecem os documentos governamentais para a educação de nível médio e técnico no que tange aos estágios socioculturais, sem nenhuma crítica contundente ao que se apresentava. Os diretores apontam ainda que há pouco interesse dos alunos na escola, um discurso que é recorrente no imaginário social e faz com que as escolas possam então oferecer e exigir pouco dos estudantes, já que estes estão pouco envolvidos no processo de aprendizagem. Na relação escola-mercado de trabalho, os alunos devem adaptar-se a um momento de intensa instabilidade e precariedade das relações trabalhistas, haja vista o total apoio que os dois diretores dão para a contratação de estudantes pelas empresas por meio dos estágios socioculturais (ALMEIDA, 2008).

No discurso dos diretores, a meritocracia é presente, há responsabilização do aluno por seu sucesso ou fracasso na busca por um emprego. E ainda apresenta-se uma diferente configuração entre as modalidades de contratação desses jovens: a categoria Aprendiz tem carga horária, valor da bolsa auxílio e benefícios legais da CLT; enquanto ao estágio, sem benefícios legais, é uma desvantagem para as(os) jovens. A contratação de aprendiz ocorre aos menores de 18 anos e os estágios são destinados aos maiores. Neste sentido, ao passo que a idade aumenta, os benefícios diminuem, o que leva a uma contradição nos valores enaltecidos no senso comum. A ideia do estudo contínuo para ter melhores empregos é demonstradamente contraditória.

A visão empresarial que a gestão escolar vem tendo a respeito desse tipo de estágio mostra que a escola está mais interessada, assim como a legislação, em atender mais o empresário do que o aluno, mesmo sendo este último a parte mais vulnerável desta relação, tanto pela sua condição de jovem quanto pela sua condição de trabalhador que necessita de uma renda para ajudar nas despesas familiares ou para custear seus próprios gastos com educação, consumo e lazer. Assim, esses estágios são encarados como a porta de entrada para o primeiro emprego, tanto pelos diretores quanto pelos alunos (ALMEIDA, 2008).

A precarização da relação é, ao mesmo tempo, compreendida por alguns alunos,

principalmente os mais velhos que já experienciaram outras formas de obtenção de renda. Um dos entrevistados aponta que há um questionamento de que as empresas usam os estudantes como uma mão-de-obra temporária, barata, dedicada, disposta a desempenhar qualquer função para a qual for designada, e que o vínculo com a escola só permanece por ser também o vínculo entre o jovem e o emprego. O estudo mostrou que as(os) jovens têm aspirações de longo prazo em relação a escola, mas que os estágios são considerados como uma etapa importante que garante essa inserção no mercado de trabalho. A maioria das(os) jovens não descarta a utilidade do trabalho como possibilidade de mobilidade social, mas também depositam na escola a expectativa por uma carreira decente.

É uma conta que não fecha, infelizmente. Isso porque, ao contrário do que dizem, pela necessidade de sobrevivência, estes jovens acabam reproduzindo a lógica capitalista das empresas e fomentando no senso comum a ideia de que o estágio é a forma mais “valorosa” de articular escola e mercado de trabalho (ALMEIDA, 2008).

O texto **A3 - Os novos rumos do trabalho - emprego e desemprego: uma análise das práticas discursivas de jovens** (PARENTI, 2009) é resultado de uma pesquisa qualitativa sobre o ensino médio, objetivando tornar relevante a voz dos alunos. A abordagem qualitativa deu conta de obter dados a partir da percepção das(os) jovens acerca dos temas em questão: jovens e sua escolarização. Trata-se de uma pesquisa sobre as reais oportunidades de entrada dos jovens das camadas populares no mercado de trabalho.

O estudo visou a análise do discurso de jovens (na faixa etária entre 15 e 24 anos), moradores da periferia da cidade de São Paulo, estudantes de ensino médio de uma escola pública estadual, com o objetivo de captar a percepção que estes possuem sobre as oportunidades encontradas para adentrar no mercado de trabalho. A autora buscou apresentar um resgate da história político-econômica do país nos últimos 80 anos para identificar as origens dos atuais índices de desemprego tão elevados. Ela apresentou um panorama geral sobre a população jovem, observando as situações as quais eles estão expostos e que facilitam ou dificultam o acesso a vida profissional. A abordagem em grupos focais e utilização de análise de discurso possibilitou uma apreciação linguístico-conceitual.

As(os) participantes expuseram o quanto é dificultoso e angustiante para jovens das camadas populares deixarem a dependência dos pais para tornarem-se provedores de sua própria subsistência e independentes financeiramente a partir do trabalho remunerado, por falta de apoio social. Os discursos apontam que estes jovens gostariam de cursar ensino superior, assim como outras(os) jovens, porém, para esse objetivo, precisam se ocupar em empregos mal remunerados, de baixa qualificação e, em muitos casos, estudar e trabalhar ao longo do ensino

médio. O discurso também refletiu, segundo a autora, em frustrações, dada a falta de incentivo e políticas públicas que garantam educação de qualidade e trabalho com pagamento justo (PARENTI, 2009).

Em **A4 - Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho: estudo realizado em uma escola de ensino médio de São Paulo** (GUARALDO, 2009), a autora se propõe a estudar a inadequação do ensino médio à vida de jovens. Posto que esta relação não é nova, aponta que, apesar da democratização do acesso ao ensino, ainda há a percepção de que os conteúdos aprendidos na escola eram para o futuro. Entretanto, esse futuro significava para poucos o acesso ao ensino superior, enquanto para a maioria a realidade é o ingresso precoce no mercado de trabalho. O estudo se dedica a analisar como essa inadequação ocorre na atualidade.

De acordo com Guaraldo, foram realizadas mostras de vídeos e rodas de conversa com alunos sobre temas variados. O objetivo foi averiguar sobre projetos para o futuro e o que levantavam como prospecção, meios e fins. Como resultado, as falas dos alunos demonstram que estes não relacionam os conteúdos vistos na escola ao mercado de trabalho, ou seja, não conseguem projetar na carreira as aprendizagens do ensino médio. Também, pelas falas dos alunos, é possível verificar o descontentamento das(os) jovens com o currículo, com o desempenho dos professores e com a organização da escola.

Para a autora, apresentou-se de fato, uma crise do sistema educacional paulista que, pelo senso comum, só é compreendida superficialmente, mas tem fundamentos ainda ocultos: é a gestão burocrática do currículo e da ausência de políticas claras de educação de jovens (GUARALDO, 2009).

O estudo **A5 - Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida** (KLEIN, 2011) foi desenvolvido em duas etapas. A primeira compreendeu um estudo preliminar, desenvolvido entre setembro de 2008 e abril de 2009, junto a 42 estudantes do ensino médio da cidade de São Paulo. Este primeiro momento resultou no redirecionamento da investigação e na adequação do instrumento de pesquisa. A segunda etapa consistiu na pesquisa realizada com 305 estudantes do ensino médio da cidade de São Paulo, entre os meses de abril e junho de 2010.

O estudo preliminar investigou uma possível relação entre a participação juvenil em diferentes contextos (escola, bairro/comunidade, comunidade virtual, grupos juvenis) e seus projetos de vida. A análise dos dados mostrou que grande parte dos participantes veem suas comunidades como o local que consideram importante participar, mas que ainda gera desconhecimento em relação as formas de participação ativa frente aos problemas.

Ao relacionar projetos de vida e a função da escola na preparação para o mercado de trabalho, Klein (2011) identificou a visão de que as aprendizagens escolares estão relacionadas mais ao futuro do que ao presente. A autora aponta que as(os) jovens das classes B2, C e D têm projetos familiares e são os que mais se referem ao mercado de trabalho, sugerindo que a preocupação com a família envolve a valorização do trabalho, muito possivelmente por ser o caminho para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência. Em contrapartida, a categoria de projetos que menos se refere à preparação para o trabalho tem a maior concentração de jovens das classes econômicas A e B1. Neste sentido, a autora entende que estes dados levam a uma possível associação entre classe econômica e valorização da preparação para o trabalho.

Os sentidos atribuídos à escola pelos estudantes fazem alusão ao futuro, à preparação para o trabalho e para o vestibular, razões instrumentais que visam a satisfação de necessidades imediatas, como moradia e subsistência, como também à projeção futura relacionada à continuidade dos estudos. Ainda que entre os participantes predominem os objetivos e os projetos de vida autocentrados, e que os sentidos atribuídos às experiências escolares estejam mais relacionados ao próprio indivíduo, em que o outro não é considerado, há elementos que apontam caminhos para o fomento da articulação entre projetos de vida e interesses coletivos (KLEIN, 2011).

O objetivo da pesquisa **A6 - Representações sociais de jovens sobre trabalho: uma análise construída a partir da formação profissionalizante e da experiência de primeiro emprego** (BETTETO, 2012) foi compreender as representações sociais do trabalho entre jovens de 14 a 18 anos inseridos como aprendizes em uma empresa seguradora de saúde (convênios médicos), localizada no interior do estado de São Paulo.

Para a autora a literatura mostrou que a entrada do jovem no mundo do trabalho tem aspectos positivos e negativos para o seu desenvolvimento. Diante da atual crise de emprego e da existência de legislação que prevê a inserção juvenil no trabalho como aprendizes, o autor verificou como importante analisar as representações sociais de jovens cuja entrada no mundo do trabalho é mediada por entidades pré-profissionalizantes, que devem mediar a relação entre o aprendiz e sua primeira experiência de emprego, garantindo-lhe uma oportunidade temporária de qualificação e de trabalho.

Betteto (2012) utilizou o referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais, visando analisar como dimensões históricas, sociais e organizacionais dessa modalidade de inserção contribuem para formar nas(os) jovens, percepções sobre a realidade do trabalho. Foi um estudo de caso envolvendo a entidade pré-profissionalizante, a empresa de convênio médico, e a participação de 10 jovens aprendizes, de 16 e 17 anos, todos estudantes

do ensino médio de escolas públicas da cidade onde se localizam as instituições participantes da pesquisa. As representações sociais foram apreendidas por meio de entrevistas individuais e coletivas, observação participante, investigação documental e bibliográfica. As informações foram analisadas pela construção de categorias analíticas a posteriori, que advêm de leituras exaustivas e repetidas do resultado das entrevistas e dos registros de observações de campo. Em relação à entidade pré-profissionalizante, foi possível constatar que o tipo de qualificação oferecida é disciplinadora e atende a capacitação do operário padrão obediente e pouco flexível. A triangulação das informações permitiu identificar que as(os) jovens representam o trabalho de forma ambígua, evidenciando aspectos positivos e negativos (BETTETO, 2012).

De acordo com o texto, os aprendizes consideram a juventude um período de preparação para o trabalho e muito importante para o futuro profissional. As principais vantagens do trabalho, apontadas por eles, foram: o provimento para si e a família; a possibilidade de ascensão social; a contribuição social do trabalho (ajudar pessoas); adquirir responsabilidade e experiência; apoio à escola (nordeste a escolha profissional); adquirir qualificação profissional. As(os) jovens também evidenciaram a negatividade do trabalho em suas representações, apontando principalmente para a falta de tempo para a realização de outras atividades, como estudo, lazer, convivência com familiares, entre outras. Assim, concluiu-se que, na visão dos aprendizes, o trabalho contribui mais positivamente do que negativamente para o desenvolvimento profissional e pessoal destes (BETTETO, 2012).

No texto **A7 - Juventude, escola e trabalho : razões da permanência e do abandono no Curso Técnico em Agropecuária Integrado**, Steimbach (2012) buscou compreender, mediante apreciação do discurso dos alunos e profissionais de dois colégios agrícolas paranaenses, as razões para que, na realidade do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, a permanência dos estudantes ao longo do curso seja maior do que no ensino médio em geral, e do que em outros cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Mas, também, por que os que abandonam, o fazem. Para tanto, a investigação realizou pesquisa de campo na qual foram entrevistados alunos concluintes e profissionais do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, nos dois colégios que serviram de base empírica à pesquisa. Também foram entrevistados alunos que não permaneceram no curso, em uma das instituições. Além disso, foram realizadas observações sistemáticas dos dois colégios, bem como foram aplicados questionários socioeconômicos e realizadas produções de texto com os alunos concluintes das duas instituições.

A partir dos dados apresentados, o autor constatou que jovens estudantes de um colégio agrícola constroem significados muito positivos de sua experiência escolar, principalmente

porque todas as suas relações de juventude se dão no espaço-tempo escolar. Também pode se perceber que estas escolas conseguem manter os alunos devido a certo padrão de qualidade no que diz respeito à formação com políticas educacionais mais consistentes. Contudo, tanto a dificuldade de adaptação, quanto a lógica de disciplinamento dos alunos, faz com que muitas(os) jovens percam o direito ao internato e, desse modo, precisam abandonar a escola (STEIMBACH, 2012).

Em **A8 - Juventude e projetos de futuro: possibilidades e sentidos do trabalho para os estudantes** (LOUREIRO, 2013), o autor aponta que o mundo do trabalho vem se transformando nas últimas décadas, apoiado em novas tecnologias de informação e comunicação, e também novas formas de gestão organizacional. Tais transformações resultaram, entre outros efeitos, na diminuição do operariado industrial, no aumento do setor serviços, no ingresso acentuado de mulheres na força de trabalho e, principalmente, em maior desemprego, em precarização do trabalho e intensificação da jornada dos que se encontram empregados. Com isso, alguns autores chegam a questionar a centralidade do trabalho.

Loureiro (2013) questiona, partindo do pressuposto de que o trabalho ainda é fonte de significação e de valoração da vida pessoal e social, como as(os) jovens se posicionam ante essas questões, mesmo imersos em um mundo de incertezas e fluidez. Por isso, a pesquisa teve como objetivo conhecer e analisar os significados do trabalho de 16 jovens estudantes, de ambos os sexos, com idade entre 16 e 19 anos, concluintes dos cursos do ensino médio Integrado de Edificações, Eletrotécnica, Estradas e Mecânica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). O estudo utilizou abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas, e os depoimentos dessas(es) jovens estudantes foram analisados pelo método de interpretação de sentidos, de acordo com a construção de suas trajetórias e seus projetos de vida.

As principais temáticas apresentadas e analisadas foram os projetos de vida relatados pelas(os) estudantes, que apontam uma associação entre estudo e trabalho; a aspiração de ingressar na universidade como um meio de galgar uma vida profissional valorizada, o que requer esforço e dedicação por meio da realização do exame vestibular; as novas exigências do mercado de trabalho e tendo o trabalho dos pais como referência – nesse momento, o sentido do trabalho é apresentado e questionado pelos participantes, ora como um dever, ora como natureza humana, ora como via de realização de desejos e realização pessoal –; o “tempo livre” não é sinônimo de lazer e descanso, sendo muitas vezes utilizado com atividades de aprendizagem para reforçar as obrigações escolares (LOUREIRO, 2013).

No estudo, para estas(es) jovens, o futuro se apresenta como uma gama de oportunidades

e como fonte de incertezas. A atividade de trabalho está no centro da vida e das atividades, por meio da preparação para uma futura profissão, ancorando outros projetos como possibilidade de viagens, de realização e mesmo de sobrevivência. Entretanto, a realidade atual apresenta-se ancorada principalmente no último item, a necessidade de sobrevivência, que coloca estes sujeitos a não conseguirem pensar tão facilmente nas anteriores.

Em **A9 - A experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu/RJ: inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?** Ribeiro (2013) aponta que a população jovem, de 18 a 24 anos, constitui o principal público-alvo das políticas de inserção no mercado de trabalho. Estas(es) jovens representam o segmento populacional mais penalizado pelos efeitos da crise estrutural e fazem parte dos inúmeros programas de governo implementados no Brasil, que combinam aceleração de escolaridade com educação profissional. Assim, foi eleito como objeto de pesquisa a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), na modalidade PROJOVEM Urbano, no município de Nova Iguaçu (RJ), Brasil.

O objetivo foi verificar se esta política de formação profissional gerida pelo poder público local atende as demandas de qualificação profissional de jovens trabalhadores desempregados e se elas são capazes de inserir ou reinserir essas(es) jovens no mercado de trabalho formal. Foi utilizada a pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, e também a pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, documentos oficiais, sites na Web, material de divulgação, entre outros meios.

O estudo verificou que as(os) jovens atendidos pelo PROJOVEM Urbano estão na faixa etária de 18 a 29 anos, A maioria é composta por mulheres negras, em situação de risco social. Apesar de o PROJOVEM Urbano ter o objetivo de promover reintegração dos jovens ao processo educacional por meio da elevação de escolaridade com a conclusão do ensino fundamental, não existe real integração desta dimensão do Programa com a formação profissional. A função mais evidente deste programa é levar um contingente expressivo da população a se conformar com a inserção em um mercado de trabalho que é competitivo e excludente, marcado pela flexibilização cada vez maior do trabalho e da produção e um distanciamento e desregulamentação também cada vez maior dos direitos trabalhistas, apenas para mascarar o índice de desemprego no país (RIBEIRO, 2013).

A pesquisa **A10 - O valor da experiência social e escolar do ensino médio para jovens negros(as) e brancos(as)** (SILVA, 2015) foi realizada em uma escola pública estadual de Belo Horizonte - MG, por meio da observação participante com estudantes em sala de aula, durante sete meses e com a aplicação de 243 questionários aos alunos. O acompanhamento das

práticas de ensino teve intuito de perceber a interação ocorrida entre os atores sociais. Foram selecionados 29 jovens, divididos em 4 grupos de conversa e também com os professores. Deste modo, foi realizado um grupo de conversação com a participação de seis docentes e suas respostas foram anexadas ao trabalho no sentido de explicitar, aprofundar e confrontar algumas percepções de pesquisa.

Como resultado da pesquisa, Silva (2015) compreendeu que os valores os quais estes jovens, tanto negras(os) quanto brancas(os), atribuem a sua experiência social e escolar do ensino médio estão relacionados às suas expectativas social e cognitiva. É um momento de responder não só às demandas sociais, mas também conceber a sua individualidade. Ficou evidente também que a maior parte das(os) jovens, tanto negras(os) quanto brancas(os), estabelecem uma relação instrumental, utilitária e meritocrática com a educação no ensino médio. Um valor incontestável que a pesquisa demonstrou é que a experiência escolar é reapropriada pelos jovens ao construírem seus vínculos afetivos e constitui a dimensão de maior valor para eles, ao passo que as práticas de ensino adotadas na escola são unanimemente desvalorizadas.

Com relação à percepção dos estudantes quanto às desigualdades sociorraciais, notou-se que elas são percebidas por elas(es) de maneira inconsistente. A diversidade étnico-racial enquanto tema não é tratado pela escola e emerge juntamente com as questões de gênero nas falas dos jovens, tanto negras(os) quanto brancas(os), de maneira conflitiva, ambígua e contraditória. Por fim, a pesquisa mostrou que a compreensão sobre o valor da experiência social e escolar do ensino médio para jovens negras(os) e brancas(os) necessita ser mais bem entendida pelos diversos campos de estudo (SILVA, 2015).

O problema central da pesquisa **A11 - *Significados atribuídos pelos jovens estudantes ao ensino médio integrado à educação profissional: um estudo de caso*** (WALLAU, 2015) foi: quais os significados que jovens estudantes do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul atribuem ao ensino médio integrado à educação profissional? O objetivo geral foi analisar os significados que jovens do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul atribuem ao ensino médio Integrado à Educação Profissional. Como objetivos específicos, buscou-se contextualizar Juventudes, Educação Profissional no Brasil e a modalidade Integrada desta ao ensino médio; traçar um perfil dos estudantes dos cursos de ensino médio Integrado à Educação Profissional do Instituto Federal Farroupilha campus São Vicente do Sul; identificar o significado do curso para estas(es) jovens e registrar o entendimento e as expectativas dos mesmos em relação ao futuro.

Como respostas à questão central, a partir do que disseram as(os) jovens

entrevistadas(os), Wallau (2015) considerou que eles se encontram em uma situação privilegiada em relação àqueles que precisam trabalhar para continuar seus estudos ou ainda deixar de estudar porque necessitam trabalhar para ajudar no sustento da família ou sustentar-se sozinhos. Estes e estas jovens vivenciam a juventude como um tempo de preparação para o trabalho, aproveitando, no momento, as atividades práticas do próprio curso de formação profissional e os estágios (bolsas) para adquirirem experiência.

Os entrevistados apontaram também que alguns motivos para a escolha desta instituição foram o ensino e a formação recebida, as instalações físicas e a qualificação do corpo docente. Diante deste cenário, ao contrário dos textos anteriores, apresenta-se uma gama de possibilidades visualizada por estas(es) jovens. Diferente dos demais, estes alunos enxergam a possibilidade próxima de fazer faculdade e intercâmbio (WALLAU, 2015).

Este foi o segundo texto que apresentou alguma menção à distribuição da amostra considerando cor ou raça. Entretanto, utiliza termos que corroboram com o imaginário brasileiro de país miscigenado. Conseqüentemente, junto com a escolha do referencial para tratar da questão racial, o autor aponta que não foram identificadas nas entrevistas qualquer menção a situações de discriminação étnico-racial por parte das alunas e alunos pardas(os) ou pretas(os). Tais jovens apontaram para discriminação em relação à modelos de família e orientação sexual. Também foram citadas práticas de bullying sofridas neste contexto.

O papel da educação integral não é bem compreendido pelos estudantes. O próprio autor destaca nas considerações que há pouco espaço para discussão dos projetos de vida para além da formação profissional e que ainda há necessidade da escola se apresentar como um ambiente plural, que atenda às necessidades de cada jovem e não seja simplesmente um reprodutor da projeção desigual e desleal da sociedade (WALLAU, 2015).

A12 - Trabalho e educação: expectativa do jovem da classe trabalhadora quanto às possibilidades da Escola do Ensino Médio da periferia de Belém ser contributiva para sua inserção no mercado de trabalho (MORAES, 2016) trata sobre as expectativas de juventudes da classe trabalhadora, quanto à Escola Estadual Mario Barbosa, na cidade de Belém do Pará, ser contributiva para a sua inserção no mercado de trabalho ou a entrada na Universidade. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou-se de grupos focais como instrumento de abordagem aplicado a 15 jovens e teve como objetivo identificar elementos sobre o papel da Escola na vida de jovens da classe trabalhadora. No decorrer do grupo focal, o autor aponta que outros elementos surgiram e orientaram a pesquisa, como o acesso à Universidade e a inserção no mercado de trabalho.

Moraes (2016) apresenta a defesa de uma escola unitária que, para Gramsci e Nosella,

visa uma formação ampla e humanista, contrapondo-se à formação dualista de caráter reprodutor do modelo de produção vigente na sociedade. O autor aponta para a necessidade da adoção deste modelo para a educação paraense, onde o trabalho é tratado como um princípio educativo, de forma a atender às juventudes em seus condicionantes culturais, sociais e comportamentais.

O pesquisador parte da análise de classe como categoria principal na identidade destas(es) jovens. Moraes (2016) aponta que a construção sócio-histórica da condição classista da juventude é fundamental para que se possa compreender as expectativas que essa parcela tem sobre o papel da escola e para que a escola não busque “enxergar” os desejos do jovem, suas expectativas e anseios partindo de uma necessidade de dar, simplesmente, respostas individuais. Torna-se central, neste debate, que, no interior da escola, surja a construção de um projeto mais amplo de educação e ensino, que sirva ao conjunto de jovens filhos da classe trabalhadora e que o compreenda como partícipe do processo social

Pelo fato de não estarem diretamente inseridos no mercado de trabalho, as(os) jovens participantes apresentam expectativas sobre o futuro sem o peso de quem está conciliando os estudos com o trabalho. Juntamente com essa distância na compreensão da responsabilidade sobre a família, o pensamento deles sobre o acesso à Universidade aparece fortemente como expectativa de prosseguimento dos seus estudos. Dessa maneira, o autor reconhece que esta expectativa dos estudantes decorre da possibilidade apresentada pelas políticas públicas educacionais e as ações afirmativas que aproximaram o filho da classe trabalhadora de buscarem formação superior e, posteriormente, colocação no mercado de trabalho. Entretanto, ressalta que a escola no modelo atual não oferece condições de apresentar à população jovem a formação que a escola unitária ofereceria (MORAES, 2016).

O texto **A13 - Juventudes e Ensino Médio: transições, trajetórias e projetos de futuro**, (ALVES, 2016) buscou aprofundar a discussão sobre as transições juvenis no ensino médio, trazendo especificidades de duas escolas situadas na cidade de Fortaleza. Foi realizada na Escola de Ensino Médio Profissionalizante Paulo VI, por meio da aplicação de questionário com uma turma do 2º ano do curso técnico de logística. Os dados foram analisados e complementados com registros escritos das(os) jovens, decorrentes da oficina de intervenção sobre educação e trabalho. Sequencialmente, foram realizados grupos de conversa com jovens que apresentavam opiniões diversas sobre o modelo de educação profissionalizante integral.

Alves (2016) utiliza-se da perspectiva sócio histórica da juventude. A autora critica a corrente geracional e se aproxima da corrente classista, cuja ênfase de análise é a classe social

e não somente o grupo etário. A idade, como elemento classificatório, na corrente geracional, funciona diferentemente do enquadramento em uma classe social, da diferença de definição sexual, da classificação étnica, entre outros. Apoiada em Bourdieu, aponta que os contextos sociais vão determinar, em grande medida, os modos de se viver a juventude.

A pesquisa traz alguns dados referentes a juventude cearense e estes estudos apontam que a condição juvenil não muda muito independentemente da localidade. Passíveis de vivenciar a necessidade de sobrevivência, a evasão escolar e o subemprego, nos depoimentos, revelam possibilidades que se apresentam aos jovens com formas não muito nítidas. Embora reconheçam em si certas habilidades, os alunos indicam a falta de uma orientação mais efetiva na escola.

A autora conclui que as jovens e os jovens participantes são estudantes com percursos de escolarização satisfatórios, assim, identificam oportunidades objetivas de ascensão social pela escola a partir dos projetos de vida explicitados nas transições do ensino médio. Entretanto, reconhecem que, em razão das condições socioeconômicas de suas famílias, não descartam a possibilidade de conciliar o estudo universitário ao trabalho, forma também de retribuir as famílias pelo esforço despendido. Os sujeitos ouvidos na pesquisa demonstraram que, para eles, frequentar uma escola de ensino profissionalizante é uma “oportunidade” a mais em relação a estudantes do ensino médio regular, haja vista agregar as disciplinas curriculares de base científica, um conhecimento também técnico, e o conhecimento de uma profissão pela via prática do trabalho, experimentado a partir do estágio nas empresas (ALVES, 2016).

Por fim, Alves (2016) compara a condição da juventude a um caleidoscópio multicolorido e multiforme, que se modificam a partir dos contextos socioculturais com trajetórias de escolarização e horizontes profissionais também diversificadas, e com seu sucesso ou fracasso condicionado, em grande parte, por seus campos de possibilidades, que podem se ampliar com a efetivação de políticas públicas de Estado. A pesquisadora traz a questão da reforma do ensino médio – que, até aquele momento, não estava em vigor – como uma mudança que poderia favorecer muito mais a vertente utilitarista da escola, uma vez que restringir a itinerários formativos, condicionando a aprendizagem a determinada atividade laboral. Assim, reforça a necessidade de um olhar mais atento para as políticas públicas, de modo a se refazerem constantemente a medida que a sociedade também se transforma.

Em **A14 - Política de formação integrada para a juventude: um estudo sobre as repercussões do PROJOVEM urbano (2008-2013)**, Muniz (2016) apresenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), criado em 2005. O Programa tem por objetivo a execução de ações integradas que propiciem a jovens brasileiros, na forma de curso, a elevação

do grau de escolaridade, visando a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional e ações comunitárias com exercício da cidadania, e a intervenção na realidade local.

O foco do trabalho teve como recorte o estudo modalidade do Projovem Urbano, que traz o discurso de aproximar a cultura juvenil e o currículo integrado, possibilitando a valorização da expressão juvenil e a elevação dos conhecimentos trazidos pela juventude para os espaços da escola através de atividades que convidem o jovem ao diálogo. O Programa se propõe a promover a autonomia do aluno e a prática cidadã como parâmetros na implantação do currículo integrado, do trabalho interdisciplinar e do diálogo intergeracional entre a juventude e os educadores. O autor selecionou 12 trabalhos já publicados, entre 2008 e 2013, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos portais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), assim como em periódicos que tratam da temática em foco.

Considerando o aspecto social na vivência da juventude, em uma sociedade de desiguais, em função da má distribuição de renda existente em nosso país, observa-se a realidade social das juventudes das periferias brasileiras, expostos à violência, vítimas do tráfico de drogas, desempregados, trabalhando em condições precárias ou encontrando-se fora da escola. Para Muniz (2016), esta realidade preocupa o governo brasileiro e a sociedade civil, fazendo parte das agendas institucionais que buscam estratégias para formação profissional e desenvolvimento de ações, que contribuam para a aquisição de um trabalho decente. Como metodologia, na análise de conteúdo, foi utilizada a temática ou categorial de Bardin, objetivando a descrição do conteúdo das mensagens que permitissem a inferência de conhecimentos relativos a estas. Através da análise profunda dos textos, foram produzidas pela autora interpretações e explicações no intuito de dar conta do problema e das questões da investigação.

A partir dos dados analisados e do referencial teórico utilizado, a autora constatou que as experiências de Formação Escolar e Integrada do Projovem Urbano repercutiram positivamente na vida dos egressos, transformando-se num incentivo maior para a elevação da escolaridade e continuidade de suas trajetórias escolares. Ao mesmo tempo, muitos egressos reconhecem que o tempo de formação no Projovem Urbano não é satisfatório para uma formação de qualidade, no sentido da continuidade dos estudos e da realização do ENEM, após o término do ensino médio. O estudo sugere uma maior integração entre o Projovem Urbano e as instituições da Rede Estadual, proporcionando um acompanhamento maior do jovem fora de faixa idade-escolaridade (MUNIZ, 2016).

Muniz (2016) aponta uma série de modificações que vieram à tona a partir dos materiais

analisados. Destinada a esse público, poderia ser proporcionada uma formação integrada no ensino médio, semelhante ao Projovem Urbano, no intuito de proporcionar uma formação que aproxime a escola, o mundo do trabalho e a participação cidadã, reduzindo os índices de desistência da trajetória escolar, complementando com turmas de pré-ENEM para os interessados em ingressar no Ensino Superior. Quanto às maiores dificuldades enfrentadas na continuidade da trajetória escolar, foi constatado que os egressos enfrentam muitos desafios para prosseguirem estudando, como a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos e o problema de não ter com quem deixar os filhos durante o ensino noturno.

Na dimensão da qualificação profissional, o grande desafio da qualificação na educação integrada é aproximar a escola do mundo do trabalho e implementar políticas públicas no intuito de diminuir este hiato, apresentando melhorias nos processos e nos resultados. Quanto aos aspectos em que a Qualificação Profissional do Projovem Urbano poderia melhorar, a autora sugere a potencialização da economia local, voltando-se para experiências na prática de uma economia sustentável e que gere renda, incentivo e apoio na abertura de pequenos negócios nas áreas das ocupações cursadas, mais visitas técnicas, estágios e uma maior aproximação escola-empresa para possíveis aproveitamentos de egressos (MUNIZ, 2016).

Em **A15 - Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica**, Carvalho (2017) traz como objeto da pesquisa o ensino médio, voltado para a juventude da classe trabalhadora. O autor questiona como se dá o acesso ao ensino médio pela juventude da classe trabalhadora considerando o contexto de enfrentamentos da sociedade de classes brasileira, problematizando quais os eixos estruturantes para o ensino médio voltado para a classe trabalhadora. Sabendo que grande parte dos jovens de 15 a 17 anos não está no ensino médio e outra parcela sequer está estudando, questiona como se desenvolveu a última etapa da educação básica pública no Brasil nos últimos anos e quais são as possíveis razões de esta etapa ter dificuldade de universalização em nosso país.

A metodologia utilizada foi crítico-dialética, utilizando o materialismo histórico como teoria social e a teoria da luta de classes como lente para avaliação da realidade. O autor buscou compreender a constituição da juventude como categoria social na realidade brasileira, em especial no ensino médio; analisar a legislação vigente que versa sobre o ensino médio (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei nº. 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas em 2012; identificar questões estruturantes e referências para a construção de uma proposta de ensino médio para a classe trabalhadora.

A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e pesquisa em Bancos de Teses e Dissertações. Como resultados, constatou que o processo de desenvolvimento do ensino

médio dentro dos enfileiramentos da sociedade de classes no Brasil produziu um sistema informal de seleção e exclusão de jovens da classe trabalhadora no ensino público. O autor também identificou que existe uma tendência de reprodução das relações sociais para o ingresso de jovens no mundo do trabalho: jovens da classe dominante serão indicados para ocupações dentro de sua área de influência, a própria classe dominante, ao passo que as(os) jovens da classe trabalhadora serão indicados para ocuparem vagas dentro de sua área de influência da classe trabalhadora. Salvo raras exceções, essa tendência torna-se um procedimento padrão nessas relações. Com isso, demonstrou-se também a ineficácia das políticas públicas de ingresso de jovens no mundo do trabalho, a ausência de uma política educacional efetiva que faça a transição do mundo educacional para o mundo do trabalho ou mesmo consiga conciliar a formação intelectual com a formação laboral (CARVALHO, 2017).

A partir das buscas nos materiais, o processo de historicização ofereceu ao autor elementos para identificar a atuação direta da classe dominante no executivo e no legislativo, agindo contra a formação da classe trabalhadora e de seus filhos. Carvalho (2017) expõe que o sujeito histórico do ensino médio, na prática, se torna um sujeito não sujeito e as pedagogias que refletem a formação humana comprometidas com a mudança social não são hegemônicas. Para ele, há um *laissez-faire* na organização educacional pública brasileira que acaba por sustentar o *status quo* vigente.

Em **A16 - Encontros com a escola e o mundo do trabalho: uma caracterização sociológica das juventudes do ensino médio integrado de Cornélio Procópio/PR** (GOMES, 2017), o autor se propõe a discutir a relação que jovens estudantes dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado do município de Cornélio Procópio, Paraná, estabelecem entre educação e trabalho. Gomes (2017) apresentou os diferentes conceitos de juventude, como também a sua presença no ensino médio, e passou pelo debate de alguns desafios históricos, entre eles a reforma do ensino médio. A pesquisa foi realizada com 93 estudantes de dois cursos de duas escolas públicas do município de Cornélio Procópio, por meio de um questionário *survey-online* com questões de múltipla escolha e questões abertas, interrogando sobre considerações e percepções individuais a respeito do curso EMI, da escola e do mundo do trabalho.

Ao longo do tempo, a educação técnica, a cumprir da Lei nº13.415/2017, tem demonstrado uma inserção imediatista, pragmática e desigual destes jovens no mercado do trabalho. Passaram a fazer a ampliação dos contratos de estágios obrigatórios e não obrigatórios, substituindo postos de trabalho estáveis, sobretudo no setor privado, sem apontar qualquer forma de proteção ou interfaces com os objetivos pedagógicos. Estas ocorrências exercem

influência direta na vida das juventudes e no seu acesso à educação pública, como também ao mundo do trabalho (GOMES, 2017).

O texto relata que, ao serem questionados sobre como conciliar estudos e trabalho, 80% das(os) jovens consideraram possível associar, apesar das dificuldades. Outras(os) 17% afirmam haver facilidade em associar escola e trabalho e 2% consideram impossível conduzir tal situação. Entretanto, na pesquisa, as(os) mesmos estudantes que não apresentaram muitas objeções a trabalhar e estudar são as(os) que não dependem de seus próprios rendimentos para sobrevivência.

A17 - *Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do sul do estado de Goiás* (PINHEIRO, 2017) é uma pesquisa cujo objetivo foi apreender os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do interior do estado de Goiás. O autor partiu do princípio de que as condições históricas, sociais e econômicas, entre outras, podem interferir nos sentidos atribuídos à juventude e à sua relação com as instâncias sociais como a escola. Como metodologia, foi adotada a pesquisa empírica qualitativa, por meio de observação, questionário e produção de texto junto a 33 jovens estudantes 3º ano do Colégio Estadual Bernardino Guimarães, em Água Limpa, Goiás.

Para Pinheiro (2017), compreender os processos imbricados na escolarização sob a perspectiva de jovens estudantes do ensino médio de uma pequena cidade constituiu o principal objetivo do trabalho. Fez-se, então, um panorama geral do que é a cidade e as possibilidades e limitações do contexto urbano⁶ para as(os) jovens do estudo, bem como foi possível compreender o papel da escola neste contexto. As(os) jovens apontaram a escola como: um espaço de sociabilidade, interação e convivência; local de desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias como alunos; local que oferece projeções para o futuro. Com isso, percebe-se que é na escola que eles estabeleceram diferentes relações sociais, que os ajudaram a desenvolver habilidades.

A escola também é o espaço em que, quando concomitante ao trabalho, provoca desânimo e quase impossibilita a conclusão do ensino médio. Ainda assim, é atribuída, à escolarização, a responsabilidade de tornar os alunos mais preparados para o mercado de trabalho. Como condição para a continuidade dos estudos, a fim de alcançarem melhores condições de vida, é também da escolarização a responsabilidade de proporcionar ascensão

⁶ Urbano: definido pelo autor como o contexto rural e urbano em que ocorrem as experiências dos jovens participantes do estudo (PINHEIRO, 2017).

social às classes menos favorecidas. As(os) jovens, dessa forma, compreendem sua juventude como um momento de passagem, de transição para a futura vida adulta, vivenciando uma realidade histórica e social diferente dos jovens dos grandes centros; mas compartilham dos mesmos anseios e expectativas. O estudo possibilitou minimizar o obscurecimento científico sobre jovens de regiões distantes de grandes centros urbanos e seus processos educacionais (PINHEIRO, 2017).

O texto **A18 - Situação de estudo e trabalho e escolaridade da população juvenil, na região metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014** (SPEROTTO, 2017) é uma dissertação que buscou analisar a evolução de indicadores de escolaridade pré-selecionados (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade, concluída ou frequentada, e a variável situação de estudo e trabalho) de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2014. O estudo se ateve às políticas de ampliação de acesso à escolarização, via universalização do Ensino Fundamental, por meio da ampliação do acesso ao ensino médio, e na inserção no Ensino Superior, por meio de programas como o Programa Universidade Para Todos, o Fundo de Financiamento Estudantil e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a Lei de Cotas - Lei nº 12.711/2012.

Os resultados obtidos apontaram uma significativa ampliação do acesso à escola, elevação da escolaridade e redução das desigualdades educacionais para jovens com idade entre 15 e 29 anos. Entretanto, o alcance das políticas de acesso ainda está muito aquém de acabar com os diferenciais de acesso e escolaridade de jovens mulheres e jovens homens, e pouco contribuiu com a igualdade entre jovens negras(os) e jovens não negras(os) (SPEROTTO, 2017).

Sperotto (2017) identificou um grande desafio para o acesso pleno à educação. Há um destaque em relação à permanência na escola e a dificuldade de conclusão dos estudos, especialmente para os jovens homens, os jovens negros e os jovens pertencentes ao grupo de rendimento familiar per capital menor. Este estudo foi mais um dos que apresentou brevemente dados referentes a população jovem negra, diante das demais referências encontradas, verificando-se mais uma vez a comprovação da dificuldade de permanência destes jovens na escola, uma vez que a prioridade é a sobrevivência.

A19 - Jovens geração Z: percepções na construção de um caminho em direção ao mundo do trabalho (GAERBIN, 2019) foi uma pesquisa realizada com 1078 alunos do 3º ano do ensino médio de uma escola em Caxias do Sul. Teve por objetivo compreender como jovens estabelecem suas relações com o mundo do trabalho, já que, ao concluir o ensino médio, precisam decidir sobre a continuidade no estudo e/ou a entrada no mercado de trabalho,

iniciando, dessa forma, a construção de uma carreira. No perfil dos respondentes, foi possível observar que o gênero feminino teve maior representação e totalizou 56,9% da amostra, tendo o gênero masculino 43,1%. A maioria dos respondentes tinha 17 anos (61,5%) na ocasião da pesquisa, mas também foram entrevistados alunos com 16 anos (12,4%), 18 anos (20,9% e 19 anos ou mais (5,2%).

O levantamento apontou que 72% dos alunos entrevistados pretendiam estudar e trabalhar após a conclusão do curso médio. Apenas 15%, através de estágios, haviam estabelecido vínculos com o mundo do trabalho enquanto cursavam o ensino médio. A pesquisa apontou também que os alunos do 3º ano do ensino médio atribuem um significado ao trabalho a partir da escolha de uma profissão que considerem importante e interessante, na qual sintam-se felizes, assim, o sucesso estaria relacionado a adoção de bons hábitos de trabalho em profissões que vão ao encontro de seus interesses, atitudes e habilidades (GAERBIN, 2019).

As jovens e os jovens da pesquisa demonstraram que conhecem as tarefas exercidas e nível de formação exigido pela profissão de seu interesse, e essas informações, geralmente, são fornecidas pelos pais e outros membros da família, bem como na internet. Ou seja, tais jovens sabem como obter trabalho e como mantê-lo, em teoria. Em relação ao mundo do trabalho, Gaerbin (2019) aponta o programa Aprendiz Legal como possibilidade de vivenciar experiências no mundo do trabalho antes da conclusão do ensino médio, mas este é um programa pouco difundido nas escolas, considerando a quantidade de jovens que ocupavam vagas como aprendizes. Quanto a preparação para a carreira, de acordo com os professores participantes da pesquisa, o despreparo em alguns aspectos evidencia a necessidade de um orientador profissional para desenvolver trabalhos junto as escolas de ensino médio, a fim de apresentar aos alunos todas as possibilidades, oportunidades e particularidades envolvidas no mundo do trabalho.

Ao buscar identificar elementos da geração Z entre as(os) jovens entrevistados, apesar do desconhecimento em relação a questões funcionais da carreira, nas entrevistas, percebe-se que a geração Z já nasceu na era digital, que são altamente influenciados pela tecnologia e conectados com o mundo. O que se verifica como potencial é a fácil adaptação a diversidade de contextos e a facilidade de aprender coisas novas (GAERBIN, 2019).

Entretanto, uma questão que emerge a partir dos resultados e reflexões do autor são em que medida e a quem são oferecidas estas oportunidades. Gaerbin (2019) cita que a maioria das(os) jovens da escola estudada atuam como estagiários e não como aprendizes, naturalmente são jovens que não precisam de uma remuneração ou que já tem um status diferente dos demais.

No texto **A20 - E depois da escola? Desafios de jovens egressos**

do ensino médio público na cidade de São Paulo, R. Santos (2018) busca identificar, descrever e analisar os desafios enfrentados por indivíduos egressos de escolas públicas de ensino médio e pertencentes a famílias das camadas populares. Sob hipótese de que jovens encaram desafios estruturalmente fabricados, e que tais desafios são enfrentados a partir de recursos e de suportes desiguais, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com entrevistas em profundidade individuais. Ao todo, foram entrevistados 40 jovens, que possuíam entre 18 e 24 anos e tinham concluído o ensino médio em escolas públicas situadas na zona leste da capital paulista, entre os anos de 2010 e 2013.

As(os) jovens foram incitados a narrar e refletir sobre suas experiências após o término da educação básica. Em seus relatos, a realização de um curso de graduação foi tratada como caminho para escapar de trabalhos mal remunerados e com poucas possibilidades de conseguir uma vida digna e ascensão social.

De acordo com R. Santos (2018), os itinerários conturbados ao longo da vida não permitem que estes jovens tracem trajetórias lineares. Ainda que o processo de escolarização tenha sido diferente do dos pais, estes jovens tornam-se adultos muito antes dos demais. A juventude teria se transformando em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo, de práticas sociais e de estilos de vida adequados. Com isso, a pesquisa mostrou que a escola deixa de ser um marco na experiência destes jovens e passa a ser atravessada pela demanda de construir novas relações sociais.

O trabalho explorou esse processo, tomando como referência as transformações descritas pelas(os) jovens, com destaque para os esforços descritos por eles para dar prosseguimento aos estudos, pleitear um posto de trabalho e gerir as relações estabelecidas com pais e responsáveis adultos. Assim, se é verdade que há um prolongamento da condição juvenil nas sociedades contemporâneas, parece ser um equívoco supor que as idades deixaram de constituir uma dimensão fundamental na organização social. De acordo com os relatos, estas histórias também são marcadas pela tentativa destes jovens de se firmarem como indivíduos autênticos e únicos, para depois exercerem os papéis sociais em diferentes esferas da vida.

A pesquisa **A21 - Jovens, escola e mundo do trabalho: experiências e significados em São Miguel Arcanjo - SP** (DEMARCHI, 2018) analisou as experiências e trajetórias de escolarização e de trabalho, conjuntamente aos sentidos atribuídos a tais esferas, por jovens homens e mulheres que concluíram o ensino médio no município de São Miguel Arcanjo, São Paulo, um lugar marcado por fortes traços de ruralidade. A pesquisa de caráter qualitativo utilizou da técnica de entrevistas semiestruturadas, realizadas junto a seis homens e oito mulheres, entre 17 e 21 anos, que concluíram o ensino médio entre os anos de 2015 e 2017. A

análise dos dados revelou de forma contundente a presença da escola e do trabalho nas vidas desses jovens, tal como um forte entrelaçamento com as características de “rurbanidade” identificadas entre eles e a comunidade onde estão inseridos. Concomitantemente a isso, percebeu-se a presença dos fluxos e trânsitos entre o rural e o urbano, e entre a localidade de São Miguel e outros centros urbanos vivenciados por esses e essas jovens que estão associados a estratégias de continuidade dos estudos, ampliação das opções de trabalho, auxílio econômico ao grupo familiar, e desejo de conhecer e viver em lugares diversos para além daqueles de sua origem.

Os sujeitos dessa pesquisa foram caracterizados como “rurbanos”, jovens que vivenciam o cotidiano tanto das propriedades rurais de sua família, quanto dos espaços de socialização na cidade. Essa “permeabilidade” do rural no urbano caracteriza os movimentos de fluxos entre os moradores, e, possivelmente, de forma ainda mais intensa entre as(os) jovens, mostrando, assim, a fluidez das fronteiras entre os dois ambientes.

De acordo com o que Demarchi (2018) percebeu dos trajetos, experiências e sentidos da escola/escolarização e do trabalho narrados pelas(os) jovens, ficaram evidentes os esforços, para maioria deles, – seus e de suas famílias – para uma permanência mais prolongada na escola e um adiamento da inserção no mercado de trabalho. Foram poucos aqueles que relataram a necessidade de trabalhar ainda muito jovens, isto é, antes mesmo da idade legal; a maioria deles não teve que tornar-se assalariado para contribuir com a renda da família ou ter renda própria antes dos 16 anos. Ainda assim, contribuem desde muito cedo para as atividades junto a família, na casa, no cuidado de familiares menores, em tarefas domésticas, na ajuda nas roças ou ainda auxiliando familiares nos seus diversos ofícios.

As(os) jovens relatam que a postergação na entrada efetiva no mercado de trabalho (assalariado), paralela à ampliação da oferta de educação escolar, ampliou significativamente os anos de estudos dessas e desses jovens. Para alguns, possibilitou o surgimento de casos que ainda não precisaram pensar tanto em trabalhar, podendo focar principalmente nos seus estudos. Ao mesmo tempo, o trabalho para essas e esses jovens assume sentidos diversos, que vão desde a visão mesmo como algo necessário para sobreviver e a ajudar a família, até a percepção deste enquanto meio de aprendizado, como um elemento para satisfação pessoal e de transformações sociais mais amplas. A escolarização também aparece enquanto um valor de grande importância, inclusive por ser vista como potencial ampliação das oportunidades de trabalho. Especialmente para famílias de baixo poder aquisitivo, há uma forte sensação de que a ampliação da educação escolar de um membro do grupo familiar poderá, de alguma forma, auxiliar na melhoria desse, sendo inclusive motivo de grande orgulho e elevação da autoestima

(DEMARCHI, 2018).

Ao analisar as trajetórias, o autor observou a valorização do discurso do “esforço” da parte de alguns deles, especialmente no tocante a conciliação entre trabalho e escolarização. O que deve ser levada em conta também, afinal, para eles, o ato de estudar está bastante associado a ideia do trabalho. Mesmo em meio a toda a turbulência política, social e econômica atual, essas e esses jovens vislumbram esperanças, cultivam seus sonhos e planejamentos pessoais. Eles criam estratégias, se propõem a mudar o lugar em que vivem. Alguns dessas e desses jovens pensam em “ser empresários” e ter empregos em que ganhem bons salários, mas também querem ajudar suas famílias e suas comunidades, e sonham em não serem explorados e terem prazer nos seus ofícios. E é nessa perspectiva que valorizam o “esforçar-se” por meio dos estudos e do trabalho (DEMARCHI, 2018).

Por fim, o estudo de Demarchi (2018) demonstrou que a condição juvenil é vivida de forma diferente e desigual de acordo com as condições sociais e econômicas, de gênero e cor/raça. Mesmo com pouca solidez das fronteiras entre o urbano e o rural local, ainda assim as desigualdades também são sentidas de acordo com a origem e/ou moradia nesses espaços. Há, para alguns grupos, a possibilidade de adiamento da busca e inserção no mercado de trabalho, enquanto para outros uma determinada urgência.

Em **A22 - *Empobrecimento da experiência, formação e juventude***, Franco (2018) definiu como objetivo central compreender o que pensam jovens, estudantes do ensino médio, sobre educação e trabalho em relação ao futuro, tendo como referência suas próprias experiências. Considerando a complexidade do tema, previamente o autor buscou, assim como os demais textos já apresentados, definir os conceitos já cristalizados de juventude e experiência, a fim de que se pudesse realizar exame mais objetivo e central da questão estudada. Analisar as relações entre juventude, experiência e suas expectativas interessa na medida em que se considera essa fase, na qual os estudantes do ensino médio se encontram, como um importante momento de definições de toda ordem, desde os aspectos biológicos e cognitivos, até os psicológicos e sociais.

O autor valeu-se, para o decorrer da investigação, da teoria crítica da sociedade, baseada na primeira geração da Escola de Frankfurt. A partir desta perspectiva teórica, buscou realizar as interpretações dos dados. A pesquisa foi realizada na zona sul da cidade de São Paulo, especificamente na região do Capão Redondo, onde, a partir de quatro escolas selecionadas, obteve-se 314 participantes, os quais aceitaram responder ao questionário proposto.

A pesquisa atingiu o objetivo central inicialmente proposto, qual foi: examinar os nexos entre o cotidiano das relações sociais e os hábitos culturais das(os) jovens, e as expectativas que

expressam acerca do futuro. Também foi possível ao autor confirmar a hipótese central e seus desdobramentos: não há diferenças significativas nas expectativas das(os) jovens em função da diversidade de situações objetivas enfrentadas por eles. Então, duas tendências principais apresentaram-se predominantes: uma, referente ao número significativo de jovens investigados que apresentam traços de indiferença quanto ao futuro; a outra em que há um número restrito de jovens inconformados, todavia com dificuldades de vislumbrar alternativas sociais. Ao final do exame dos dados, foi possível perceber que a juventude pesquisada reflete as tendências do fenômeno social do empobrecimento da experiência, o que, por sua vez, leva à conformação de consciências e de expectativas sobre o devir (FRANCO, 2018).

O texto **A23 - A formação escolar do trabalhador juvenil no contexto da Lei da aprendizagem** (MENESES, 2018) foi um estudo qualitativo sobre a relação que jovens trabalhadores aprendizes e estudantes do ensino médio estabelecem com os saberes escolares sob a mediação da escola pública estadual paulista. As questões norteadoras tiveram como objetivo contribuir com alguns elementos para o aprofundamento da discussão sobre o problema da formação escolar de massas, em suas articulações, subjetivas e objetivas, com o fenômeno social mais amplo da precarização do trabalho juvenil, no período entre 2008-2015, focalizando a relação de jovens estudantes aprendizes com os saberes escolares e o mundo do trabalho, a partir da Lei da Aprendizagem, nº 10.097/00.

Foram utilizados referenciais como Bernard Charlot, Gomeno Sacristán, Michael Young e Dermeval Saviani. Os procedimentos consistiram em análises documentais e bibliográficas, bem como na aplicação de balanço dos saberes e no desenvolvimento de grupo focal. Evidenciou-se, nesse processo de pesquisa, que a formação escolar desse segmento social, orientada pela noção de competências, é pautada por uma relação instrumental com os saberes e com a escola, coincidindo em muito com as premissas da formação técnica-profissional, também marcada por uma relação pragmática com os conhecimentos. Nesse sentido, a pesquisa apontou para indícios que confirmam a hipótese inicial, que relaciona essa formação escolar de massas com o fenômeno mais amplo da precarização do trabalho juvenil na contemporaneidade, o que se expressa nas inúmeras dificuldades encontradas por esses jovens para, na escola, acessar o conhecimento que lhes possibilite entender a prática social em sua complexidade (MENESES, 2018).

Para análise dos dados, Meneses (2018) organizou por “pilares da vida”, de acordo com Charlot: a família, a escola, o trabalho, a saúde e o lazer. No trabalho de campo, percebe-se a noção de transição inerente a esse processo, marcado, pela tensão entre sentimentos, desejos, modos de vida, perspectivas para o futuro, etc. No caso da família, as(os) jovens a veem como

instituição fundamental, responsável pela transmissão de noções de respeito e educação, considerados valores universais para o pleno convívio em sociedade. E ao mesmo tempo, a família também é sinônimo de cobranças e imposições quanto à vida pessoal e futura dessas e desses jovens.

O autor percebeu também que é nas dimensões da família e do mundo do trabalho que se dão essencialmente os processos de adultização precoce. Seja com a participação decisiva na renda doméstica, no cuidado para com terceiros ou com a gestão do lar que há contribuição direta para essa adultização, como também na ideia de “sair de casa”, marcada pela dualidade entre uma concepção de liberdade e outra de autonomia, materializada na perspectiva de se ter a própria casa, a própria vida. Esta ideia, cuja conquista se mostra difícil por uma razão social e econômica, os faz planejar os próximos passos, como acontece com a ideia de cursar uma faculdade (MENESES, 2018).

Quanto ao trabalho, Meneses (2018) verificou que a busca pelo amadurecimento pessoal, por uma relativa independência financeira e pela responsabilidade que decorre da atividade profissional será mais tarde contrastada pelo cansaço, pela rotina, pela submissão, pela ausência das atividades de lazer de outros tempos e pelo adoecimento em geral. Da aprendizagem profissional, o autor destacou a ênfase atribuída às questões ligadas à obediência, à disciplina, ao respeito, ao comportamento, além do medo, causado a partir da noção da chance única. Isso significa que um desligamento da empresa será visto como sinônimo de impossibilidade de recontração por parte dessas agências, fazendo com que, na prática, as(os) jovens mantenham-se atentos e zelosos pela manutenção de seus postos de trabalho.

Dessa maneira, a escola, entremeada nestes pilares, apareceu como reprodutora de desigualdades e limitou-se a cumprir um processo de escolarização básica para a população mais pobre que pouco ou nada avança para além da alfabetização e do letramento operacional, totalmente alheia a ideia de respeito às escolhas de jovens estudantes do ensino médio, como sugerem as propagandas veiculadas pelo Governo Federal. Na pesquisa, foi possível perceber o mal-estar na relação de jovens para com a escola, dado anacronismo dessa instituição diante das novas tecnologias da informação, ou mesmo da negligência e descaso pelos conhecimentos e saberes que eles trazem de sua experiência e que não são considerados pela escola e pelos professores (MENESES, 2018).

Meneses (2018) também identificou uma trajetória marcada pelo descolamento entre as propostas governamentais e a realidade destas(es) jovens. A dificuldade de colocar em prática o que aprendem, distancia sumariamente estas(es) jovens das perspectivas reais do processo de aprendizagem, que é sistemática e encaminhada por abstrações científicas e filosóficas do

pensamento, reforçando o processo de precarização do trabalho e massificação de um exército de trabalhadores mal remunerados, descontentes e sem perspectivas.

A24 - *Entre o ensino superior e o mercado de trabalho: um estudo de caso sobre o caminho de jovens do ensino médio de uma escola pública paraibana* (OLIVEIRA, V., 2018) é uma dissertação de mestrado profissional que teve como objetivo compreender a escolha profissional de jovens no ensino médio, sendo escolha profissional entendida como um momento decisivo para os alunos egressos do ensino básico, pois essa escolha influenciará na construção da identidade profissional que buscam para o futuro. Para tal, o estudo analisou a relação entre a escolha profissional de jovens do ensino médio e a prática docente no cotidiano de uma escola pública de Educação básica da Paraíba. O trabalho configurou-se em um estudo de caso em que autor utilizou a abordagem qualitativa com o objetivo de realizar a interpretação da realidade, explicando situações dentro de um determinado contexto. Os sujeitos foram 13 professores do ensino médio e 34 alunos de uma sala de aula, tendo como produto a criação de um Blog Instrucional para orientação profissional. A pesquisa buscou, ainda, responder à questão: até que ponto uma escola pública da Paraíba, através de seus professores, tem contribuído no processo de Escolha Profissional dos seus alunos?

Ao longo da pesquisa, V. Oliveira (2018) observou que a maioria dos alunos possui dúvidas quanto ao futuro profissional, e o professor teria a possibilidade de transformar a realidade dos estudantes, contribuindo para uma escolha mais assertiva, obtendo melhores resultados profissionais. Entretanto, o cotidiano de sala de aula caminha na direção oposta da orientação profissional dos alunos, conforme pode ser observado na pesquisa e na análise dos dados realizadas.

A25 - *As trajetórias de jovens egressos do ensino médio de escola pública no mercado de trabalho de Salvador no período de 2011 a 2017* (SANTOS, J., 2018) apresenta uma pesquisa de natureza mista, com análise documental e análise de dados secundários, sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador, e entrevistas semiestruturadas, com 10 ex-alunos do Colégio Landolfo Alves, concluintes do ensino médio nos anos de 2011 a 2017. A pesquisa foi contextualizada a partir da análise do cenário econômico, político e social do final do século XX e início do século XXI.

J. Santos (2018) apontou que, diante da apresentação da temática e da análise de indicadores estatísticos, pode-se considerar que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, cuja trajetória da maioria dessas(es) jovens é marcada por inserções precoces no mundo do trabalho, com períodos em que há conciliação entre estudo e o trabalho, e períodos em que não há trabalho. No estudo, sete dos dez entrevistados já tinham ocupação remunerada

antes da conclusão do curso. Na amostra estudada, as(os) jovens alternaram ocupações em postos de trabalho precários com momentos de desocupação. Em alguns casos, tiveram trabalhos de longa duração, mesmo nos que conquistaram o diploma de nível superior (SANTOS, 2018).

O autor também discute como pano de fundo as mudanças relevantes no processo de transição escola-trabalho, que começaram a partir da reestruturação produtiva da década de 1990. Com a primeira ofensiva do neoliberalismo, quando o Brasil, nos governos de Collor e Cardoso, foi promovida a abertura da economia e iniciado o processo de privatizações, o mercado de trabalho sofreu retração, sobretudo dos postos socialmente protegidos. Neste período, deixando a economia nacional subordinada a fluxos de capital internacional, implicou-se na protelação da inserção do jovem no mercado de trabalho e na multiplicação de formas de precarização e flexibilização dos vínculos trabalhistas como estratégias de contratar mão-de-obra a menores custos.

Diante disso, J. Santos (2018) confirma que a elevação da escolaridade passa a ser e permanece sendo importante para o acesso aos postos de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, os diplomas não são capazes de impedir o desemprego nem as trajetórias profissionais instáveis. Pois, mesmo nos períodos de expansão da economia, os empregos criados foram marcados pela precariedade, falta de segurança, vínculos reducionistas, levando, inclusive, muitas e muitos jovens a desejarem sair do país.

Fazendo aproximação com a realidade atual, no contexto antes da pandemia, o autor traz três importantes marcos que corroboram para manutenção da condição juvenil no mercado de trabalho, quando lembra que as taxas de desemprego juvenil, que sempre costumavam ser até o dobro das taxas de desemprego dos adultos, elevam-se mais rapidamente em momentos de crise aguda na economia. O mesmo ocorreu em 2015, quando as(os) jovens foram os primeiros a serem descartados do mercado de trabalho. Com a mudança da política macroeconômica observada a partir de 2016, desindustrialização, privatizações e desmonte de setores capazes de gerar postos de trabalho de melhor qualidade, a economia perde rapidamente a capacidade de incorporar as novas gerações mais escolarizadas de modo a atender as expectativas dessas(es) jovens e das suas famílias. O que também aponta para a reforma trabalhista de 2017, que destrói direitos e flexibiliza ao máximo as formas de contratação e de remuneração, tornando ainda mais negativas as perspectivas de trabalho das futuras gerações de jovens (SANTOS, J., 2018).

O estudo **A26 - Fazer o que gosta, gostar do que faz: jovens estudantes e o(s) mundo(s) do trabalho** (NUNES, 2018) teve como objetivo compreender como se configura o mundo do

trabalho e quais as representações sociais produzidas por jovens estudantes do ensino médio. A pesquisa, de caráter qualitativo, pesquisa-ação, foi realizada com 55 jovens estudantes, por meio de um questionário, e oito grupos focais em duas escolas nos municípios de Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, e em Sombrio, no sul de Santa Catarina. Os municípios escolhidos são localidades onde é executado o projeto de extensão universitária Cinema, Papo e Profissão (CPP), da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), campus Torres, que trabalha a Orientação Profissional (OP) com alunos e alunas do terceiro ano.

A partir do trabalho com as(os) jovens, proporcionado pelo projeto, Nunes (2018) identificou a necessidade de compreender melhor a perspectiva deles sobre o mundo do trabalho e também melhor avaliar o alcance do CPP junto a este público. Além disso, contribuir para que o momento da escolha profissional seja vivido com maturidade e segurança. Para tanto, trataram de temas transversais, como a categorização da Juventude, Trabalho, Gênero, Classe e Raça e Políticas Públicas. Assim, ao elaborar o estudo, a autora buscou explorar as categorias citadas e analisá-las pela via da Teoria das Representações Sociais (TRS), que tem função de “cientificizar o cotidiano”, trazendo para o âmbito da ciência aquilo que é representado no senso comum.

A análise dos dados foi feita por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, e demonstrou que os(as) jovens representam dois mundos do trabalho. O primeiro, em uma dimensão objetiva, corresponde as experiências reais que já estão sendo vivenciadas por meio do trabalho ou em busca dele, este que representa a entrada no mundo adulto e demanda se esforçar e suportar os reveses a fim de amadurecer e adquirir experiência. O segundo mundo do trabalho está em uma dimensão subjetiva, cuja perspectiva o coloca inserido no processo de escolha da profissão e na entrada na universidade via políticas públicas. As(os) jovens concordam que, após concluírem o curso de sua escolha, poderão exercer a profissão desejada e, enfim, fazer o que gostam e gostar do que fazem, “ganhando a vida” com isso, em uma representação do trabalho como fonte de felicidade e realização pessoal (NUNES, 2018).

Em **A27 - Juventudes e trabalho: o discurso dos jovens sobre educação profissional no ensino médio**, Angeli (2019) teve por objetivo aferir, por meio da análise do discurso e grupos focais, como se dá o entendimento das(os) jovens acerca das metodologias e os discursos elaborados pela instituição de aprendizagem profissional em relação ao seu presente e futuro. A instituição escolar utilizada neste estudo apresenta-se como uma escola de ensino médio acompanhada da educação profissional e dentro do Sistema S, com algumas características que vão ao encontro das mudanças previstas pela reforma do ensino médio (atual BNCC), a saber: turno integral; maior carga horária para os componentes de português e matemática; integração

da educação profissional como um itinerário de formação.

É uma escola que conversa com os interesses do empresariado na formação do jovem trabalhador, que utiliza dados de programas como Todos pela Educação e PISA para justificar sua estrutura e ações junto aos adolescentes. As(os) participantes deste estudo, quase todos filhos de trabalhadores da indústria do município de Gravataí e região, eram em sua maioria provenientes de escolas públicas. Eles não necessariamente desejavam ingressar em uma carreira nas áreas de foco de formação da escola, criando alguns conflitos nas relações escolares (ANGELI, 2019).

Para a análise de discursos, tal técnica de pesquisa possibilitou perceber os posicionamentos da juventude, respeitando a sua identidade como sujeito histórico e entendendo que, como sujeitos de um tempo, estão implicados em posições ideológicas e sociais presentes nas relações cotidianas e na assimilação dessas, percebendo o discurso como uma representação dos sentidos. A partir dos grupos focais analisados, pôde-se confirmar a hipótese elaborada sobre a formação profissional de limitar-se à condição de formação do jovem trabalhador, moldando sua postura para inserção no mercado de trabalho, sem considerar as suas vivências atuais ou futuras, e limitando a visão do trabalho ao comportamento em uma lógica econômica.

Dessa maneira, verificou-se na pesquisa de Angeli (2019) que, apesar de inseridas na formulação da BNCC como um itinerário de formação, as metodologias utilizadas na educação profissional ainda parecem distantes das realidades juvenis, sem a efetiva preocupação sobre a formação integral do jovem, mostrando-se ineficientes como espaço atento e sensível às suas singularidades, aos seus desejos e às suas expectativas. Em síntese, o autor afirma que as reflexões teóricas apresentadas ao longo desta pesquisa vão ao encontro das falas das(os) jovens e representam um contraponto às mudanças que estão sendo desenhadas para o ensino médio.

Na própria pesquisa, quando se discutiram os malefícios da reforma para as(os) jovens, houve uma dualidade no pensamento dos entrevistados, influenciada por sua experiência no ensino fundamental. Os que vieram de escolas particulares focaram na falta de conteúdos e na má qualidade do ensino, enquanto os alunos das escolas públicas falaram sobre a precariedade da estrutura escolar e como a reforma não irá resolver, mas, sim, esconder esses problemas através da opção de itinerários. Essa dualidade já demonstra as diferentes percepções das(os) jovens por meio da sua vivência escolar, algo que deve ser levado em consideração nos estudos qualitativos (ANGELI, 2019).

Na pesquisa **A28 - Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro** (OLIVEIRA, C., 2019), buscou-se

compreender os sentidos que jovens estudantes do ensino médio integrado do IFSP, campus Salto, atribuem à experiência escolar no ensino médio integrado e seus projetos de futuro para depois de concluírem a educação básica. O estudo foi realizado por meio da aplicação de um *survey*, com questões abertas e fechadas, junto a 191 estudantes dos cursos de nível médio integrado em automação industrial e informática, do 1º, 2º e 3º anos. A análise de resultados foi realizada primariamente de forma quantitativa e secundariamente de forma qualitativa, contando com o apoio da escala likert⁷ para a quantificação dos elementos inerentes a experiência escolar.

C. Oliveira (2019) verificou que ambos os cursos possuem em seu corpo discente uma predominância de estudantes do sexo masculino. No curso de automação industrial, as meninas representam aproximadamente 30% do público discente, assemelhando-se mais às formações de nível superior de característica tecnológica ou a algumas formações como engenharia mecânica, elétrica, produção e afins, ligadas ao trabalho na indústria. Em relação à autodeclaração de “cor/raça”, segundo o critério utilizado pelo IBGE, a escola possui uma representatividade de “cor/raça” semelhante à localidade onde está inserida. Assim, percebeu-se que as políticas de ações afirmativas têm possibilitado a inserção de adolescentes pardos/pardas e pretos/pretas na escola pública federal. Entretanto, ainda que a política de cotas permita a entrada de estudantes pardos/pardas e pretos/pretas, o número de estudantes do sexo feminino autodeclaradas pretas ainda é baixo em relação ao total de estudantes, menos de 2% do corpo discente.

As(os) jovens entrevistados buscaram o ensino médio integrado da escola federal por considerar que a escola proporciona ensino de qualidade, com melhores professores, ampliando as possibilidades de continuação dos estudos e de inserção qualificada no mercado de trabalho. E embora os cursos de ensino médio integrado sejam, em nível documental, justificados pela demanda regional de formação de trabalhadores, o autor identificou que os significados que esses/essas jovens atribuem ao ensino profissionalizante nos indica que o ensino médio integrado do IFSP campus Salto se constitui como um espaço de formação com professores

⁷ Escala de Likert é o nome técnico dado a escala de resposta, criada em 1932, pelo norte-americano Rensis Likert. Ela mede as atitudes e o grau de conformidade de um respondente com uma questão ou afirmação. Ao contrário de responder apenas “sim” ou “não”, ao dar uma nota em uma escala, o respondente mostra mais especificamente o quanto ele concorda ou discorda de uma atitude ou ação, ou o quanto ele está satisfeito ou insatisfeito com um produto ou objeto psicológico. Espera-se que os indivíduos que apresentem atitudes favoráveis a determinado tema possivelmente concordem com itens que expressem algo positivo sobre a questão, e aqueles com atitudes negativas concordem com itens que expressem aspectos desfavoráveis ao tema e discordem daqueles que salientem pontos positivos (MIRANDA; PIRES; NASSAR; SILVA, 2009).

qualificados e de integração entre os alunos e alunas (OLIVEIRA, C.,2019).

Em relação à educação profissional, o estudo aponta que algumas das premissas de profissionalização de jovens via “flexibilização” dos currículos escolares que embasaram a Reforma do ensino médio, proposta pela Lei 13.415/2017, não se aplicam àquilo que foi constatado junto aos adolescentes dessa pesquisa. Os participantes da pesquisa afirmaram que tanto as disciplinas da base comum, como as disciplinas profissionalizantes tendem, em geral, a aumentar o interesse dos estudantes em continuar os estudos e auxiliar na elaboração dos projetos de futuro dos alunos, como cursar o ensino superior após o fim do ensino médio (OLIVEIRA, C., 2019).

Neste estudo, quanto a relação jovem e trabalho, C. Oliveira (2019) identificou que essas(es) jovens são, em média, pouco ou nada pressionados para trabalhar. O reflexo disso está na estatística de estudantes que estão trabalhando (7%) e que buscam por trabalho (6%). Das(os) jovens que assinalaram estar trabalhando, nenhum apontou possuir registro em carteira de trabalho da referida atividade. Os dados são reveladores dos esforços presentes entre as camadas populares para que jovens não trabalhem, ao menos até a maioridade, sendo os 18 anos um marco relevante. Ao mesmo tempo, as dificuldades encontradas pelas(os) jovens que trabalham contribuem para problematizar as dificuldades inerentes ao ensino em tempo integral. Foi possível também perceber com o estudo que, dentro de um instituto de educação tecnológica, há relações generificadas sobre a carreira profissional dos indivíduos.

Há, por exemplo, distanciamento das meninas em relação à carreira oferecida pelo curso técnico realizado na escola. Com isso, as alunas tendem a preferir as disciplinas da base comum do curso e pensam seus projetos de futuro com influência dessas disciplinas. Enquanto isso, os alunos preferem as disciplinas técnicas e direcionam seus projetos a carreiras como engenharia e ciência da computação (OLIVEIRA, C., 2019).

Além das diferenças de gênero na experiência do ensino médio integrado, foram identificadas questões de gênero nos projetos profissionais da escola. Considerando apenas os jovens do sexo masculino que desejam ingressar ao ensino superior, verificamos uma concentração maior de cursos vinculados a tecnologia e a indústria, sendo os cursos mais referidos engenharia (41,3%), ciência da computação (10%) e automação industrial (2,5%). Entre as moças, os cursos assinalados foram medicina (9,6%), engenharia (7,7%) e psicologia (5,8%). Assim, percebe-se aspectos da divisão sexual no trabalho. Com base nos dados, C. Oliveira (2019) considerou que as experiências na escola e os projetos de futuro desses jovens não podem ser explicadas por modelos generalizantes e homogeneizantes.

O autor aponta para as questões de gênero e cor/raça, entretanto, aborda

superficialmente a segunda categoria, focando apenas em explicitar a discrepância em relação ao gênero na presente pesquisa. Ele indica que este processo precisa ser melhor problematizado e compreendido entre si e por aqueles/aquelas que estão de fora desse grupo, a fim de evitar que jovens em processo de escolarização sejam percebidos apenas como alunas e alunos, e a escola, apenas em sua estrutura burocratizada (OLIVEIRA, C., 2019).

A tese **A29 - O processo de transição escola-trabalho no Brasil: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas comparativas** (LOMBARDI FILHO, 2019) buscou aprofundar a compreensão sobre o processo de transição escola-trabalho, em um contexto de mudanças demográficas. Esse é um importante aspecto da dinâmica do mercado de trabalho para jovens, lançando luz sobre o impacto de elementos sócio demográficos, geracionais e de ciclo econômico sobre o movimento de saída da escola e entrada no mercado de trabalho. A pesquisa intenta também verificar discrepâncias por sexo e heterogeneidades nacionais, por meio de comparações entre a realidade brasileira e a de outros países da América Latina.

Para isso, Lombardi Filho (2019) utilizou três exercícios empíricos para compreender/abordar questões relevantes acerca da transição escola-trabalho. Os achados do primeiro ensaio, que teve por objetivo entender de que forma as transformações demográficas têm influenciado as escolhas ocupacionais de jovens, evidenciam que, pelo menos, desde o final dos anos 1980, as alterações em termos de demanda por educação e dinâmica familiar vêm provocando alterações importantes nas decisões de estudo, trabalho e procura por trabalho por parte deste grupo etário. De fato, apresentou-se uma maior demanda por qualificação educacional e propensão a combinar estudo e trabalho, o que tende a adiar algumas etapas da transição para a vida adulta. Ademais, há um forte componente de gênero presente no processo, com destaque para os efeitos que a transição educacional tem provocado nas posições ocupadas pelas mulheres.

Os resultados mostram que as transformações estruturais vêm agindo mais intensamente no sentido de ativação das mulheres no mercado de trabalho, apesar de as taxas das jovens “nem-nem” ainda serem elevadas. Em seguida, na segunda aplicação desta Tese, Lombardi Filho (2019) buscou identificar os determinantes da transição da condição de ocupação do jovem, visando compreender as variações entre períodos dos efeitos de fatores socioeconômicos e demográficos sobre as probabilidades de transição. Os resultados desta etapa apontaram para a existência de diferenças significativas por sexo e raça nos padrões de transição, sendo a permanência no desemprego maior para as mulheres negras, bem como a transição para a inatividade.

Em relação ao nível educacional do jovem, mais anos de estudo se mostraram associados a uma maior ativação no mercado de trabalho, porém, com efeitos que variam por sexo e ao longo do tempo. Além disso, como era de se esperar em uma sociedade estratificada e fortemente desigual como a brasileira, a renda configura elemento crucial para explicar os padrões de transição. À medida em que o nível de renda aumenta, maiores são as chances de os jovens, de ambos os sexos, realizarem a transição ocupado-ocupado.

Por fim, a terceira e última aplicação da Tese teve dois objetivos centrais: incluir o aspecto qualitativo na discussão sobre transição escola-trabalho e realizar análises comparativas entre Brasil, Peru e Colômbia. É possível afirmar que existem heterogeneidades importantes entre os países no que se refere aos efeitos de características sociodemográficas sobre a qualidade da transição escola-trabalho. E, apesar de haver uma proporção maior de homens do que de mulheres que completaram esta transição, em todos os países analisados, essa diferença é maior no Brasil.

Dessa maneira, o mercado de trabalho para as(os) jovens é caracterizado por baixas taxas de emprego, elevada rotatividade e alta prevalência de emprego informal. A falta de experiência por parte desse grupo etário resulta em dificuldades de inserção no mundo do trabalho, de modo que a transição para o primeiro emprego se dá de forma lenta e geralmente para ocupações sem carteira assinada e com baixa remuneração (LOMBARDI FILHO, 2019).

Os níveis educacionais mais elevados mostraram-se associados a aumentos nas chances de as(os) jovens terem completado o processo de transição. Destaca-se que, apesar de o efeito do ensino superior sobre os jovens do sexo masculino ter sido relevante nos três países, sua magnitude se mostrou maior na Colômbia e no Peru do que no Brasil. No caso brasileiro, foi o efeito da conclusão do ensino médio. Para o ensino superior, em todos os três países, há uma maior chance de as jovens conseguirem completar a transição, sendo que no Brasil a diferença de gênero chega a ser o dobro em favor das mulheres (LOMBARDI FILHO, 2019).

O A30 - *Projetos de vida dos jovens do ensino médio de escola pública* (SILVA, A., 2019) teve por objetivo central analisar as percepções que as(os) jovens matriculados no ensino médio de escolas públicas têm sobre a função da escola na construção de seus projetos de vida. A pesquisa foi conduzida em duas etapas: na primeira, foi realizado um estudo exploratório para identificar o perfil social, econômico e cultural de 55 jovens matriculados em duas escolas estaduais da cidade de Paulista, em Pernambuco; na segunda, realizou-se entrevistas semiestruturadas com 24 jovens, 12 de cada escola investigada, e, para a avaliação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin.

A. Silva (2019) apresentou resultados reveladores sobre a função da escola nas vidas de

jovens, que reconhecem e legitimam a escola como sendo importante e essencial para a sua formação e construção de seus projetos de vida. As(os) entrevistados desejam concluir seus estudos, ter uma formação de qualidade e alcançar uma profissão que vão lhes permitir ter uma estabilidade financeira. Para eles, frequentar a escola e estudar é a estratégia principal que garantirá a realização de seus projetos de vida. Além disso, exercer algum trabalho também apareceu como uma estratégia, visto que, para esses jovens, é por meio do trabalho que irão alcançar seus respectivos sonhos, pois é o trabalho que garante os recursos financeiros necessários.

As(os) jovens e seus familiares também percebem que a formação escolar é essencial para a ascensão social. Essa confiabilidade, que é dada à escola, aumenta ainda mais sua responsabilidade, principalmente no que se refere a preparação para a entrada no mercado de trabalho. A organização escolar e sua cultura disciplinar, mesmo que não sejam consideradas por eles como algo ideal, lhes fazem imaginar como devem se comportar, agir e falar em uma empresa ou no mercado de trabalho. Na instituição escolar eles assumem uma natureza marcada pela maior previsibilidade das rotinas e dos horários.

Ainda para A. Silva (2019), justificou-se pesquisar escolas públicas diferentes pela possibilidade de identificar o que cada uma, dentro de suas particularidades, tem realizado para contribuir com a elaboração e realização de projetos de vida dos seus estudantes, em termos de práticas pedagógicas, conteúdos e experiências as quais tais jovens estão sendo submetidas(os). Embora as escolas A e B estejam localizadas em um território em comum, em um cotidiano marcado por aulas, intervalos, currículos, relações interpessoais entre alunos, professores, funcionários, gestores, acesso a laboratório de ciência, sala de informática, quadra esportiva, bibliotecas etc., verificamos que cada uma possui sua própria dinâmica e que muitos aspectos delas se assemelham e em outros se diferem, porém, em nossa discussão e análises, ambas se completaram (SILVA, A., 2019).

As jovens e os jovens da Escola Técnica Estadual José Alencar Gomes da Silva, do turno diurno, com idades dentro da faixa etária de escolarização ideal, apenas estudam e desejam para o seu futuro fazer um curso superior e ter postos de trabalhos melhores que garantam sua estabilidade financeira. Por mais que o ensino profissional, em que estão submetidos, os incentive a entrar no mercado de trabalho logo após terminarem o ensino médio, seus projetos estão voltados para o ensino superior e para melhores qualificações profissionais. As jovens e os jovens da Escola Estadual de Paulista, do turno noturno, fora da faixa de escolarização ideal, que trabalham e estudam ou estão procurando emprego, não percebem seus projetos de vida sem a existência do trabalho. Para eles, o trabalho é prioridade e, mesmo que

planejem ter uma formação superior, não a veem isolada, sem a presença do trabalho. Tais jovens também desejam trabalhos melhores e reconhecem que é a formação básica e superior que podem lhes garantir isso, por isso que estão na escola, em busca de seus projetos. Para as(os) jovens das escolas A e B não é a falta de desejo e vocação que os colocam distantes de seus projetos de vida, mas é a necessidade, a falta de melhores condições financeiras, de uma escolha melhor, de motivações e incentivos de pessoas próximas do seu convívio social (SILVA, A., 2019).

Neste sentido, A. Silva (2019) destaca que afirmar que estas(es) jovens planejam para suas vidas trabalhar precocemente é um equívoco de uma ideologia falsa que defende a meritocracia, a responsabilidade individual e a desigualdade social. A justificativa para sustentar a função da escola ser responsável pelo mundo laboral e, assim reformular o ensino médio, como a lei 13.415/2017 defende, por exemplo, está pautada na lógica das competências individuais, responsabilizando as(os) jovens sozinhas(os) por seus projetos de vida. Esta lógica demonstra que a instituição escolar, principalmente a escola pública, não vem cumprindo o papel de fazer o estudante entender que a culpa de seus fracassos não depende apenas dele. Portanto, o papel formador da escola está também em fazer entender o campo de possibilidades de seus estudantes.

No texto **A31 - Significações de futuro profissional para estudantes de ensino médio de diferentes classes sociais residentes em municípios com ofertas de formação profissional desiguais**, Perdigão (2019) teve por objetivo conhecer as significações de futuro profissional para jovens estudantes de ensino médio de diferentes classes sociais residentes em municípios brasileiros com oportunidades de formação profissional desiguais. As informações foram coletadas em dois municípios, localizados na Bahia e em São Paulo, a partir de um questionário aplicado a 53 estudantes do ensino médio. Foram formados quatro grupos, com quatro participantes cada, divididos por município e condição socioeconômica. Esses dezesseis estudantes participaram de encontros de grupo focal e, dentre eles, oito foram também entrevistados individualmente.

Os encontros dos grupos e entrevistas foram registrados em vídeo, áudio e posteriormente transcritos. A perspectiva da psicologia sócio histórica orientou o olhar da pesquisadora sobre o objeto e os procedimentos metodológicos. Foram utilizadas a abordagem de Aguiar e Ozella (2006; 2013) dos núcleos de significação como estratégia de análise dos dados. Com base nos seis núcleos constituídos, pode-se concluir que a reprodução das desigualdades sociais estava presente em cada núcleo analisado.

Ao verificar os dados, Perdigão (2019) identificou que todos os aspectos analisados,

como as expectativas para o futuro, os sentimentos associados a ele, as informações de que dispunham, as instituições de ensino superior escolhidas, os obstáculos que imaginavam enfrentar, as estratégias para superá-los, a contribuição da educação escolar e das heranças e tradições familiares foram marcados pelas inserções de jovens em diferentes classes sociais. Nos dois grupos do município paulista, foi quase unânime a intenção de, por meio das atuações profissionais futuras, intervirem na situação de desigualdade e exclusão social. Os dois grupos do município baiano tiveram, em suas construções de projetos de futuro profissional, que avaliar a possibilidade de mudança de cidade ou de ir e vir diariamente para o município vizinho para realizarem a formação profissional, não disponível no município em que residiam. Metade dos estudantes de cada grupo decidiu pela mudança de cidade. Para todos eles, o afastamento da família, o desafio de morar em uma nova cidade e nela poderem ou não contar com ajuda de familiares, as limitações financeiras das famílias mais pobres, a escassez de empregos no município de origem, a possibilidade de iniciarem a trajetória profissional no município em que desejam permanecer residindo, entre outros, foram aspectos considerados na decisão de migração ou não.

Alguns programas federais de acesso e permanência no ensino superior poderiam ser estrategicamente utilizados pelos estudantes dos grupos mais pobres, como o PROUNI, FIES, PNAES, mas eram praticamente desconhecidos por eles. Com base nesse estudo, a autora refletiu sobre a desigual distribuição do ensino superior no país como um dos determinantes da construção dos projetos de futuro de diferentes jovens brasileiros. De forma semelhante, constatou como os poderosos mecanismos de reprodução da desigualdade socioeconômica, que beneficiam uma pequena parcela da população enquanto excluem a maioria das(os) jovens das classes trabalhadoras, constituem-se também como determinantes desse planejamento de futuro. Para a superação dessas desigualdades, é essencial que a sociedade e seus representantes a priorizem, especialmente nos planejamentos de políticas públicas para o futuro do país e nas ações delas decorrentes (PERDIGÃO, 2019).

Em **A32 - A escola pública e o sentido do trabalho para jovens concluintes do ensino médio** (SILVA, E., 2019), o autor buscou analisar, sob os fundamentos da Psicologia Histórico Cultural, o papel da escola como determinante central na produção do sentido pessoal de trabalho para jovens concluintes do ensino médio. O estudo aconteceu sob articulação de uma pesquisa teórico-conceitual a uma investigação empírica, realizada em um colégio público estadual da cidade de Curitiba – PR, com nove estudantes do 3º ano do ensino médio regular. A pesquisa empírica dividiu-se em aplicação de questionário para averiguação de dados sociodemográficos; um encontro de grupo focal com os estudantes para compreender as

relações entre educação e trabalho, a vivência no ensino médio, a atividade profissional do estudo, o sentido pessoal do trabalho; a realização de quatro entrevistas individuais para aprofundamento das temáticas investigadas.

A análise dos dados ocorreu primeiramente com a sistematização dos dados por meio de eixos temáticos. O segundo momento de análise, o diálogo com a teoria, possibilitou a apreensão e a compreensão das determinações do ensino médio na produção de sentido pessoal do trabalho, decorrente da atividade profissional de estudo. A partir deste estudo, foi realizada uma análise psicológica das determinações particulares e universais que incidem sobre as(os) jovens da classe trabalhadora e que condicionam sua experiência singular e produção do sentido pessoal do trabalho, principalmente no que se refere as determinações advindas da escola.

O processo de investigação constatou que as(os) jovens apontaram conhecer as relações de trabalho no modo de produção capitalista, balizadas pelos fenômenos de exploração e alienação. Tal sentido pessoal do trabalho é conectado ao significado social que essa atividade adquiriu sob a lógica do capital. Entretanto, as(os) jovens apontaram na relação entre educação e trabalho, mais especificamente entre o ensino superior e o trabalho, a possibilidade de outra relação com a atividade laboral, marcada pela ligação aos interesses e habilidades pessoais, ao desenvolvimento de atividade intelectual, criativa e criadora.

De acordo com as(os) jovens, esse posicionamento frente ao trabalho por meio do ensino superior foi anunciado pela escola, que aponta aos estudantes uma entrada privilegiada no mercado de trabalho para aqueles que fazem curso universitário. E. Silva (2019) constatou que o sentido pessoal do trabalho produzido individualmente por jovens é decorrente da organização social vigente, das condições estruturais da escola pública, especificamente do ensino médio público e regular, e as demandas econômicas e sociais postas à juventude da classe trabalhadora.

O processo de análise se delineou a partir da compreensão da função e estrutura do ensino médio regular e público, das exigências colocadas socialmente a jovens, do caráter da atividade profissional de estudo e dos impactos no desenvolvimento na formação da consciência da juventude da classe trabalhadora. Ao analisar o ensino médio do ponto de vista histórico, E. Silva (2019) identificou que essa etapa de ensino é permeada por inúmeros antagonismos e contradições. Historicamente, a sua função social é oferecer uma formação geral com vistas a aprovação dos exames de seleção para o ensino superior, e sua origem foi atender às necessidades educacionais e intelectuais da elite brasileira.

A demanda e o público do ensino médio se modificaram de acordo com as necessidades da burguesia brasileira, se ramificando em duas vertentes: o ensino propedêutico e o ensino profissionalizante. Esse dualismo permanece até a atualidade, ocasionando diferentes ofertas

de ensino para diferentes classes sociais. No atual contexto brasileiro, com a aprovação da Reforma do Ensino Médio em 2017, aprofundar-se-á o esvaziamento desta etapa de ensino, delimitado aos paradigmas do pragmatismo, utilitarismo e imediatismo, requisitados pelo modo de produção do capitalismo contemporâneo (SILVA, E., 2019).

A33 - *Experiências de jovens trabalhadores em seu processo de escolarização em Marechal Cândido Rondon – PR entre 1990-2017* (CAETANO, 2019) teve como escopo central problematizar, discutir e refletir as experiências de jovens trabalhadores em seu processo de escolarização. Caetano (2019) buscou compreender como alunos do ensino médio, da rede pública de Marechal Cândido Rondon – PR, encaram o desafio de articular, em uma mesma rotina, o trabalho e a educação. Mais que isso, buscou entender quais os sentidos e qual a importância dessas esferas em suas vidas. Desse modo, a pergunta que orientou a produção foi: Por que e como esses sujeitos trabalham e estudam simultaneamente?

Desta forma, para conhecer e se aproximar do universo dos sujeitos, foram realizadas entrevistas. Ao longo da pesquisa, foram entrevistados 28 jovens, com idades entre 15 a 24 anos. Durante essas conversas, realizadas no ambiente escolar, as(os) jovens foram indagados sobre qual a importância do trabalho e da educação em suas vidas, seus anseios, suas dificuldades e expectativas para o futuro. Todas as entrevistas ocorreram entre os anos de 2016 e 2017, pautando o mesmo eixo de questões, o que me possibilitou perceber as contradições e percepções que os mesmos constroem em suas vidas.

As entrevistas não são vistas neste estudo como uma simples “coleta de informações” e de “dados”. Houve a possibilidade de refletir como esses sujeitos narram e constroem suas trajetórias, mesmo que carregada de subjetividades, permitem questionar como diferentes sujeitos lidam com as mesmas tensões e contradições. E, ao observar a trajetória escolar de muitos jovens, ficou nítido que a dedicação exclusiva para sua formação escolar decresce conforme a idade. Principalmente, a partir dos 15 anos, muitos começam a articular em uma mesma rotina ser estudante e trabalhador. Para alguns, essa combinação exige sacrifícios, uma vez que nem todos conseguem estar presentes nessas duas esferas e, por isso, acabam adiando a sua escolarização, seja por abandonos ou por reprovações, devido a faltas ou por notas.

Outro ponto a salientar na pesquisa de Caetano (2019) é que em nenhuma das entrevistas realizadas houve algum relato como “eu não gosto de trabalhar” ou “o trabalho me prejudica”. É evidente que alguns sinalizavam para as precárias condições de trabalho, mas não reclamavam de ter um emprego. Além disso, as(os) jovens não encaram a articulação de trabalho e educação como algo problemático. Eles gostam de trabalhar, das vantagens que o trabalho oferece para suas vidas, que ai além da própria sobrevivência; ser trabalhador orienta

o olhar deles sobre o presente e o futuro. A partir das falas, das ações e dos sonhos das(os) jovens, a autora buscou reavaliar as próprias concepções, a abandonar os julgamentos e compreender a trama social por trás dos atrasos, das faltas e das desistências.

Em **A34 - Juventude em desenvolvimento: as experiências formativas e a construção do Projeto de vida**, Siriani (2019) propôs investigar as singularidades da construção de projetos de vida por estudantes do ensino médio de escolas públicas da cidade de Americana, identificando as experiências formativas, dentro e fora do ambiente escolar, que podem contribuir ou não, nesse processo. No estudo, buscou-se identificar, com os relatos das(os) próprias(os) jovens, quais experiências, a partir de lugares e pessoas, foram importantes para o seu desenvolvimento e no processo de construção do seu projeto de vida.

Com intenção de reconhecer os principais desafios para esse grupo etário, apresentando a realidade juvenil no país, no estado e na cidade pesquisada, e como as políticas públicas impactam a vida dessas(es) jovens, o estudo adotou uma variação da metodologia autobiográfica, na qual introduziu-se instrumentos facilitadores de produção de relatos. Participaram da pesquisa 34 alunos, do 2º e 3º ano do ensino médio de uma escola pública estadual da cidade de Americana – SP. Dessa forma, e com base no cruzamento dos relatos dos participantes, foi possível analisar o processo de construção do projeto de vida das juventudes.

Concluiu-se, assim, que as experiências promovidas pela família, amigos(as), namorados(as), por exemplo, são significativas para as(os) jovens, assim como a Igreja, a educação formal, por meio de seus projetos e professores, e a educação não formal, que ocupam um espaço importante no processo de socialização, protagonismo, cuidado e na construção da história desses sujeitos, na formação da identidade e na construção de valores (SIRIANI, 2019).

Siriani (2019) ainda indica que foi possível identificar que as(os) jovens participantes da pesquisa apresentaram projetos de vida frágeis e individualistas, e que expressam a lógica dominante. Os resultados também apontam que as experiências formativas, dentro e fora do ambiente escolar, são significativas, bem como verificou-se a necessidade de adoção de políticas públicas que contribuam para ampliar as experiências das juventudes e repensar o processo educacional formal, a partir de uma proposta pedagógica que ouça as necessidades das(os) jovens, suas demandas e sua visão, contribuindo para autonomia e protagonismo desses jovens.

3.2 Biblioteca Digital Online Scielo

A pesquisa no Scielo iniciou com a coleta dos artigos publicados no portal, considerando

a base de dados de periódicos nacionais. Nessa base, buscamos os artigos entre os anos 2000 e 2020, a partir dos mesmos termos de busca utilizados na BDTD.

Quadro 2 - Artigos publicados Scielo

ID	Ano	Título	Referência
B1	2008	Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e famílias.	RAITZ, Tânia Regina; PETTERS, Luciane C Figueredo.
B2	2012	Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio.	SILVA, Monica R; PELISSARI, Lucas Barbosa; Steimbach, Allan Andrei.
B3	2013	Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra.	SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, C. Moura.
B4	2015	Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio.	CARRANO, Paulo C R; MARINHO, Andreia C; OLIVEIRA, Viviane N Medeiros de.
B5	2016	Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio.	BERNARDIM, Márcio Luiz; Silva, Monica Ribeiro Da.
B6	2018	Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização.	JESUS, Rodrigo Ednilson de.
B7	2018	O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho.	OLIVEIRA, Ramon de
B8	2018	O ensino médio e a precocidade do trabalho juvenil.	OLIVEIRA, Ramon de
B9	2020	A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM	NAVARRO, Koepsel, Eliana C.; OLIVEIRA, G, Sandra R.; SILVA, Czernisz, Eliane C
B10	2020	Juventude negra, ensino médio e democracia: a luta pela escola	CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e.

Fonte: Scielo (2008, 2012, 2013, 2015, 2016, 2018, 2020).

Os resumos dos artigos encontrados na Scielo estão organizados a partir do ano de publicação, e nomeados por ID B1 a B10. Assim como fizemos na sistematização do quadro da BDTD e os resumos são apresentados por código ID, título e autores.

O primeiro artigo **B1 - *Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e famílias*** (RAITZ; PETTERS, 2008) versa sobre os dilemas da juventude no contexto atual, que

se configuram como desafiante diante de uma crise no trabalho juvenil no país. Essa pesquisa buscou compreender e viabilizar possibilidades para minimizar os problemas que os jovens enfrentam para inserção, permanência e valorização no mercado de trabalho. O estudo foi realizado com jovens (homens e mulheres), estudantes do ensino médio noturno de uma escola pública, em uma cidade no interior de Santa Catarina. Tem como questão central as estratégias de articulação entre trabalho, educação e família na vida de tais jovens.

Foram aplicados questionários e entrevistas em grupos focais, com objetivo de identificar a situação escolar e de trabalho deste público. O tratamento dos dados utilizou análise estatística e análise de conteúdo. Na primeira etapa, o questionário com perguntas semiestruturadas possibilitou mapear o perfil das(os) jovens e identificar as experiências que possuem com a educação, trabalho e família. Os dados obtidos apontaram para a necessidade de aprofundamento e, para viabilizar a compreensão de algumas informações, as pesquisadoras utilizaram-se da técnica do grupo focal para tratar dos eixos: experiência com o desemprego, emprego informal, sentidos do trabalho e escola, identificando as estratégias utilizadas pelas(os) jovens.

A partir do roteiro de questões do grupo focal, foi possível observar na fala das(os) jovens que o trabalho se configura como uma questão central na agenda juvenil, aparecendo como uma vantagem na vida deles; o “não ter um trabalho” gera angústia e frustração. Raitz e Petters (2008) identificaram que, ao mesmo tempo que aparece como algo importante no depoimento de alguns, para outros, relacionado ao trabalho, surgem questões como baixa remuneração, desvalorização, desemprego, trabalho informal, subemprego, falta de qualificação profissional, falta de orientação vocacional e, sobretudo, falta de oportunidade de ingresso no mercado de trabalho.

Aponta-se que um dos motivos para tal aflição juvenil é a responsabilidade nas relações familiares. Estas(es) jovens muitas vezes têm de seguir os caminhos traçados pelos pais. Em outros casos, quando as famílias experimentam situações adversas em relação ao trabalho, os jovens encontram apoio junto dos seus genitores e familiares para lidar com suas necessidades afetivas e de sobrevivência, o que torna as expectativas de retribuir o que recebeu da família ainda mais necessário e urgente, por meio do trabalho (RAITZ; PETTERS, 2008).

Outro eixo é a educação, que assume papel muito significativo na vida destas(es) jovens, pois possibilitam melhor futuro profissional. Apesar de entenderem que a escola não os qualifica para o trabalho, reconhecem o diploma como um elemento que promove a entrada no mercado de trabalho. Dessa maneira, percebe-se que, no estudo de Raitz e Petters (2008), a relação com a escola é bastante objetiva e material. Para estas(es) jovens, a escola é um espaço

onde passam grande parte de sua vida, mas é um lugar que não se interessa efetivamente por jovens. A escola não acolhe, mas, sim, executa a lógica do silenciamento, que é punitiva e excludente.

A escola estudada apresenta uma experiência muito diferente entre os estudantes do período diurno e do noturno. Os estudantes pesquisados estudam a noite justamente para trabalhar e suprir suas necessidades básicas, e permanecem na escola apostando na educação para realização de seus projetos de vida. Estas(es) jovens experimentam o trabalho formal e informal, vivenciando a heterogeneidade existente no mercado de trabalho e se sentindo fragilizados nas tentativas de inserção. Entre idas e vindas, não conseguem manter seus trabalhos e, neste momento, suas famílias são o suporte afetivo e psicológico para enfrentamento de tantos desafios e incertezas (RAITZ; PETTERS, 2008).

Por fim, Raitz e Petters (2008) sinalizam para a necessidade de políticas públicas para a juventude, a fim de repensar propostas de educação e trabalho que atendam as condições juvenis. Isso para que as(os) jovens possam desfrutar de uma formação educacional de qualidade, concluir o ensino médio e, posteriormente, na idade adulta, ingressar no mercado de trabalho.

O texto **B2 - Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio** (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2012) se propôs a discutir as razões de permanência e abandono no âmbito da educação profissional técnica de nível médio. As autoras apresentaram inicialmente a conceituação de juventude, escola e trabalho para, em seguida, expor os resultados de duas pesquisas realizadas com estudantes de dois cursos do ensino médio técnicos selecionados por possuírem alta procura. Apesar da alta procura, a divergência entre os cursos é que, enquanto um possui nível alto de abandono, o outro está acima da média de permanência, quando comparada a outras instituições de ensino médio. Como metodologia, utilizou-se a de observação, como também questionários e entrevistas.

Foram realizadas observações sistemáticas nas duas instituições, com intuito de entender o cotidiano e a convivência dos estudantes. Também foram analisados o projeto político-pedagógico, documentos da turma e regulamentos internos da escola. Para revelar o perfil da amostra, foram aplicados questionários com dados socioeconômicos e uma entrevista com roteiro semiestruturado a alunos concluintes, não concluintes, docentes e técnicos pedagógicos.

Silva, Pelissari e Steimbach (2012) tinham a suposição, ao início dos trabalhos, de que (as) os jovens abandonavam a escola por não a considerarem significativa e representativa para

aquisição de conhecimento; e os resultados, de certa forma, confirmaram parte desta suposição. Para o caso dos que escolhem a escola técnica na área de tecnologia, há demasiada expectativa em relação ao status social e à garantia de empregabilidade. Porém, na prática, as ilusões se dissolvem, porque surgem problemas em relação ao aprendizado e às motivações externas, que continuam distanciando esse jovem de manter-se na escola.

Do ponto de vista positivo, a escola, mesmo sem intenção de criar uma significação positiva junto aos alunos, consegue fazê-lo. Enquanto matriculados, as(os) jovens tem alto grau de experiências positivas, sobretudo por ser uma instituição integral bem estruturada. Neste sentido, respondendo a hipótese inicial, há um indicativo de que ainda exista uma desvalorização dos saberes escolares. Isso porque, na última década, com políticas mais sérias para a educação profissional, foram criadas instituições que são ainda capazes de representar algo importante na vida dos sujeitos. O estudo permitiu perceber que as escolas estudadas são exceções e o sentido do que é ser jovem ainda precisa melhor entendimento, pois as(os) jovens ainda são considerados apenas como figuras passageiras na instituição (SILVA; PELISSARI; STEIMBACH, 2012).

Silva, Pelissari e Steimbach (2012) também apontam para a necessidade de ressignificação do espaço-tempo das escolas de ensino médio, favorecendo o sentido da escola como local privilegiado, ainda que não exclusivo, no qual a identidade juvenil se constrói. Assim, sugerem que se insiram, nos cursos de formação de professores, estudos sobre a juventude e suas relações com a escola, pois isso levaria à consolidação de relações menos estereotipadas ou preconceituosas.

Com a mesma finalidade, as autoras ainda indicam adotar experiências curriculares e organizações de disciplinas formais, que favoreçam esta ressignificação, para ampliar a permanência destas(es) jovens no âmbito escolar. Silva, Pelissari e Steimbach (2012) não encontraram nestas escolas nenhum indício de que a dificuldade de conciliar trabalho e estudo seja a causa central do abandono escolar. Ou seja, ao contrário do que parece ao senso comum, mesmo com condições de se sustentar materialmente (a maioria das(os) jovens que entrevistamos não necessita trabalhar durante o curso para se manter financeiramente), há questões estruturais mediadas pela própria organização da escola que levam o jovem a abandonar. Mais do que pensar nas mudanças de currículo somente, é necessário um aprofundamento nos estudos referentes as políticas que temos hoje em favor da educação técnica, para que ela deixe de ser reduzida a uma proposta que responde a conjuntura econômica e passe a responder à uma demanda de qualidade social.

No artigo **B3 - Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra**

(SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013) são tratadas as questões referentes a qualificação de mão de obra, o currículo escolar e também o do ensino superior. A pesquisa bibliográfica analisou um estudo de 2009, que apresenta um panorama dos dados populacionais, as matrículas escolares desde a pré-escola, e a qualificação e a inserção das(os) jovens no mercado de trabalho. Como objeto do estudo, está a massa de milhões de jovens, entre 15 e 24 anos de idade, que deveriam estar se capacitando e ingressando de forma mais produtiva no mercado de trabalho. O que se percebe nesse estudo é a forte vinculação que as(os) jovens pesquisados estabelecem entre escola e trabalho, o que não decorre de uma sólida análise do quanto a escola pode contribuir para a inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma necessidade que está posta enquanto condição de sobrevivência e de um desejo de mudar a vida, não só a do jovem em si, mas, na maioria das vezes, de seus pais ou familiares.

No processo de investigação, Schwartzman e Castro (2013) encontraram, entre as(os) jovens do curso diurno, uma maior perspectiva de chegar até a universidade. Esses alunos, ainda que na conjuntura da classe que vive do trabalho, têm uma condição social que os assegura um mínimo de que lhes permite sonhar e construir estratégias de fazer um curso superior. A estes, é permitido acreditar que sua vocação não é um trabalho precarizado, mas “ser alguém na vida” e ter uma profissão, assim, por meio de seu trabalho, desfrutar de bens materiais e não materiais que muitos de seus familiares não tiveram acesso. Porém, para as(os) jovens que estudam no período noturno, esse pensamento se configura de forma diferente.

Diante da pesquisa, a percepção unânime foi que, para “ser alguém na vida”, o ensino médio não é suficiente. Nesse sentido, Schwartzman e Castro (2013) entenderam que a recente reforma do ensino médio se expressa como um retrocesso, no que se refere a possibilitar a escola pública tornar-se mais significativa na vida das(os) jovens que a frequentam. A fragmentação da estrutura curricular e o empobrecimento da formação pela imposição da escolha de um dos cinco itinerários formativos evidencia o descompromisso de tornar a formação das juventudes brasileiras mais complexa e mais rica em relação a vivenciar experiências significativas na construção de suas identidades e de seus projetos de vida.

Dessa maneira, considerando o ensino médio e os cursos de educação profissional, o consenso entre especialistas é que estes cursos dificilmente cumprem de forma adequada a carga horária e os programas curriculares prescritos, oferecendo aos alunos uma formação precária. Ao não abrir possibilidades efetivas de formação e capacitação diferenciada, algumas delas voltadas para o mercado de trabalho, o Brasil condenou, e ainda condena, numerosas pessoas a não adquirir nenhum tipo de qualificação profissional e tampouco uma educação de qualidade que lhes permitam se integrar de maneira efetiva ao mercado de trabalho, como

também à participação cultural e social (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2013).

O artigo **B4 - *Trajétórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio*** (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015) discute resultados da etapa quantitativa da pesquisa *jovens fora de série: trajetórias truncadas de estudantes do ensino médio na cidade do Rio de Janeiro*. A investigação teve como objetivo geral depreender e compreender trajetórias de escolarização e percursos biográficos de jovens estudantes de ensino médio de escolas públicas que se encontram em situação de defasagem escolar. Neste artigo, apresenta-se o perfil que emerge da aplicação do questionário estruturado a um universo de 593 jovens.

A amostra exploratória e não probabilística foi distribuída entre 14 escolas localizadas nas zonas sul, centro, oeste e norte da cidade do Rio de Janeiro. As(os) jovens participantes da pesquisa fazem parte de classes de Educação de Jovens Adultos (EJA) e do programa de correção de fluxo denominado Autonomia. Um enfoque especial de análise é dado à combinação entre trabalho, estudo e constituição de projetos de futuro. Carrano, Marinho e Oliveira (2015) verificaram que o abandono escolar cria mais problemas para o fluxo da escolarização do que as reprovações. Os dados apontaram para a existência de uma superposição entre os tempos de trabalho e escola na vida das(os) jovens. Nesse sentido, ocorre um duplo efeito do trabalho nas trajetórias dos estudantes. Se, por um lado, trabalhar e estudar representam um desafio para a continuidade dos estudos sem truncamentos do fluxo da escolarização; por outro, a experiência de trabalho cria disposições relacionadas com a independência, a conquista da autonomia e o delineamento de projetos de futuro.

Os dados da pesquisa permitiram analisar em que medida as expectativas de futuro das(os) jovens podem ser afetadas por aspectos do perfil socioeconômico e por acontecimentos da trajetória escolar. Nesta investigação, ora os dados apontavam para questões mais previsíveis, que há algum tempo já vêm sendo demonstradas por outras pesquisas, ora levantavam questões menos esperadas, ligadas em grande medida ao contexto de mudança social e aumento de expectativas de mobilidade escolar e social, vivenciado atualmente no país.

Ao se investigar os impactos da trajetória escolar na formação de expectativas de futuro, Carrano, Marinho e Oliveira (2015) verificaram o quanto a repetência joga um papel negativo no processo de escolarização. Quanto mais se acumulam anos de retenção, mais diminuem as expectativas de ingresso em uma universidade e aumentam as perspectivas de tão somente procurar um emprego ao fim do ensino médio. Foi possível perceber o quanto repetência e autoconceito escolar estão imbricados no conjunto de expectativas de futuro das(os) jovens.

No que se refere ao abandono, verificaram que jovens do ensino médio que já

abandonaram os estudos revelaram expectativas mais alargadas de ingresso no ensino superior, se comparados com os que nunca abandonaram a escola. Estes, em especial, são dados que contribuem para a reflexão acerca da ressignificação da escola em outra fase da vida. Em especial para jovens da EJA, retornar à escola se faz em meio a reconfiguração de projetos de vida na qual a instituição escolar pode assumir relevância. Resultados semelhantes foram encontrados em relação ao trabalho. Jovens com experiência no mundo laboral apresentaram maiores perspectivas de ingressar no ensino superior, demonstrando o quanto trabalho e escola podem se articular para a elaboração de projetos de vida.

Estar fora da série adequada acarreta prejuízos na qualidade da aprendizagem e, em especial, coloca o estudante em um lugar simbólico desprestigiado no interior da instituição escolar. As políticas de correção de fluxo escolar se generalizaram por todo o país e, em grande medida, aparentam dar respostas à intencionalidade política de homogeneizar trajetórias de matrículas no ensino regular. Até que ponto este apartamento entre regulares e os fora de série não estaria sonhando direitos à escolarização de qualidade dos que, por diferentes motivos intra e extraescolares, constituíram trajetórias truncadas de escolarização? (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015).

Os sistemas de ensino têm respondido à demanda desse público com lugares de muito pouco prestígio e investimento na instituição escolar – como a EJA ainda é tratada. A cada dia surgem projetos especiais nas diferentes redes de ensino, buscando formas de aceleração da aprendizagem ou correção de fluxo, afastando jovens das ofertas regulares de escolarização. Essa descontinuidade dos estudos ainda é pouco estudada. Se, por um lado, é significativo o reingresso na escola por via do ensino médio. Por outro, preocupam as baixas taxas de conclusão. Para cada dois alunos que entram no ensino médio, somente um conclui este nível de ensino. Existe um aparente paradoxo presente na melhoria das condições socioeconômicas e a persistência do trabalho entre as(os) jovens e, em especial, as(os) adolescentes.

Para o estudo em questão, o trabalho estaria representando não apenas meio de subsistência. A necessidade que empurra adolescentes para os mercados laborais seria constituída também por outras mediações, tais como a busca de independência e autonomia das(os) jovens, o valor atribuído pelas famílias ao trabalho como elemento educativo na formação dos filhos e também como meio disciplinador do caráter e controle da ociosidade juvenil em meios populares. Essas são pistas, então, para o aprofundamento das questões em novos e necessários estudos. É possível dizer que este público escolar, constituído por sujeitos jovens e jovens adultos que retornam à escola, ou que nela permanecem amargando reprovações sucessivas, ainda é pouco conhecido (CARRANO; MARINHO; OLIVEIRA, 2015).

O texto **B5 - Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio** (BERNARDIM; SILVA, 2016) trata das relações de jovens com a escola e com o trabalho, e também dos sentidos que eles atribuem à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa empírica com jovens estudantes-trabalhadores matriculados no ensino médio noturno público em Curitiba e região metropolitana. Tal investigação foi desenvolvida em etapas: a primeira, de caráter exploratório quantitativo, contemplou mais de 4.000 estudantes em 18 estabelecimentos; a segunda, de caráter qualitativo, contemplou quatro turmas do quarto ano do ensino médio Integrado. A análise dos dados primários, à luz da produção dos campos teóricos relacionados ao tema, da legislação educacional e dos embates teórico-metodológicos e ideológicos que permeiam as disputas pela última etapa da educação básica permitiu uma aproximação com os sentidos que as(os) jovens atribuem ao ensino médio em geral e à educação profissional técnica de nível médio, em particular.

Na pesquisa, Bernardim e Silva (2016) objetivaram caracterizar as(os) jovens que frequentam a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, de oferta pública e noturna, na rede pública estadual de Curitiba e região metropolitana. Além disso, buscaram conhecer os sentidos que as(os) jovens atribuem a essa oferta educacional. Outros estudos realizados pela dupla, apontados nesse texto, já mostravam que jovens buscam no ensino médio a formação para o trabalho e a preparação para a continuidade dos estudos em nível universitário. Em parte, por iniciativa própria, mas muito em função do encaminhamento dos pais e da sociedade.

Os autores não dispunham de estudos específicos com jovens do ensino médio noturno, na maioria inseridos no mercado de trabalho, que estivessem trilhando o percurso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Menos ainda, que tivessem elegido como seu público-alvo os estudantes jovens da Educação Profissional de oferta integrada ao ensino médio. No caso do Estado do Paraná, lócus da pesquisa, devemos lembrar que o ensino médio integrado ficou regulamentado como de integralização em quatro anos letivos, o que por si só representa um limitador do interesse da sociedade, tendo em vista a lógica capitalista da produtividade, da imediatividade e da conversibilidade do tempo em dinheiro, o que implica no encurtamento dos prazos para a formação.

Para Bernardim e Silva (2016), a lacuna nas pesquisas empíricas remetia à necessidade de aproximação com jovens que se encontravam na condição de estudantes-trabalhadores (por hipótese, interessados em uma formação mais instrumental e mais rápida), de modo a ouvir deles próprios os sentidos que atribuem à educação profissional técnica de nível médio. Isso ganha ainda mais importância quando as estatísticas relativas ao ensino médio revelam a

incapacidade das políticas públicas educacionais converterem-se em mais matrículas, e se percebe um conjunto de críticas, protagonizadas por intelectuais de correntes teóricas e/ou interesses divergentes, acerca da inadequação da legislação e, por conseguinte, dos trajetos e dos currículos previstos hoje, no Brasil, para a última etapa da educação básica.

Os resultados obtidos com a pesquisa de Bernardim e Silva (2016) nos permitiram confirmar a hipótese de que jovens buscam na Educação Profissional Técnica de Nível Médio a melhora das suas chances de inserção e/ou manutenção no mercado de trabalho. Essa constatação, todavia, não nos autoriza a estabelecer uma linearidade entre formação técnica e inserção laboral, uma vez que as relações entre escolarização, formação profissional e vivência da juventude vêm sendo tensionadas e reconfiguradas, conforme sinalizam as falas dos estudantes da pesquisa e os estudos acerca do emprego e desemprego juvenil.

Percebe-se que, mais do que simplesmente associar o “Ensino Médio Técnico” às necessidades de emprego e renda, os estudantes pesquisados demonstram conhecer os limites e possibilidades da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em relação aos limites, destacamos: não preparar para o vestibular; os problemas relativos à distribuição das disciplinas na grade curricular e à falta de integração entre elas; o tempo de um ano a mais para a integralização curricular, em comparação com o ensino médio regular; a frustração quando não há adaptação e/ou identificação com o curso ou carreira técnica proposta. Em relação às possibilidades, destacaram: a variedade de disciplinas, a carga horária superior ao ensino médio regular e o tratamento diferenciado por parte da escola e dos professores; a formação para a vida e para o trabalho, considerando a relação direta dos cursos técnicos com o cotidiano das(os) jovens estudantes trabalhadores; o efeito compensatório da Educação Profissional, tendo em vista que a escola pública em geral é desvalorizada pela sociedade e pelo mercado de trabalho; o fortalecimento do vínculo com a escola, que resulta do estreitamento da relação com os colegas e os professores; a opção por um curso técnico específico que funciona como uma antecipação das possibilidades futuras de carreira; as vantagens que a Educação Profissional oferece aos que não se sentem seguros de seguir o mesmo percurso dos estudantes do ensino médio regular, os quais têm como foco o prosseguimento de estudos na universidade (BERNARDIM; SILVA, 2016).

Dos limites e possibilidades apontados pelas(os) jovens que frequentam hoje a Educação Profissional técnica de oferta integrada ao ensino médio, pode-se concluir, pela necessidade de se refletir sobre as intenções da política pública, que induz à ampliação das matrículas na Educação Profissional e as condições em que ela se materializa no cotidiano, marcado pela falta de infraestrutura escolar do ensino médio público noturno. Para tanto, Bernardim e Silva (2016)

sinalizam para a necessidade de que devemos refletir mais sobre os significados atribuídos ao ensino médio Integrado pelos seus alunos. Em sua maioria, são jovens trabalhadores que buscam na escola a formação que lhes assegure um futuro que rompa com a realidade presente e que se esquivam do destino que lhes foi reservado pela meritocracia capitalista: de ter que trabalhar precocemente para viver, de fazer um esforço sobre-humano para poder estudar e, por fim, de ter que buscar motivações pessoais para não ser abandonado pela escola.

No texto **B6 - *Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização***, Jesus (2018) estuda resultados das interconexões entre os processos cotidianos de estereotipização, inviabilização e silenciamento, junto a indicadores locais e nacionais de evasão e repetência entre pessoas negras. Optou-se por seleccionar, dentre as dez entrevistas individuais realizadas na cidade de São Paulo, cinco entrevistas realizadas com jovens autodeclaradas(os) negras(os).

A realização de uma pesquisa anterior, nos anos de 2012 e 2013, possibilitou observar algumas das interações entre condições socioeconômicas e raciais e trajetórias educacionais. A partir de seus dados, percebeu-se como a dinâmica de reprodução das precárias condições de longevidade escolar, aliada à persistência e a naturalização da discriminação racial, ajuda a compreender melhor os baixos índices de escolaridade e as elevadas taxas de abandono e repetência observadas entre os jovens negros e pobres (JESUS, 2018).

Ao longo da referida pesquisa, mais de 200 jovens (pretos, pardos, brancos e amarelos) foram entrevistados, em vinte e três grupos focais e 51 entrevistas em profundidade nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Belém, Fortaleza e São Paulo. Em cada uma das cidades, dez entrevistas e cinco grupos focais foram realizados. Neste sentido, afirmar que o racismo à brasileira (TELLES, 2003) se expressa por meio de um “racismo institucionalizado” não significa, necessariamente, afirmar que o processo discriminatório no Brasil tenha sido adotado de forma legal ou oficial pelo Estado Brasileiro. Significa, todavia, afirmar que as práticas de hierarquização racial foram instituídas enquanto prática social e são cotidianamente atualizadas, sendo que é exatamente a perpetuação desses imaginários sobre a suposta inferioridade da “raça” negra que tem contribuído para a produção e reprodução das discriminações e desigualdades, seja por meio da estereotipação da população negra, seja por meio do silenciamento ou da invisibilização das referências positivas relativas à população negra. A partir desta perspectiva, Jesus (2018) explica que o racismo deve ser compreendido como um sistema de opressão e produção sistemática de discriminações e desigualdades que, baseando-se na crença acerca da existência de raças superiores e inferiores (intelectual, cultural e socialmente), distribui, de modo assimétrico, privilégios e desvantagens.

Por outro lado, foi ressaltada a importância de reconhecer outro uso da noção de raça, já que na medida em que o movimento negro brasileiro impulsionou uma ressignificação do conceito de raça, procurando dissociá-lo da noção estigmatizadora utilizada pelo racismo científico do final do século XIX e procurando vinculá-lo às dimensões de pertencimento coletivo, a raça passou a ser entendida também como um importante marcador de identidades individuais e coletivas de negros e negras no Brasil e na diáspora. Negros e negras não seriam, portanto, segundo Jesus (2018), somente aqueles que, portadores de acúmulo de melanina na pele, tornam-se alvos principais das práticas de racismo e de discriminação racial; mas aqueles que, portadores de acúmulo de melanina ou outras características fenotípicas associadas à um determinado coletivo, se veem e se sentem como parte de uma identidade coletiva: a raça ou a população negra.

A universalização do acesso à educação fundamental, promovida na década de 1990, foi indubitavelmente benéfica à população negra. Todavia, destaca-se o fato de que em nenhum indicador educacional identificou inversões nas posições, com negros à frente dos brancos. Os depoimentos que serviram de base para a elaboração do artigo de Jesus (2018) foram produzidos durante as discussões sobre barreiras para a continuidade das trajetórias escolares e, de modo específico, respondendo à pergunta: “Você já sofreu algum tipo de discriminação ou *bullying* durante sua vida escolar?”.

Uma das consequências do uso naturalizado de estereótipos racialistas/racistas em uma sociedade pós-escravocrata, como a brasileira, que ainda não aboliu integralmente uma série de valores e de formas de pensar moldadas no escravismo, é transformar corpos anormais em coisas risíveis e, potencialmente, desprezíveis. E, neste contexto, ao mesmo tempo em que os estereótipos raciais são utilizados como forma de naturalizar a subalternidade de determinados corpos, o silenciamento incide na negação do debate sobre raça no Brasil e, em consequência, nas possibilidades de desnaturalização destes processos de subalternidade.

Assim, ao passo em que o racismo brasileiro produz estereótipos raciais, na forma de corpos anormais, ele silencia as denúncias do próprio racismo, bem como suas consequências devastadoras. Ao se silenciarem acerca das denúncias, as instituições escolares também silenciam acerca do próprio racismo e, em consequência, silencia-se sobre os meios de combatê-lo. Afinal, como combater aquilo que não se reconhece a existência? Deste modo, ao permitir a produção e reprodução dos estereótipos raciais, e silenciar-se ante as denúncias, tomando-as como inexistentes, as instituições escolares invisibilizam as possibilidades destes sujeitos, portadores de corpos vistos como anormais, de se converterem, ou se afirmarem em sujeitos diferentes daquilo que é enunciado pelos estereótipos a eles atribuídos (JESUS, 2018).

Dessa maneira, para Jesus (2018), ao se silenciarem acerca de discriminações raciais, de gênero, de sexualidade, entre outras questões subtraídas, as instituições escolares também contribuem para a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e sub-repticiamente, na produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais.

R. Oliveira (2018a), em **B7 - O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho**, versa sobre a relação entre a inserção da juventude no mercado de trabalho e sua passagem pelo ensino médio, tendo como argumento central que a recente contrarreforma do ensino médio, orientada por uma perspectiva da empregabilidade, não garantirá oportunidades universais para a conclusão da educação básica, mas, sim, promoverá a formação precarizada nas escolas públicas e, conseqüentemente, a precarização do trabalho. O autor aponta para o fracasso da escola de assegurar a sua promessa integradora e reforça a necessidade de melhorar o sistema educacional, considerando os altos índices de abandono escolar e a defasagem na aprendizagem dos egressos.

O texto Apresenta ainda que a reforma do ensino médio não se apresenta como uma medida para assegurar um novo princípio educativo, mas, sim, sustenta as relações de subordinação das camadas mais pobres ao capital nacional e internacional. Acompanhada da reforma da previdência, a reforma trabalhista visa assegurar um modelo de desenvolvimento voltado para o processo de reprodução do capital em escala ampliada (OLIVEIRA, R., 2018a).

O texto **B8 - O ensino médio e a precocidade do trabalho juvenil** também é do mesmo autor. Nele, R. Oliveira (2018b) apresenta uma pesquisa realizada com jovens matriculados no ensino médio de escolas da região metropolitana de Recife. Esta pesquisa tinha o objetivo de levantar a opinião destes jovens acerca da contribuição da escola para sua formação como trabalhadores. Como resultado, foi identificado que as(os) jovens desejam e projetam na escola uma possibilidade de mobilidade social. No entanto, a escola pública oferece condições mínimas de aprendizagem e fomenta a entrada precoce e precarizada no mercado de trabalho.

O preâmbulo do estudo apresenta autores que trabalham com a temática da juventude e inquietações, que sugerem melhorias urgentes das escolas para atender crianças, adolescentes e jovens em todas as etapas da educação básica. Mesmo melhorando as condições de funcionamento das escolas, os resultados em relação aos índices de aprendizagem continuarão insatisfatórios, pois, caso as(os) jovens não concebam a escola com um espaço atento e sensível às suas singularidades, desejos e expectativas, tenderão a negá-la em vários aspectos. Para as(os) jovens, a escola deve ser muito mais que apenas a preparação para a entrada no Ensino Superior ou a preparação para o mercado de trabalho (OLIVEIRA, R., 2018b).

Cada vez mais fica evidenciado o fato de a escola submeter-se a uma lógica de

produtivismo e de estímulo à formação de sujeitos econômicos, não dando a mínima atenção ao presente desses jovens. Na prática, as(os) jovens são vistos sob uma perspectiva de controle ou são tidos como potenciais sujeitos econômicos. Dessa maneira, com a “universalização” do processo de reestruturação produtiva, intensificou-se o debate sobre a necessidade de perfil de trabalhador para atender às mudanças vigentes no processo de produção de mercadorias. Aos poucos, esses debates invadiram não só a agenda escolar, mas passaram também a ser estruturantes das políticas educacionais, bem como dos discursos empresariais sobre a necessidade de a escola reestruturar-se de forma a garantir um novo perfil da formação profissional (OLIVEIRA, R., 2018b).

O discurso defendendo políticas voltadas ao aumento da empregabilidade dos trabalhadores, bem como a importância da formação profissional e escolar desenvolver novas competências, instaurou-se como estruturante das políticas públicas de qualificação profissional. No âmbito empresarial, estabeleceu-se a cobrança de políticas públicas voltadas à qualificação dos trabalhadores, tendo como justificativa o fato de que a má qualidade da formação adquirida no âmbito da educação básica tinha como consequência a necessidade de “uma nova escolarização” no interior das empresas, repercutindo diretamente no custo da produção e na diminuição da capacidade competitiva da indústria. Com isso, o consenso da necessária reformulação do sistema educacional pouco a pouco foi se fortalecendo. Se, por um lado, reconhecia-se que os altos índices de reprovação e de abandono escolar eram exemplos da má qualidade do sistema público de ensino; os baixos níveis de aprendizagens apresentados pelos egressos desse sistema evidenciavam também a necessidade da escola ser repensada (OLIVEIRA, R., 2018b).

A saída encontrada para o desemprego juvenil foi a implementação de políticas públicas visando a formação profissional de jovens (CARRANO; SPOSITO, 2003). Nesse sentido, as últimas duas décadas são marcadas pelo desencadeamento de programas voltados à qualificação profissional da juventude. E as(os) jovens desses programas apresentam um perfil que determina a pouca possibilidade de projetarem uma inserção profissional que não seja em ocupações precarizadas.

O estudo de R. Oliveira (2018b) também identificou que, em sua grande maioria, esses jovens são das camadas populares, negros, em condições precárias de trabalho ou desempregados e com uma sociabilidade restrita em relação a outros estratos da população. São jovens marcados por percursos escolares acidentados e com trajetórias escolares familiares de insucesso, com pais geralmente exercendo atividades manuais. Isso indica o peso das posições sociais na configuração das trajetórias juvenis que, se não determinam os destinos pessoais,

apresentam-se como condicionantes importantes nos percursos de cada um. Ou seja, as desigualdades sociais têm um papel central nas trajetórias de vida de uma grande parcela da juventude latino-americana, com impactos sobre suas experiências atuais e suas expectativas em relação ao futuro.

Para o autor, é necessário entender e analisar a relação entre juventude, escola e trabalho, tendo como referência as singularidades dos sujeitos juvenis, de forma a melhor analisar as contribuições da escola para as(os) jovens enfrentarem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nesse estudo, os dados coletados evidenciam não haver nenhuma unanimidade em relação ao significado da escolarização para a juventude. Foram encontrados também depoimentos de estudantes, ainda que muitas vezes se mostrem insatisfeitos com a qualidade da escola e dos conteúdos que nela são trabalhados, ressaltando o quanto os conteúdos aprendidos na escola, de alguma forma, têm significado para suas vidas e fazem uso deles em sua vida cotidiana.

Embora as(os) jovens questionem a pertinência da escola para com as suas vidas no momento presente, evidenciam ser a escola um espaço importante para seu futuro. Entendem a passagem pela escolarização como fundamental para aquisição de conhecimentos que os ajudem a conquistar um emprego e garantir alguma mobilidade social. O trabalho já existe e ele é posto em primeiro plano em relação à escolarização, afinal, vivenciar a condição juvenil, seja na condição de filho, cônjuge ou mesmo ajudar a família, significa encontrar um trabalho que lhes assegure algum rendimento. E isso ficou muito notório quando se perguntou a alunos que estão trabalhando o motivo de estudarem no curso noturno (OLIVEIRA, R., 2018b).

Com a pesquisa de R. Oliveira (2018b), também foi possível identificar que a entrada precoce no mercado de trabalho determina o tipo, a qualidade e o tempo da escolarização juvenil, repercutindo diretamente nas aspirações de ter um emprego mais nobre. Embora seja discurso corrente que o desejado por jovens é a entrada imediata no mercado de trabalho, pensamento que inclusive baliza a reforma do EM recentemente implementada, é importante destacar o fato de que muitas e muitos jovens concebem a entrada precoce no mercado de trabalho como um obstáculo à conquista de um trabalho de melhor qualidade. Para eles, estudar e trabalhar se estabelece como uma imposição e não como escolha. Para essas e esses jovens, caso fosse possível prolongar seu processo de escolarização, os resultados referentes ao futuro profissional seriam bem melhores.

A pesquisa ainda evidenciou que o desejo de trabalhar não se configura apenas como possibilitador do atendimento de interesses particulares ou consumistas de jovens. O desejo de trabalhar está muito relacionado à intenção de assegurar uma vida melhor para seus pais. A

permanência na escola, com o intuito de alcançar uma certificação, configura-se com uma possibilidade de retribuição aos pais, de prover conquistas que eles não foram capazes de alcançar em virtude de, desde muito cedo, terem abandonado a escolarização para trabalhar. Dessa forma, para as(os) jovens que veem a escola como uma possibilidade material de conseguir um emprego e também apostam em cursos profissionalizantes, ou seja, a escola, ao proporcionar poucas situações para além da socialização dos conteúdos curriculares, termina por não despertar outros interesses diferentes da conquista de um emprego.

O currículo se ajusta aos perfis e desejos dos alunos. A forte vinculação que as(os) jovens pesquisados estabelecem entre escola e trabalho não decorre de uma sólida análise do quanto a escola pode contribuir para a inserção no mercado de trabalho. Trata-se, então, de uma necessidade que está posta enquanto condição de sobrevivência e de um desejo de mudar a vida, não só a sua, mas, na maioria das vezes, de seus pais ou familiares. Não é por acaso que, no processo de investigação, foram encontrados, entre as(os) jovens do curso diurno, uma maior perspectiva de chegar até a universidade (OLIVEIRA, R., 2018b).

Há jovens que consideram a escola não apenas como um espaço de certificação ou de passagem obrigatória para tender aos padrões estabelecidos de socialização, esperam que ela os ajude a tornarem-se melhor em todos os sentidos. Diante disto, cabe à escola compreender que “ser alguém na vida” tem relação direta com a capacidade de estruturar práticas, visando concretizar seu projeto de vida, e este não se resume a ter uma profissão.

Nesse sentido, a recente reforma do ensino médio se expressa como um retrocesso no que se refere a possibilitar a escola pública tornar-se mais significativa na vida das(os) jovens que a frequentam. A fragmentação da estrutura curricular e o empobrecimento da formação pela imposição da escolha de um dos cinco itinerários formativos evidencia o descompromisso de tornar a formação das juventudes brasileiras mais complexa e mais rica em relação a vivenciar experiências significativas na construção de suas identidades e de seus projetos de vida (OLIVEIRA, R., 2018b).

Dessa maneira, para R. Oliveira (2018b), as(os) jovens ouvidos na pesquisa desejam, de alguma forma, romper com a pobreza e precarização social que acompanham seus laços de referência. Ao articularem trabalho e escola como uma relação fecunda no sentido da mobilidade social, o fazem com base em suas peculiaridades, em suas biografias, as quais não permitem aos jovens sonharem ou projetarem o futuro tão distante da realidade presente. Por isso, pensar uma escola diferente é acreditar na possibilidade de a escolarização de ensino médio contribuir no sentido de contrapor-se a uma lógica de dominação, que não só inibe o pensar diferente, mas que limita a possibilidade de pensar que o que o futuro possa ser diferente.

Mais recentemente, Navarro, Oliveira e Silva (2020), em **B9 - A tríade da reforma do ensino médio brasileiro: lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM**, trazem uma crítica ao momento atual da história da política educacional brasileira, apontando-a com uma capacidade de aglutinar, acentuar e atualizar a tendência minimalista que tomou corpo na reforma educacional dos anos 1990, a saber: no campo curricular, o praticismo e o presentismo – cujo conhecimento se definiria na peculiaridade do que se considera “socialmente útil” a determinado segmento da população – que, a partir do ideário neoliberal, definem o processo formativo com estreita ligação com as demandas de formação do “novo” trabalhador.

Os autores apresentam ênfase no currículo, tendo-o como o responsável por mudanças quantitativas em relação aos parâmetros utilizados para medir qualidade, sem levar em conta as condições necessárias para que o processo de aprendizagem ocorra, e não tendo a centralidade do processo nos alunos, na garantia do direito ao conhecimento, mas, sim, no que dele se espera. Com isso, as consequências perversas dessa tendência estariam debitadas ao próprio sujeito jovem, pela “escolha” equivocada de determinado “projeto de vida”. Passa-se, então, a acreditar que a aprendizagem resulta unicamente da vontade e da boa escolha do sujeito, constituindo-se independente de todas as condições de materialidade da vida. Essas propostas reformadoras, já amplamente discutidas por vários autores, têm sofrido forte influência, tanto de grupos empresariais, que buscam configurar a formação da juventude brasileira, quanto de grupos que têm interesse no fortalecimento das avaliações em larga escala, sejam elas internacionais ou nacionais, e na produção de materiais. Disso resulta, conforme discutido por Navarro, Oliveira e Silva (2020), um processo de padronização curricular, estreitamente adequado à venda de material pedagógico, livros e pacotes tecnológicos.

Para que esta conformação ocorra, há uma estreita ligação entre as políticas: de currículo (BNCC); de formação de jovens; de formação dos professores e das avaliações em larga escala. No processo de padronização e minimização curricular, de adequação da formação docente às novas demandas das avaliações, observa-se a abertura de ganhos com a produção de materiais: livros e Kits pedagógicos. O docente mais adequado a essa tendência é o adaptável, cuja formação inicial e continuada se adequa às demandas mais imediatas, e se volta para a prática e a desvalorização do conhecimento teórico, o que resulta na possibilidade de que sua formação tenha custos menores e se processe de forma mais rápida.

Essa reforma representa uma reedição ainda mais perversa da reforma educacional implementada nos anos 1990, porque abandona o jovem à sua própria sorte. A reforma do ensino médio hoje, longe de constituir uma ruptura em relação ao que fora estabelecido, assemelha-se à segunda fase da mesma proposta; assim, acentuando-se o foco para a juventude,

a promessa agora é a de que o jovem decidirá precocemente “o seu projeto de vida”, a partir, evidentemente, das delimitadas possibilidades de escolhas, e para o qual as suas condições sociais e econômicas serão determinantes (NAVARRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020).

Em relação à escola, esvazia-se ainda mais o conhecimento escolar, condição para aligeirar e fragmentar a formação e a carreira docente. Dado o constrangimento de financiamento imposto pela Emenda Constitucional n.º 095/2016, Navarro, Oliveira e Silva (2020) mostram que as escolas públicas, sem opção, ainda que com muita vontade, poderão incorrer em ações improvisadas, as quais terão o mérito de rebaixar ainda mais o ensino público.

A consequência mais perversa dessa reforma, cuja elaboração se encontra estreitamente aninhada em três instrumentos – Lei n.º 13.415/2017, BNCC e DCNEM –, é a construção de uma formação que se fixa no presentismo, no utilitarismo e no imediatismo, que tem como resultado a perda da perspectiva do sujeito jovem enquanto ser social, enquanto um sujeito com “determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido nas relações sociais” (DAYRELL, 2003, p. 43). Tal condição é imprescindível para que o segmento jovem assuma os fracassos como determinantes de suas próprias “escolhas”, de forma que as relações de produção material fiquem intocáveis no atual regime de acumulação do capitalismo (NAVARRO; OLIVEIRA; SILVA, 2020).

E **B10 - Juventude negra, ensino médio e democracia: a luta pela escola** (CORSINO; ZAN, 2020) encerra a busca. O texto trata do movimento social articulado via internet, em 2015, que revogava direitos em relação a qualidade, políticas públicas e permanência nas escolas. Para esse estudo, foi utilizada a metodologia da pesquisa etnográfica. Os dados são resultados parciais de uma pesquisa de doutorado realizada no ano de 2015, em duas escolas de ensino médio, na zona norte da cidade de São Paulo, que contou com um total de 20 entrevistas com estudantes e 7 com docentes.

Para o desenvolvimento do artigo, foi escolhida uma das escolas, a que passou por um processo de ocupação ao final do ano letivo, e os resultados foram construídos por meio de análise das entrevistas realizadas com 2 professoras, que participaram e contribuíram com as atividades da ocupação, e com 3 estudantes secundaristas. Além disso, inclui-se as observações anotadas em diário de campo. Tanto as entrevistas quanto as observações foram utilizadas como fonte para a análise dos dados.

No primeiro momento, foi realizada uma releitura do diário de campo e das entrevistas, com foco no processo de ocupação, com o objetivo de definir quais dados seriam mais relevantes para o estudo, seguido de um olhar direcionado pela fundamentação teórica. Posteriormente, foi possível relembrar detalhes e perceber aspectos importantes que não

chamaram a atenção no primeiro momento, o que permitiu cruzar os dados e perceber as semelhanças entre eventos que não haviam sido identificados.

Para Corsino e Zan (2020), o debate sobre a escola democrática não deve desconsiderar o modo como as(os) jovens se relacionam com ela. Se, por um lado, as múltiplas apropriações teórico-metodológicas sobre a juventude têm permitido um olhar mais amplo, tanto sobre o seu próprio conceito, quanto sobre a sua relação com o cotidiano escolar; por outro, a juventude tem sido percebida como uma categoria que cada vez mais age por meio da inter-relação com outras categorias identitárias.

O texto tratou diretamente da questão da juventude negra. O período do campo em que as pesquisadoras estavam imersas no estudo e puderam acompanhar as atividades realizadas durante a ocupação demonstram a preocupação de tratar a questão racial não apenas em datas específicas. Os relatos das(os) jovens, ao abordar o racismo cotidiano, evidenciam a ausência do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o que revela, de certo modo, resultados da institucionalização do racismo, pois parece não haver ações coletivas para sua abordagem durante as aulas. Ao contrário, o trabalho acaba sendo concentrado em algumas professoras sensíveis ao tema, o que, por um lado, produz grandes resultados, mas por outro, atinge apenas as turmas em que determinada professora atua.

A entrevista com a professora Antonieta (CORSINO; ZAN, 2020), por exemplo, revela que ela percebe a ocupação na escola como um grito de liberdade das(os) estudantes. Para ela, as(os) jovens estavam reivindicando um espaço que era delas(es), mas que a escola vinha negando de forma sistemática. Antonieta também chama a atenção para a tensão que se colocava durante o período de ocupação. Já sobre os estudantes que, em sua maioria, eram menores de 18 anos (muitos de 14 a 16 anos de idade), esses assumiram um enorme desafio ao enfrentarem uma situação complexa em que a qualquer momento poderiam ser vítimas de professores(as) que eram contra o movimento, pessoas da comunidade e os próprios policiais, que estavam rondando a escola constantemente.

A professora Antonieta também relata que o fato de algumas e alguns docentes terem se posicionado favoravelmente ao movimento de ocupação foi determinante para que as(os) jovens estudantes se sentissem um pouco mais seguros(as) com a situação. Ela entende que um dos grandes motivos pelos quais ocorreu a ocupação foi o fato de que os(as) estudantes não tinham seu espaço garantido na escola. Para ela, a autonomia das(os) estudantes era negada constantemente nas relações cotidianas, e, com a ocupação, puderam mostrar o contrário. Nesse sentido, Antonieta mostra que o objetivo da ocupação estava além do questionamento sobre a política de “Reorganização Escolar”, proposta do governador do Estado de São Paulo naquele

momento (CORSINO; ZAN, 2020).

Corsino e Zan (2020) ressaltam que as(os) estudantes que estavam participando daquele movimento são exatamente aquelas(es) que eram marcados por não querer estudar, faltar muito, não fazer as atividades, possuir notas ruins, terem reprovado um ou mais anos e até mesmo estudantes evadidos(as) que retornaram àquele espaço especialmente para contribuir com o processo de ocupação. Somado a isso, há o fato de que a maioria das(os) estudantes participantes daquele movimento eram meninos e meninas negras, meninas lésbicas, bissexuais, todos e todas elas moradores(as) do morro, que certamente passavam por incontáveis momentos de discriminação por sua condição de classe, raça e gênero no cotidiano da escola e fora dela.

As(os) secundaristas eram conscientes de sua condição e dos processos de subalternização aos quais elas(es) estavam submetidas(os), tanto na escola, como na sociedade de forma mais ampla. O que os resultados desta pesquisa indicam é que, dentre os motivos pelos quais algumas(uns) estudantes dessa escola resolveram realizar a ocupação, pode haver uma relação entre os processos sistemáticos de discriminação cotidiana e a negação do espaço escolar às(aos) jovens secundaristas (CORSINO; ZAN, 2020).

3.3 Percepções sobre a amostra

Esta seção se dedica a apontar o que as publicações trouxeram a partir da leitura e tentativa de correlação entre os textos. Durante a elaboração do estudo, a análise das publicações nos possibilitou identificar questões apresentadas anteriormente sobre os temas aos quais nos debruçamos a compreender. As publicações sugerem apontamentos relacionados aos temas que, após a leitura, nos possibilitam formular hipóteses sobre como a atuação da escola regular e as instituições de educação profissional, juntamente com o mercado de trabalho, operam, desconsiderando os sujeitos aos quais se propõem a formar.

Verificamos autores que discorrem sobre o tema juventude sem considerar a subjetividade dos sujeitos que, inseridos no contexto escolar, têm suas experiências sublimadas. Além disso, a escola, de ensino médio ou técnico, atua como reprodutora da ordem capitalista ao priorizar atender as expectativas dos empresários em detrimento da formação integral dos estudantes. Esta escola também favorece ao mercado, submetendo estas e estes jovens a condições de empregos mal remunerados, e este favorecimento se explicitou nas pesquisas principalmente qualitativas, que focalizaram o acompanhamento e/ou apontam para a necessidade de criação de escolas com propostas de formação de um profissional que atenda às exigências de um mercado cada vez mais excludente e competitivo. Há textos que não

apresentam uma caracterização destas juventudes em relação a cor/raça e apontam apenas para as(os) jovens de periferia inseridos em empregos mal remunerados que buscam na escola uma possibilidade de mobilidade. Entretanto, estas escolas não possuem políticas consistentes que possibilitem uma melhor qualidade de ensino de forma a superar estas desigualdades.

Identificamos nos textos analisados uma abordagem ainda restrita à questão de cor/raça no Brasil, principalmente em articulação com as temáticas juventude e mercado de trabalho. As pesquisas que estão sendo realizadas nesta interface não conferem centralidade a este tema, privilegiando análises quase que exclusivamente centradas na desigualdade social, assim como as políticas públicas, que tem como objetivo a manutenção do ideário de nação miscigenada e acolhedora de tal forma que estas temáticas não devem ser tratadas, pois geram mal-estar no convívio social amistoso do país.

De forma geral, as pesquisas sobre este tema apresentam uma crítica ao currículo escolar, que não dialoga com a realidade que as(os) jovens vivenciam no contexto do trabalho. Os trabalhos selecionados também destacam a necessidade de sobrevivência, que faz com que estes jovens permaneçam em seus empregos e na escola, sendo responsabilizados por encontrar sozinhos uma correlação entre as aprendizagens em sala e a dinâmica laboral.

Alguns autores, como Freitas (2004), Betetto (2012) e Silva (2015), mostram como a educação profissional e o trabalho rompem com qualquer aproximação com a subjetividade dos indivíduos. Esses textos evidenciam que a aprendizagem, segundo Meneses (2018) e Oliveira (2018) são ensinados disciplina e obediência, a fim de atender também as expectativas do mercado de trabalho. Sperotto (2017) também aponta para o disciplinamento em uma escola de internato agrícola, que leva os estudantes a tamanho descontentamento a ponto de abandonar a escola.

Há uma contextualização do mundo do trabalho e análise do significado do trabalho para os jovens, que indicam que ficam divididos entre compreender o trabalho como possibilidade de realizar desejos pessoais e, ao mesmo tempo, uma obrigação. Percebe-se uma denúncia da formação dos aprendizes com foco em competências para atender ao mercado com a formação escolar em massa, o empobrecimento intelectual, uma adultização e os programas com diretrizes voltadas a obediência e disciplina.

Apenas uma publicação, a de Ribeiro (2013), contempla uma análise específica de jovens mulheres negras. Tais jovens, inseridas no Projovem, reconhecem o mercado de trabalho como excludente e precarizado, mas, ao mesmo tempo, se conformam com tal situação. O Projovem Urbano foi criado e perpetuado como uma alternativa de formação para um futuro imediato, o alcance de um trabalho, mas não favorece aos egressos na continuidade dos estudos.

Nesta perspectiva, a educação corrobora com a lógica de que as(os) jovens de classes dominantes chegam a cargos altos; enquanto isso, as classes trabalhadoras, a escola os forma para atuar em cargos com baixa remuneração e reconhecimento. A escola não forma integralmente o intelectual e o laboral, ela separa dois grupos muito distintos.

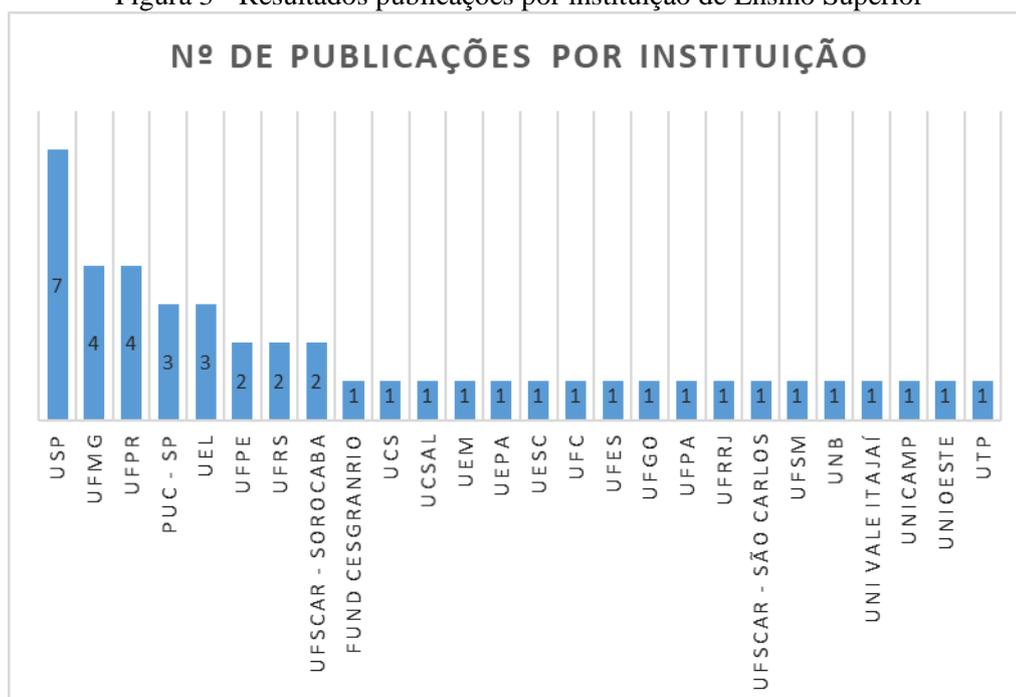
Outro ponto a ser mencionado é que, quando retratada, nas publicações, a juventude negra, essa é colocada no mesmo patamar de jovens não negras(os), reiterando a ideia que indivíduos negras(os) e não negras(os) compartilham das mesmas expectativas em relação ao ensino médio. Essa é uma expectativa social e de desenvolvimento cognitivo que fomenta a meritocracia, sem mencionar a subjetividade destes jovens nem apresentar uma reflexão sobre a questão racial.

Sobre as críticas aos modelos escolares, essas são feitas sobretudo em relação à condição econômica destes jovens. A preocupação com a classe trabalhadora novamente coloca jovens negras(os) e não negras(os) em uma situação de exclusão apenas pelo seu poder de compra, e aponta para soluções de formação e capacitação que possibilitem aceder a um curso superior como via para a mobilidade social, como se somente a falta de recursos destas e destes jovens e suas famílias fossem o motivo de optarem pela educação profissional. Dessa maneira, reforça-se a visão utilitarista da escola e aponta para jovens conformados com as condições da escola e as exigências do mercado de trabalho.

Apesar da possibilidade de estabelecermos comparativos entre os temas abordados pelas dissertações, teses e artigos, verificamos que este é um campo de produção vasto e ao mesmo tempo restrito, sobretudo no que se refere a questão racial. As discussões acerca da juventude se propõem apenas a descrever características já esgotadas por diversos teóricos, entretanto, pouco avançam em abordar a subjetividade dos sujeitos.

Considerando a distribuição das instituições representadas pelos estudos, infelizmente não podemos considerar que a ausência de produções sobre juventude negra se dá por uma questão geográfica. Conforme mostra na Figura 3 a seguir, foram contempladas produções de muitas regiões do país, que possivelmente identificariam a mesma dificuldade em relação ao aporte teórico sobre juventude negra que eu encontrei.

Figura 3 - Resultados publicações por instituição de Ensino Superior



Fonte: autoria própria (2022).

Ao analisar os conteúdos dos textos, foi difícil encontrar publicações com a temática da juventude negra. Das 25 instituições com trabalhos publicados, não foi fácil encontrar trabalhos que tratassem o jovem negro sequer como sujeito, de forma que acabaram por reiterar a marginalização deste grupo também nas produções.

Verificamos o interesse por trabalhar com metodologias qualitativas, grupos focais, estudos de caso e entrevistas, talvez pelo fato dos autores considerarem que as abordagens quantitativas tornassem o trabalho restrito demais. Porém, mesmo fazendo uso de ferramentas potentes, o apagamento destes grupos se fez presente, ainda que com algum esforço tenham sido citados em algumas publicações, sem maiores aprofundamentos.

Os textos se ativeram, principalmente, a perguntar a(os) jovens sobre as expectativas para o ingresso no mercado de trabalho. As respostas obtidas, em sua maioria, alegam a necessidade de sobrevivência, coloca todos em um enquadramento comum, da necessidade e da meritocracia, ainda que criticada por alguns autores.

A relação que aparece entre a escola e mercado de trabalho fomenta a ideia da necessidade, e mostra o quanto ambos têm colaborado para a situação de inércia destas(es) jovens, negras(os) e não negras(os), como se não estivessem fazendo esforço suficiente para tentar conciliar escola e trabalho – e quando decidem optar pelo segundo, podem e devem se submeter a condições precárias de trabalho, justamente pela necessidade de sobreviver e ajudar suas famílias. Os textos de NUNES (2018), ANGELI (2018), SANTOS (2018), SILVA (2019)

e CAETANO (2019) demonstraram que as(os) jovens, quando questionados, expõem como os programas de aprendizagem técnica e profissional funcionam de fato e, evidentemente, há uma ruptura entre o que os programas propõem e o que efetivamente são as impressões dos grupos pesquisados.

Juntamente com a falha dos programas, na percepção das jovens e dos jovens e nos dados, há uma falha na forma como se pensou o novo ensino médio. Na prática, há uma preocupação de que tal reforma seja um meio de reforçar os caminhos já experienciados pelas(os) jovens no contexto atual. Os obstáculos enfrentados pelas(os) jovens, sobretudo jovens negras e negros, apresentam pouca relação com a estrutura social desigual produzida pelo aspecto econômico e racial. Esta estrutura está presente no cotidiano do trabalho e da escola, mas não são questões centrais na amostra de publicações selecionada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia proposta para este trabalho foi de realizar um levantamento acerca das produções sobre juventude negra, ensino médio e mercado de trabalho. Ao analisarmos o conjunto de pesquisas e dados, estes nos deram elementos para entender como a temática vem sendo abordada no contexto brasileiro. Assim, identificamos como as(os) jovens se relacionam com temas do cotidiano e como também se apresentam como resultado de múltiplas realidades.

Ao passo que o trabalho foi sendo estruturado, tonou-se indispensável uma articulação entre o que se compreende por juventude do ponto de vista macro, uma compreensão geral do termo, muito explorado pelos autores estudados, e o que se compreende por juventude negra. Identificamos, então, pela ausência de produções tratando da subjetividade destes jovens negros, que esta é uma população pouco estudada e entendida no Brasil. Ficou evidente que é muito diferente tratar de questões relacionadas à juventude. Ainda quando apontada como plural, faltam aos sujeitos uma identidade detalhada e singular. Não é possível considerar as urgências juvenis em lugares comuns. A ausência da subjetividade da população jovem negra nos dados e referenciais teóricos revela o enquadramento comum de necessidades que são muito específicas.

A análise sobre estas necessidades nos permitiu avançar para um debate sobre a educação no Ensino Médio e no Ensino Integrado ou Educação Profissional. Verificamos como as classes dominantes distorcem a visão do real e corroboram para a construção de narrativas universalizantes que não se concretizam. As instituições que oferecem os cursos de capacitação profissional ou que atuam na modalidade de ensino médio integrado disponibilizam a seus estudantes conteúdos que não dialogam com a realidade. E mais, há uma dicotomia entre aqueles que recebem na escola uma formação para ocuparem os cargos de prestígio e/ou manutenção de sua classe social e aqueles que estão capacitados para ocupar atividades exclusivamente operacionais. São realidades que não convergem com o que as emendas propostas, as políticas públicas não acompanham as necessidades subjetivas. O governo, ao mesmo tempo, retira toda e qualquer responsabilidade pelas políticas públicas e investe incessantemente em negar a todos a importância da educação, da ciência e de investimentos destinados a uma reforma substancial para acesso e permanência de jovens, negros e não negros, em todas as etapas da escolarização, sobretudo no ensino superior.

Identificamos, portanto, a partir do levantamento, que jovens, de maneira geral, não se reconhecem na escola e não a consideram representativa. Isso porque não veem seus anseios e demandas atendidos para além de uma formação imediatista. Quanto a jovens negras e negros,

mais do que não atender uma necessidade de sobrevivência, a escola apresenta-se como meio exclusivo de superação de suas condições econômicas. As vistas destes jovens, apresenta-se uma realidade distinta do que os documentos educacionais propõem. Ser jovem no Brasil, coloca uma população de negros e não negros, como submissos. Ser jovem negro reitera a condição de subalterno.

Falta uma elaboração conceitual que desafie compreender e apresentar a complexidade do jovem negro como sujeito social e tirá-los de uma condição juvenil de vítimas, suspeitos e vulneráveis. É preciso compreender a juventude negra como agentes transformadores e potenciais em várias dimensões.

A experiência de ser jovem e ser negro não pode ser reduzida a uma reprodução sistemática de experiências e significados socialmente difundidos nos sistemas sociais. Embora ser negro, como categoria social, tenha sido construído sob um olhar e um lugar relacionado a inferioridade, as pessoas negras, sobretudo jovens negros, têm ressignificado individual e coletivamente sentidos positivos sobre a raça que envolvem poder, organização social e superação, alterando substancialmente os significados disseminados pelas relações de dominação.

Do ponto de vista da educação, em relação à qualidade, a educação passa a ser vista não somente como um direito, mas a partir das lutas do movimento negro não se reduz a possibilidade de mobilidade ocupacional e social, e passa a contemplar uma luta política com o resgate da contribuição das culturas africanas para a formação social brasileira, para além das limitações proporcionadas pela agenda de pesquisas das agências de fomento. Assim, a escola deve romper com a situação de violência física ou simbólica as quais são submetidos jovens negros e negros. A violência racial constitui um constante ataque às identidades e subjetividades destes grupos, por meio da veiculação de discursos que estabelecem o padrão cultural dominante e o silenciamento do racismo, sexismo e lgbtfofia, que aprisionam esta população jovem a uma marginalidade que é ao mesmo tempo espacial e afetiva.

O presente estudo, ainda que com a verificação de muitos aspectos negativos referentes ao contexto escolar e de trabalho no Brasil, é de grande relevância para que justamente estes apontamentos se configurem como uma possibilidade de inspiração para novos projetos que possam descrever de forma contundente a estrutura em que estamos inseridos e nos provoquem a impulsionar novas atitudes que provoquem e modifiquem a realidade atual. Esta proposta de levantamento foi apenas o início da concretização de uma jornada que a muitas mãos, olhos e ouvidos pode construir e/ou reivindicar melhores condições de realização para todas e todos ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ada Maria de. **O estudante do ensino médio e técnico e a precarização do trabalho**: perspectivas e adaptação: um estudo de caso de jovens estagiários. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2018, 149f.

ALVES, Maria Alda de Sousa. **Juventudes e Ensino Médio**: transições, trajetórias e projetos de futuro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2016, 220f.

ANGELI, Gislaine. **Juventudes e trabalho**: o discurso dos jovens sobre educação profissional no ensino médio. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao Ensino Médio. **Educação em Revista** [online], v. 32, n. 1, 2016, p. 211-234. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142703>. Acesso em 07 de jan., 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BETETTO, Mariana de Freitas. **Representações sociais de jovens sobre trabalho**: uma análise construída a partir da formação profissionalizante e da experiência de primeiro emprego. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012, 144f.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei da Aprendizagem**. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF, 2000.

CAETANO, Paloma Mariana. **Experiências de jovens trabalhadores em seu processo de escolarização em Marechal Cândido Rondon – PR (1990-2017)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019, 92f.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues, Marinho, Andreia Cidade e Oliveira, Viviane Netto Medeiros de. **Trajetoórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio**. I - Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa Produtividade em Pesquisa – e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa [online]. 2015, v. 41, n. spe. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508143413>>. ISSN 1678-4634. Acesso em 07 de jan 2022.

CARRANO, Paulo, DAYRELL, Juarez. Juventude e Ensino Médio: quem é esse aluno que che.ga à escola? In: CARRANO, Paulo, DAYRELL, Juarez, LINHARES, Carla. **Juventude e Ensino Médio: diálogo, sujeitos e currículo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andreia Cidade; OLIVEIRA, Viviane Netto Medeiros de. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de Ensino Médio. **Educação e Pesquisa** [online], v. 41, 2015, p. 1439-1454. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508143413>. Acesso em 07 de jan., 2022.

CARVALHO, Marcio Bernardes de. **Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017, 220 f.

CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. Juventude negra, Ensino Médio e democracia: a luta pela escola. **Educar em Revista** [online], v. 36, dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75337>. Acesso em 07 de jan., 2022.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc., Campinas**, v. 28, n. 100, out., 2007, p. 1105-1128. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300022&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de ago., 2019.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, dec., p. 40- 52, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 de ago., 2019.

DEMARCHI, Rodrigo Geraldí. **Jovens, escola e mundo do trabalho: experiências e significados em São Miguel Arcanjo - SP**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FRANCO, David Budeus. **Empobrecimento da experiência, formação e juventude**. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018, 205f.

FREITAS, Maria da Conceição da Silva. **Educação profissional da juventude na crise do emprego**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, 2004, 323f.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GILROY, Paul. **Entre campos: Nações, Culturas e Fascínio da Raça**. São Paulo: Anablume, 2007.

GOMES, Tainan Rotter Begara. **Encontros com a escola e o mundo do trabalho: uma caracterização sociológica das juventudes do ensino médio integrado de Cornélio**

Procópio/PR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017, 179f.

GRAEBIN, Rosani Elisabete. **Jovens geração Z: percepções na construção de um caminho em direção ao mundo do trabalho.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018, 203f.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

GUARALDO, Livia Maria. **Discursos jovens sobre vida, escola e trabalho: estudo realizado em uma escola de ensino médio de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**, vol. 29, n° 1, São Paulo, jan./jun., 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O que os domicílios contam. **Revista Retratos.** Rio de Janeiro, n.19, set./out., 2019, p. 22-25. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-retratos.html>. Acesso em: 26 de nov., 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista** [online], v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>. Acesso em 07 de jan., 2022.

KLEIN, Ana Maria. **Projetos de vida e escola: a percepção de estudantes do ensino médio sobre a contribuição das experiências escolares aos seus projetos de vida.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KOEPSEL, Eliana Cláudia Navarro; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. A tríade da reforma do Ensino Médio brasileiro: Lei Nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM. **Educação em Revista** [online], v. 36, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698222442>. Acesso em 07 de jan., 2022.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Kátal.** Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007, p.37-45.

LOMBARDI FILHO, Stélio Coêlho. **O processo de transição escola-trabalho no Brasil: primeiro emprego, emprego decente e heterogeneidades nacionais em perspectivas**

comparativas. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LOUREIRO, Terezinha de Jesus Lyrio. **Juventude e projetos de futuro:** possibilidades e sentidos do trabalho para os estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013, 103f.

MENEZES, Marcelo D. Bezerra de. **A formação escolar do trabalhador juvenil no contexto da Lei da aprendizagem (Lei nº 10.097/00).** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

METODOLOGIA do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série Relatórios Metodológicos, 25) Disponível em: <http://goo.gl/UvIwF>. Acesso em: jun., 2012.

MIRANDA, Silvana Maria de et al. Construção de uma escala para avaliar atitudes de estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2009, v. 33, suppl. pp. 104-110. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-55022009000500011>>. Acesso em 07 jan 2022.

MORAES, Rodrigo Ferreira de. **Trabalho e educação:** expectativa do jovem da classe trabalhadora quanto às possibilidades da Escola do Ensino Médio da periferia de Belém ser contributiva para sua inserção no mercado de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016, 118f.

MORENO, Ana Carolina. Número de alunos negros reprovados nas escolas do Brasil é duas vezes maior que o de brancos, diz Unicef. **G1**, Online, 31 out. 2019. Educação, p. online. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/31/alunos-pretos-representam-39percent-do-total-das-matriculas-e-58percent-do-total-de-reprovados-diz-unicef.ghtml>. Acesso em: 07 de mar., 2021.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**, Rio de Janeiro, 2003.

MUNIZ, Iremar José. **Política de formação integrada para a juventude:** um estudo sobre as repercussões do PROJOVEM urbano (2008-2013). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, 171f.

NARDI, H.C. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p.105 – 120.

NUNES, Simone Regina dos Reis. **Fazer o que gosta, gostar do que faz:** jovens estudantes e o(s) mundo(s) do trabalho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

OLIVEIRA, Caíque Diogo de. **Jovens estudantes do ensino médio integrado no Instituto Federal de Salto: experiências do presente e projetos de futuro.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, vol. 22, n. 2, jul./dez., 2005, p. 291-302. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a06.pdf>. Acesso em: 03 de jul., 2013.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de, MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicologia & Sociedade**, 2009, p. 266-274. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5zT3DgW97n9MP7MFLNXFL3d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de jan., 2022.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 16, n. 1, 2018a, p. 79-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>. Acesso em 07 de jan., 2022.

OLIVEIRA, Ramon de. O Ensino Médio e a precocidade do trabalho juvenil. **Educar em Revista** [online], v. 34, n. 67, 2018b, p. 177-197. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.52751>. Acesso em 07 de jan., 2022.

OLIVEIRA, Valda Ozeane Camara Cassiano de. **Entre o ensino superior e o mercado de trabalho: um estudo de caso sobre o caminho de jovens do ensino médio de uma escola pública paraibana.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores - PPGPPF) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018, 160f.

PARENTI, Ana Flávia da Costa. **Os novos rumos do trabalho - emprego e desemprego: uma análise das práticas discursivas de jovens das camadas populares e sua percepção sobre os novos paradigmas do mundo do trabalho.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, 122f.

PASSOS, Joana Célia dos. **Juventude negra na EJA: os desafios de uma política pública.** Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PERDIGÃO, Solange Alves. **Significações de futuro profissional para estudantes de ensino médio de diferentes classes sociais residentes em municípios com ofertas de formação profissional desiguais.** Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019, 343f.

PINHEIRO, Rafael Gomes. **Os sentidos da escolarização para os jovens concluintes do ensino médio de uma pequena cidade do sul do estado de Goiás.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017, 160f.

RAITZ, Tânia Regina; PETERS, Luciane Carmem Figueredo. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade** [online], v. 20, n. 3, 2008,

p. 408-416. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300011>. Acesso em 07 de jan., 2022.

RIBEIRO, Ricardo de Souza. **A experiência do PROJOVEM Urbano no município de Nova Iguaçu/RJ: inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?**. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu - RJ, 2013, 100f.

SANTOS, Janaína Matos dos. **As trajetórias de jovens egressos do ensino médio de escola pública no mercado de trabalho de Salvador no período de 2011 a 2017**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador, 2018.

SANTOS, Raquel Souza dos. **E depois da escola?** Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONCALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 109-123, 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300009&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.109-123>. Acesso em 07 de jan.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: Avaliação e Políticas. Públicas em Educação** [online], v. 21, n. 80, 2013, p. 563-623. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000300010>. Acesso em 07 de jan., 2022.

SILVA, Amanda Félix da. **Projetos de vida dos jovens do ensino médio de escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SILVA, Emanuelle Cristine de Almeida. **A escola pública e o sentido do trabalho para jovens concluintes do ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa** [online], v. 39, n. 2, 2013, p. 403-417. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000022>. Acesso em 07 de jan., 2022.

SILVA, Natalino Neves da. **O valor da experiência social e escolar do ensino médio para jovens negros(as) e brancos(as)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015, 264f.

SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep, 2003. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez., 2009.

SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana Luci; RODRIGUES, Tatiane Consentino (Org.). **Juventude negra: desafios para o ensino médio**. 1ª ed. São Paulo: Intermeios, 2019.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **Educação e Sociedade**, vol. 33, n. 120, 2012, p. 891-914.

SIRIANI, Felix Fernando. **Juventude em desenvolvimento: as experiências formativas e a construção do Projeto de Vida**. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, 204f.

SIRIANI, Felix Fernando. **Juventude em desenvolvimento: as experiências formativas e a construção do Projeto de vida**. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SPEROTTO, Ana Paula Queiroz. **Situação de estudo e trabalho e escolaridade da população juvenil, na região metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, 161f.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. **Jovens: Revista de Estudos sobre Juventud**, México, DF, v. 9, n. 22, jan./jun., 2005.

STEIMBACH Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho: razões de permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, 127f.

THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; e SOARES, Serguei. **As Políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, Ipea, 2008.

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar: Reprovação, abandono e distorção idade-série**. [S. l.]: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias – CENPEC, jan. 2021. 65 p. Disponível em: https://trajetoriaescolar.org.br/wp-content/uploads/2021/01/web_unicef-cultura-fracasso-escolar-vf.pdf. Acesso em: 07 de mar., 2021.

UNICEF. **Trajatórias de Sucesso Escolar. Painel Brasil: reprovações**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://trajetoriaescolar.org.br/painel-brasil/2019/>. Acesso em: 07 de mar., 2021.

WALLAU, Raquel de. **Significados atribuídos pelos jovens estudantes ao ensino médio integrado à educação profissional: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015, 177f.